



FAEP

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

RELATÓRIO DE GESTÃO

2012 - 2014

Catálogo de Fonte

F293 Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

Relatório de atividades FAEP ; 2014 / Federação da Agricultura do
Estado do Paraná. – Curitiba : FAEP , 2014. – XXp. ; ilustr.

ISBN 978-85-98064

1. Relatório de atividades. 2. Agricultura-Paraná. 3. Federação de agricultores.
I. Relatório. II. Federação de Agricultores do Estado do Paraná. III. Título.

CDU633/635 | CDD630

IMPRESSO NO BRASIL – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Diretoria

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-presidentes

Guerino Guandalini

Nelson Teodoro de Oliveira

Francisco Carlos do Nascimento

Ivo Pierin Júnior

Paulo Roberto Orso

Ivo Polo

Diretores-Secretários

Livaldo Gemin

Lisiane Rocha Czech

Diretores-Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia

Julio Cesar Meneguetti

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santarozza

Lauro Lopes

Ana Thereza da Costa Ribeiro

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato Antônio Fontana

SUMÁRIO

MEIO AMBIENTE 10

O CÓDIGO FLORESTAL	10
MOVIMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO	10
CARTILHAS DE ORIENTAÇÃO	11
O CAR E O PRA	11
CAR - EXIGÊNCIA DO IBAMA	11
REIVINDICAÇÕES DA FAEP	12
O CAR NO PARANÁ - REVOGAÇÃO DO SISLEG	12
PROJETO PILOTO DO CAR	13
CAPACITAÇÕES DO CAR	13
CARTÓRIOS E TABELIONATOS	13
REUNIÃO DE NÚCLEOS	14
DECISÃO DA CORREGEDORIA	14
PROBLEMAS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL	14
A LEI AMBIENTAL DO PARANÁ	15
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ESCARPA DEVONIANA	15
PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS	16
LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ARMAZÉNS	16
FORMIGAS CORTADEIRAS EM APPS E RESERVA LEGAL	16
LEI DE MANANCIAS	17
BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANAPANEMA	17
BACIA HIDROGRÁFICA DO TIBAGI	18
PCHS E HIDRELÉTRICAS	19
REGULARIZAÇÃO DE USINAS ANTERIORES A 2001	19
PISCICULTURA NO PARANÁ	20
PROGRAMA BIOCLIMA	20
CONTROLE DE JAVAPORCO	21
REVISÃO DO PROJETO DE LEI DE PULVERIZADORES	21
GEORREFERENCIAMENTO	21
PLANTE SEU FUTURO	22
ÁREAS DE REFÚGIO	22
ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO - ZEE	23
ZONA DE AMORTECIMENTO DO MILHO	23

RETIRADA DO BHC	24
AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO	24
GÁS DO XISTO NO PARANÁ	25
CULTIVOS FLORESTAIS	25

POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRÍCOLAS 26

II PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO	26
PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO E PLANO SAFRA	26
TRITICULTURA NACIONAL E CULTURAS DE INVERNO	26
APOIO A COMERCIALIZAÇÃO DO TRIGO	27
APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO	27
AJUSTE DOS PREÇOS MÍNIMOS	28
CRÉDITO RURAL	28
CRÉDITO RURAL ROTATIVO E AUTOMÁTICO	29
ATUAÇÃO DA FAEP VISANDO COIBIR A "VENDA CASADA"	29
O FINANCIAMENTO DE CAMINHÕES DO PROGAMA PSI RURAL	29
DÍVIDAS DA AVICULTURA	30
DÍVIDAS DA SUINOCULTURA	30
RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS	31
PRONAF E DAP	31
DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	31
ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO	32
PROAGRO	33
COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS DO PROAGRO	33
SEGURO RURAL	34
AS DIFICULDADES COM OS RECURSOS DO SEGURO RURAL	34
ATUAÇÃO DA FAEP NO SEGURO RURAL	34
AUDITORIA DO TCU	35
ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SEGURO RURAL	35
MELHORIA DA QUALIDADE DO SEGURO RURAL	36
PROBLEMAS COM O SEGURO DE TRIGO	36
O PROGRAMA DO PARANÁ PARA O SEGURO RURAL	36

SANIDADE AGROPECUÁRIA — 37

FEBRE AFTOSA	37
VAZIO SANITÁRIO DA SOJA	37
BRUCELOSE E TUBERCULOSE	38
NOVAS PORTARIAS	38
SERVIÇOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA	39
FORTELECIMENTO DOS CSAs	39
PLANO ESTADUAL DE SANIDADE AGROPECUÁRIA	40
SANIDADE SUÍNA	40
41ª COSALFA	40
FUNDEPEC - PR	41
FUNDO GARANTIDOR/FUNDEPEC - PR	41
RASTREABILIDADE	41
INFORMAÇÃO PGA/SISBOV/ RASTREABILIDADE	42
HELICOVERPA ARMIGERA	42
GREENING (HLB)	43
MINISTÉRIO PÚBLICO - PROJETO ALIMENTO SEGURO	43
NEONICOTINÓIDES NA PULVERIZAÇÃO AÉREA	43

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA — 44

PROJETOS DESENVOLVIDOS COM A ESALQ-LOG	44
TARIFAS DE FRETES FERROVIÁRIOS E RODOVIÁRIOS - PROJETO JAMAICA	44
TARIFAS-TETO NA ANTT	44
FÓRUMS DE LOGÍSTICA AGROINDUSTRIAL NO PARANÁ	45
INEFICIÊNCIAS LOGÍSTICAS NO AGRONEGÓCIO PARANAENSE - PROJETO BENIN	45
VISITAS DE PRODUTORES RURAIS AO PORTO DE PARANAGUÁ	46
POLIGONAL DO PORTO DE PARANAGUÁ	46
AQUISIÇÃO DA ALL PELA COSAN/RUMOS	47
MARACAJU/PARANAGUÁ	47
ENERGIA ELÉTRICA	47
UM PLANO PARA CELULARES E INTERNET NO MEIO RURAL	48
MODAL RODOVIÁRIO	48
CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉNS	48

INSUMOS — 49

RESERVA DE SEMENTES PRÓPRIAS	49
CONSULTA PÚBLICA - FERTILIZANTES	49
REGISTRO DE PRODUTO PARA UVA - PROTONE	49
"MINOR CROPS"	50
CADASTRO AGROTÓXICO NO PARANÁ	50
INFORMAÇÃO SOBRE A CONJUNTURA AGROPECUÁRIA	51

CUSTOS DE PRODUÇÃO — 51

CUSTO DE PRODUÇÃO - AVICULTURA	51
CUSTOS DA SUINOCULTURA	52
PROJETO CAMPO FUTURO	52
PAINÉIS	53

TRIBUTAÇÃO — 53

TARIFA EXTERNA COMUM DO TRIGO	53
ISENÇÃO DE IMPOSTOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	54
TRIBUTAÇÃO DO "SIMPLES NACIONAL"	54
DRAWBACK DO CAFÉ	54
TARIFA EXTERNA COMUM DE FERTILIZANTES	55

CONSELHOS — 55

CONSECANA E CONSELEITE	55
PREÇO JUSTO	55

COMISSÕES — 56

COMISSÃO TÉCNICA DE AVICULTURA	56
PROJETO DE LEI DOS EXAUSTORES	56
COMISSÃO TÉCNICA DE HORTIFRUTICULTURA	57
PESQUISA FLUXO DE COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS, HORTALIÇAS, FLORES, CARNES E PEIXES	57
IMPORTAÇÃO DA BANANA DO EQUADOR ...	58
ROTULAGEM DE FRUTAS E HORTALIÇAS	58
IDENTIFICAÇÃO NO RÓTULO DOS ALIMENTOS DO USO DE AGROTÓXICO NA PRODUÇÃO	58
COMISSÃO TÉCNICA SUINOCULTURA	59

COMISSÃO TÉCNICA DE BOVINOCULTURA DE CORTE	60
MOMENTO DE TRANSFORMAÇÃO	60
DIA DE CAMPO	60
PLANO DIRETOR DE PECUÁRIA DE CORTE	61
COMISSÃO TÉCNICA DE CEREAIS, FIBRAS E OLEAGINOSAS	62
NOVO PADRÃO DE CLASSIFICAÇÃO DO MILHO	62
COMISSÃO TÉCNICA DE CAPRINOCULTURA E OVINOCULTURA	63
COMISSÃO TÉCNICA DE CANA-DE-AÇÚCAR	63
COMISSÃO TÉCNICA DO MEIO AMBIENTE	64
COMISSÃO TÉCNICA DE BOVINOCULTURA DE LEITE	65
ESTRATÉGIA PARA QUALIDADE DO LEITE	66
CRIAÇÃO DE BEZERRAS E NOVILHAS	66
O LEITE DO SUL	66
ALIANÇA LÁCTEA	67
COMISSÃO TÉCNICA DE CAFEICULTURA	67
APOIO À CADEIA DE CAFEICULTURA DO PARANÁ	68

EVENTOS E REPRESENTAÇÃO DA FAEP **69**

SEMINÁRIOS, ENCONTROS DE PRODUTORES, CURSOS E TREINAMENTOS	69
CÂMARAS DO MAPA	69
PARTICIPAÇÃO NA FPA/IPA	70
ENCONTRO DE LIDERANÇAS	70
SESSÃO-GERAL DA OIE	70
CONFERÊNCIA DA OIE PARA AS AMÉRICAS	70
3ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DA OIE SOBRE O ENSINO DA MEDICINA VETERINÁRIA	70
OS SEGREDOS FORA DA PORTEIRA	70
19º CONGRESSO MUNDIAL DA CARNE	71
COHEFA - COPAIA - RIMSA	71
PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DOS CAPS DE PARANAGUÁ E DE ANTONINA	71

FÓRUM DE AGRICULTURA DA AMÉRICA DO SUL	71
13º CONGRESSO PANAMERICANO DO LEITE	71
CÂMARA DOS INTEGRADOS ABPA/CNA	72
CONGRESSO MUNDIAL DA CARNE	72
EXPEDIÇÃO SAFRA	72
RECEPÇÃO DE GRUPOS ESTRANGEIROS	72

VIAGENS INTERNACIONAIS **73**

VIAGEM TÉCNICA: RÚSSIA	73
VIAGENS TÉCNICAS AOS ESTADOS UNIDOS E CANADÁ	73

REPRESENTAÇÕES DA FAEP NO PARANÁ **74**

SINDICAL **74**

PROCESSO ELEITORAL	74
ITR/ADA	75
VTN 2014	75
CASA EM ORDEM	75

JURÍDICO **76**

AÇÕES DE APOIO JURÍDICO	76
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO	76
AÇÃO JUNTO A CORREGEDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	77
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	77
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL	78
PISO SALARIAL REGIONAL DO PARANÁ	78

COMUNICAÇÃO SOCIAL **79**





A FAEP

FAEP

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

AE




SISTEMA FAEP



FAEP
FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

SINDICA



A questão ambiental teve relevância em nossas preocupações nestes três anos de gestão pela sua importância para o produtor rural e pela necessidade de uma intervenção da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) no processo legislativo que criou o novo Código Florestal e a Lei estadual que institui o Programa de Regularização Ambiental.

Não por acaso, a questão ambiental toma grande parte deste relatório, que procura sintetizar a ação administrativa e política de nossa gestão à frente da FAEP no triênio 2012/2015.

Como em eleições anteriores para o governo do Paraná, também em 2014 a federação apresentou aos candidatos sugestões para o Plano de Governo, evidenciando a necessidade de reforçar o sistema oficial de apoio ao desenvolvimento econômico, especialmente do agronegócio, uma vocação de nosso Estado.

O mais importante para nós da FAEP é mostrar aos nossos produtores e aos formadores de opinião que nossa instituição tem feito o possível dentro de suas prerrogativas para defender os interesses de nossos filiados. E quando o fazemos, certamente estamos prestando uma contribuição para toda a sociedade paranaense que, cuja base econômica, depende da produção agropecuária.

Espero que a leitura deste relatório possa dar, por mais pálida que seja, uma ideia de nosso esforço permanente.

Ágide Meneguette

Presidente Sistema FAEP

MEIO AMBIENTE

• O CÓDIGO FLORESTAL



Nos últimos anos a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) atuou fortemente em alertas, mobilizações, ações no Congresso Nacional e publicações sobre as questões do Código Florestal, finalmente aprovado em 2012.

Em 2009, por exemplo, quando o projeto foi pautado no Congresso Nacional, a FAEP mobilizou 25 mil produtores rurais para divulgar as propostas do setor referentes às mudanças no código, em grandes reuniões em Maringá, Cascavel e outras cidades-polos.

Às vésperas da votação no Congresso, a FAEP mobilizou 4,5 mil produtores rurais, numa manifestação na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, com o objetivo de mostrar aos parlamentares a necessidade de aprovação da nova legislação.

Tais preocupações foram plenamente justificáveis porque o agronegócio é a base da economia estadual e mais

de um milhão de paranaenses vivem no campo, 92% deles em pequenas propriedades de até quatro Módulos Fiscais (72 ha em média).

Foram 13 anos de debates, discussões, manifestações e tramitação no Congresso Nacional, até sua consolidação através da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, complementada pela Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012.

Naturalmente o tema provocou pontos de vista divergentes e a presença da FAEP nesse cenário foi fundamental para a defesa dos interesses dos produtores rurais, não só do Paraná, mas do país.

• MOVIMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A FAEP trabalhou intensamente durante esse longo período, dialogando, debatendo e pressionando parlamentares no Congresso Nacional. Publicações especiais esclarecendo pontos importantes do novo Código foram encaminhadas aos sindicatos rurais, senadores, deputados federais e autoridades envolvidas na discussão.

O Boletim Informativo, em todos esses anos, divulgou passo a passo tudo o que acontecia no Congresso Nacional sobre o assunto. Foram produzidos vídeos, Hot Site e feita divulgação na imprensa mostrando o posicionamento da FAEP e defendendo os direitos e necessidades dos produtores rurais.

Da análise precisa dos artigos e parágrafos do projeto do Código nasceram inúmeras sugestões que foram incorporadas ao seu texto final. Incluem-se, por exemplo, áreas consolidadas, o Programa de Regularização Ambiental (PRA), a Reserva Legal consolidada para propriedades menores que quatro módulos fiscais, Áreas de Preservação Permanente incluídas no cálculo da Reserva Legal em propriedades maiores que quatro módulos, entre outros.

Nesse contexto o Código estabeleceu novos limites de uso das áreas dos imóveis rurais, para que se mantenha o equilíbrio entre as dimensões ambiental e econômica na exploração agropecuária.

• CARTILHAS DE ORIENTAÇÃO

Em 2012, a FAEP informou o produtor rural sobre tudo o que acontecia nos bastidores e no Congresso Nacional a respeito do Código Florestal. Foram diversos boletins sobre o tema e publicações especiais:

a) “O mais importante do novo Código Florestal” – Essa publicação esclarece os principais pontos do novo Código Florestal e foi muito útil porque informou o produtor rural em tempo real, ou seja, no dia da publicação da Lei nº 12.651/2012.

b) “Esclareça as maiores dúvidas do Código Florestal” – Baseada em uma coletânea dos principais questionamentos dos produtores rurais que foram respondidos de acordo com a nova lei. A FAEP participou de entrevistas de rádio e de debates sobre o tema.

c) “Cartilha do Código Florestal” – Para orientar e esclarecer os produtores, a FAEP elaborou uma cartilha com os principais pontos da lei e distribuiu 90 mil exemplares aos sindicatos e proprietários rurais.

d) Portal da internet da FAEP sobre o novo Código Florestal – Site informativo com a legislação do Código Florestal, o posicionamento da FAEP e vídeos esclarecendo as principais dúvidas dos produtores rurais.

• O CAR E O PRA

O Novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, estabeleceu os limites de uso das áreas dos imóveis rurais para que se mantenha o equilíbrio entre as dimensões ambiental e econômica na exploração agropecuária. A lei refere-se à proteção e preservação de florestas, Áreas de Preservação Permanente (APP) como as matas ciliares e Reserva Legal (RL).

Cumprida essa etapa a Lei criou dois instrumentos de regulamentação: o Cadastro Ambiental Rural (CAR) - o registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), a base legal para as intervenções no meio ambiente.

O Decreto nº 7.830, de 17 de outubro de 2012, complementou o novo Código Florestal e instituiu o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), com o objetivo de integrar os dados do CAR de todos os Estados. Na internet será possível cadastrar as informações dos imóveis rurais, indicando localização, perímetro, áreas de vegetação nativa, Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal e de uso restrito.

O CAR é uma das ferramentas mais importantes do novo Código Florestal e é pré-requisito para o produtor rural obter os benefícios das áreas consolidadas, que são as áreas do imóvel rural com ocupação preexistente a julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvopastoris.

O Paraná possui 532.840 imóveis rurais, conforme dados divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que terão o prazo de um ano para fazer o CAR.

• CAR – EXIGÊNCIA DO IBAMA

Em agosto de 2012, os fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama) estavam exigindo que os produtores rurais se inscrevessem no CAR para dar continuidade à análise de seus processos referente à recuperação da área autuada.



A FAEP manteve contatos com a superintendência do Ibama e com o presidente do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), ponderando que a exigência era descabida e, portanto, deveria ser suspensa. Os sindicatos rurais foram orientados para que o proprietário que recebesse ofício do Ibama, com exigência de preenchimento do CAR, o respondesse conforme o modelo de resposta elaborado e disponibilizado pela FAEP.

O Ibama após as considerações feitas, suspendeu a exigência do CAR.

• REIVINDICAÇÕES DA FAEP



Em 2012, a FAEP testou a plataforma de inscrição do CAR e detectou algumas falhas no sistema. A FAEP enviou dois ofícios, em maio e outro em julho, ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) alertando sobre os equívocos do CAR e solicitando a atenção da equipe técnica da pasta na análise do tema. O mesmo documento também foi enviado às bancadas federais do Paraná, à Casa Civil e ao Ibama.

As sugestões deram resultado. A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, durante audiência pública realizada em 03 de julho de 2013, na Comissão de Agricultura da Câmara

Federal, em Brasília, registrou publicamente as contribuições da FAEP para o aprimoramento do CAR. Entre elas, a possibilidade de retificação de dados lançados no sistema antes de serem consolidados para análise nos órgãos ambientais.

A ministra lembrou que o CAR estava em fase de ajustes do sistema, aceitando ainda sugestões, e citou ainda as colaborações da FAEP que resultaram no aprimoramento do CAR, as quais foram analisadas pelo MMA.

Como o CAR é declaratório, a ministra fez questão de frisar que a possibilidade de mudanças de dados lançados no sistema é um direito do produtor. Os ajustes no programa para que o produtor possa retificar antes de consolidar a informação, comparando com o que o ocorre atualmente com o Imposto de Renda, no sistema da Receita Federal foi resultado de solicitação da FAEP.

• O CAR NO PARANÁ – REVOGAÇÃO DO SISLEG

Em agosto de 2013, o CAR não havia sido regulamentado e os cartórios de registro de imóveis no Paraná continuavam exigindo a averbação da Reserva Legal para qualquer modificação na matrícula do imóvel. E o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg), criado pelos Decretos nº 387, de 3 março de 1999, e nº 3.320/2004, estava sendo solicitado pelo IAP.

No entendimento jurídico, o Sisleg estaria em desacordo com a legislação federal (o Código Florestal), considerando a superveniência da Lei Federal sobre a legislação estadual.

Para solucionar essa questão, a FAEP, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) enviaram ofício ao IAP solicitando a suspensão do Sisleg. O IAP e a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) emitiram resolução suspendendo por duas vezes o Sisleg até a implantação do CAR no Paraná.

O governador do Estado assinou o Decreto nº 8.680, de 6 de agosto de 2013, revogando o Sisleg, instituindo o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Paraná (SICAR-PR), integrando-o ao mesmo sistema de âmbito nacional estipulado pelo novo Código Florestal brasileiro. O artigo 7º, do Decreto nº 8.680, estipulou que o preenchimento do SICAR-PR pelos produtores paranaenses ocorrerá a partir da data de implantação do CAR pelo Ministério do Meio Ambiente.

• PROJETO PILOTO DO CAR

Para identificar possíveis deficiências na implantação do sistema do CAR, a FAEP realizou com os sindicatos rurais, em outubro de 2013, treinamentos.

Ao final da capacitação ficou acordado que os sindicatos rurais testariam em seus municípios os programas do Cadastro, encaminhando para a FAEP as considerações sobre o acesso à internet, as dificuldades nas leituras das matrículas e as situações específicas de produtores.

• CAPACITAÇÕES DO CAR



A exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR) estabelecida pelo novo Código Florestal resultou na realização de vários eventos de capacitação e treinamentos pela FAEP. O objetivo foi de orientar e uniformizar as informações sobre o CAR. Assim, com o IAP e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Ibama), a FAEP promoveu em maio de 2013 o primeiro curso de capacitação

para a implantação do CAR no Estado. O treinamento foi feito pelo Ibama e formou 60 multiplicadores para auxiliar os produtores rurais. Houve a participação de técnicos da FAEP e de 15 instrutores do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-PR), a quem coube a tarefa de treinar facilitadores para auxiliar os produtores rurais no preenchimento do CAR.

Essa atividade prosseguiu em maio de 2014, com oito turmas formadas por 270 funcionários de sindicatos rurais. Posteriormente, a FAEP e SENAR continuaram o ciclo de eventos sobre o CAR, com vários cursos e treinamentos. Em junho, coordenado pelo Ministério de Meio Ambiente, foi capacitado um novo grupo de 15 instrutores com carga horária de 24 horas. Nos meses subsequentes, o Sistema FAEP treinou outros 280 funcionários dos sindicatos rurais, também para orientar seus associados sobre o preenchimento do CAR.

Para multiplicar as informações referentes ao CAR, a FAEP, em parceria com o IAP, elaborou no segundo semestre de 2014, a cartilha “Orientações sobre o Cadastro Ambiental Rural”. Nela estão detalhados os principais pontos do Decreto e da Instrução Normativa relativas ao Cadastro Ambiental. Foram distribuídos 110 mil exemplares aos sindicatos, proprietários rurais e representantes dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente.

• CARTÓRIOS E TABELIONATOS

Em outubro de 2014, a FAEP e a Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (ANOREG-PR) realizaram a capacitação para notários e registradores. Foram eliminadas as dúvidas sobre as mudanças da implementação do novo Código Florestal, que implicavam nas atividades cartoriais. Foram capacitados 150 representantes de tabelionatos e cartórios e o evento teve a presença de representantes do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

No mesmo mês, a FAEP fez o mesmo trabalho para empresas, prestadores de serviços, prefeituras, parceiros dos sindicatos rurais, escritórios de contabilidade e estudantes.

A partir de 2017 as instituições financeiras só concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no CAR. Diante disso, a FAEP promoveu uma atualização no novo Código Florestal e um treinamento prático, com duração de 8 horas, para funcionários do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) em dezembro de 2014. No total, em 2014, o Sistema FAEP treinou mais de 1,1 mil facilitadores para auxiliar os produtores rurais a realizarem o CAR.

• REUNIÃO DE NÚCLEOS

Com intuito de esclarecer os principais questionamentos sobre o CAR, a FAEP promoveu encontros nos Núcleos dos Campos Gerais, em Ponta Grossa, do Sudoeste, em Pato Branco; do Oeste, em Cascavel e do Noroeste, em Umuarama. Nessas reuniões com lideranças, a FAEP apresentou questões relacionadas ao CAR e Código Florestal e respondeu as dúvidas dos produtores.

• DECISÃO DA CORREGEDORIA

A FAEP solicitou, desde 2012, à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Paraná a suspensão de alguns itens do Código de Normas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que exigiam a prévia averbação da Reserva Legal para realizar qualquer modificação no imóvel rural.

Em decisões do corregedor-geral de Justiça do Paraná, a FAEP obteve sucessivas prorrogações da suspensão. Com o novo Código Florestal, tal exigência será cumprida por meio do CAR.

Isso significa que o produtor, em caso de transações imobiliárias tais como desmembramento, remembramento, alienação e partilha, não necessitará mais apresentar certidão negativa do IAP. Além disso, ficou mantida decisão anterior pela qual o IAP não poderá exigir a Reserva Legal para fins de licenciamento ambiental.

A questão da exigência da averbação da Reserva Legal nas transações imobiliárias rurais vinha sendo sucessivamente prorrogada pela Corregedoria de Justiça. Agora, diante do novo Código Florestal, tal exigência será cumprida por meio do CAR, que tem o prazo de um ano contado a partir da publicação do novo código, Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, para ser implementado.

• PROBLEMAS DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Nas capacitações realizadas em 2014, surgiram vários questionamentos e algumas inconsistências do programa. A FAEP manteve contato novamente com os técnicos do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que as resolveu. Alguns questionamentos, porém, ainda não foram totalmente resolvidos; diante disso a FAEP enviou um ofício ao MMA com essas demandas, detalhando todas as dúvidas levantadas nos cursos de capacitação.

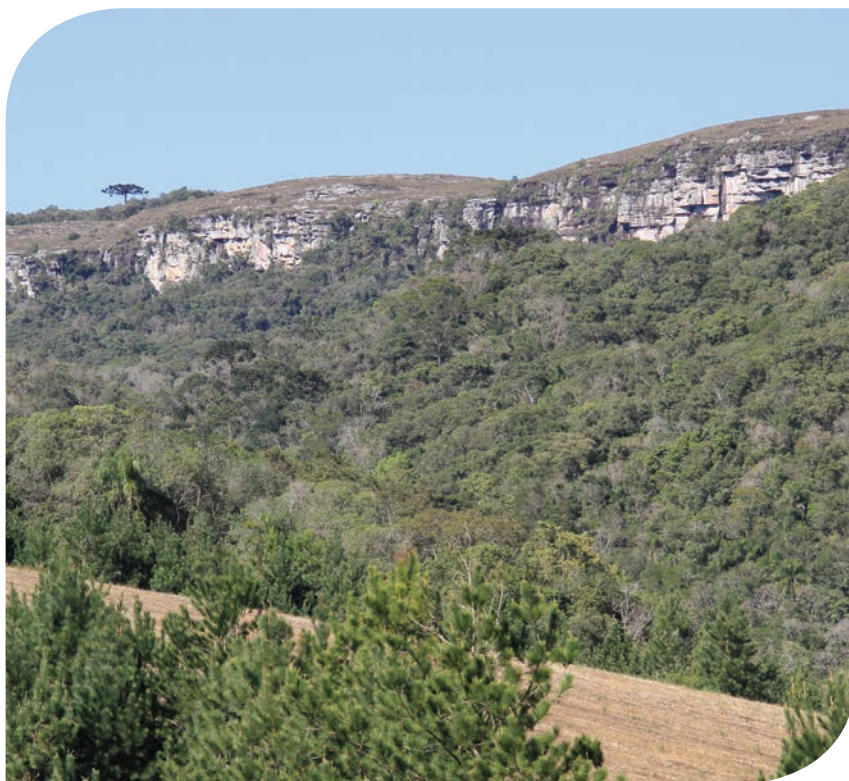


• A LEI AMBIENTAL DO PARANÁ

Em 10 de novembro de 2014, o governador em exercício Valdir Rossoni sancionou a Lei nº 18295/2014, que normatizou o Programa de Regularização Ambiental (PRA), permitindo assim a adequação dos imóveis rurais do Estado ao novo Código Florestal brasileiro. O Paraná é a primeira unidade da Federação a traduzir claramente pontos confusos da redação do Código federal.

O projeto de Lei de autoria do Executivo foi aprovado pela Assembleia Legislativa, relatado pelo deputado Pedro Lupion (DEM). A lei mantém todas as conquistas em relação a áreas consolidadas e isenção de recomposição de Reserva Legal para imóveis inferiores a quatro módulos fiscais (72 ha em média no Estado) existentes até 22 de julho de 2008. Nesses casos de dispensa de regeneração, os proprietários, após inscreverem no CAR, poderão pedir a baixa na averbação junto aos Cartórios de Imóveis.

• ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ESCARPA DEVONIANA



Após ter incentivado a primeira reunião entre os representantes das entidades e órgãos envolvidos dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana, criada pelo Decreto Estadual nº 1.231 de 27 de março de 1992, a FAEP vem participando de todas as reuniões e convocações em defesa dos produtores rurais nas demandas e reivindicações dentro da APA. A FAEP está à frente de ações em prol da definição dos novos limites da APA e na defesa da distinção entre as áreas produtivas e de proteção ambiental.

Para subsidiar suas propostas, a FAEP contratou uma empresa especializada para classificar em imagens de satélite de 2012, quais e quantas são as áreas produtivas e as de proteção ambiental da APA da Escarpa Devoniana, resultando deste levantamento: 146.858,37ha de lavoura e pecuária, 60.241,87 ha de cultivos florestais e 38.996,77 ha são da Escarpa Devoniana.

Munida dessas informações, a FAEP, em reunião no Palácio do Governo do Estado, com a Casa Civil e o IAP, solicitou providências para que o Estado proceda a medição desta área em caráter de urgência, definindo os limites do perímetro da APA junto aos imóveis rurais no entorno e a exclusão das áreas produtivas das de proteção ambiental como recomenda o próprio plano de Manejo da APA.

A FAEP também enviou ofício ao governo estadual, e suas vinculadas solicitando a alteração do perímetro da APA excluindo as áreas agrosilvipastoris e delimitando através de marcos os perímetros com coordenadas georreferenciadas.

A FAEP e o setor produtivo no decorrer de 2014 continuaram se posicionando contrários aos encaminhamentos do IAP/ITCG quanto à confecção de um novo MAPA da APA baseado em imagens de satélite de 2013 com boa resolução, porém sem nenhum levantamento à campo e incluindo áreas produtivas e urbanas que não são objetivo do Decreto.

A proposta da FAEP é revisar o perímetro e o memorial da APA considerando as áreas que, geológica e estruturalmente, representem a “Escarpa Devoniana”, não incluindo nela as áreas produtivas e consolidadas há várias décadas.

Outro fator preocupante é a notícia de 05 de setembro de 2014 do

“Tombamento” da APA da Escarpa Devoniana pela Secretaria de Cultura do Paraná com o intuito de restringir as áreas na APA que considerem os aspectos, históricos, paleontólogos e étnicos de populações antigas, sugerindo que estas áreas sejam impedidas de qualquer modificação e sem possibilidade indenizatória. A FAEP vem acompanhando o desenrolar do assunto e quais serão as linhas de trabalho do processo de tombamento em 2015.

- PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS

O Decreto Federal de 23 de março de 2006 (sem número) criou o Parque Nacional dos Campos Gerais e estabeleceu limites territoriais com perdas significativas de áreas produtivas. Para criar uma unidade de conservação são necessários estudos técnicos e consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade. Essas etapas de criação do parque não foram respeitadas. Na época foram sonegadas informações aos produtores e à comunidade.

Foram realizadas somente duas audiências públicas locais em Imbituva e Ponta Grossa, com pouca divulgação, além de duas outras em Brasília, na Câmara dos Deputados e no Senado. Nas audiências em Imbituva e Ponta Grossa não foram mencionados itens importantes como o embasamento técnico para definição das áreas escolhidas e de como seriam indenizados os proprietários.

A desapropriação de uma área deverá efetivar-se mediante acordo ou judicialmente, dentro de cinco anos contados da data da publicação do respectivo Decreto. Terminado esse prazo, o Decreto caduca. Portanto, a data-limite para que as desapropriações tivessem sido 100% concluídas, mediante acordo ou intentadas judicialmente, seria 22/3/2011, pois o Decreto é de 22/3/2006.

O Decreto-Lei nº 3.365/41 estabelece que somente depois de decorrido um ano da caducidade nova desapropriação por interesse público pode ser proposta. Logo, a partir do dia 23/3/2012, em tese, o Decreto de criação do Parque Nacional dos Campos Gerais poderia ser reeditado.

Porém, ainda que por força da lei já tivesse ocorrido a caducidade do Decreto, foi necessário que a FAEP entrasse com ação judicial fazendo a solicitação em 2012. A partir da caducidade do Decreto será possível a edição de um

novo Decreto, com novos limites, que não inclua no Parque Nacional dos Campos Gerais as áreas produtivas.

- LICENCIAMENTO AMBIENTAL PARA ARMAZÉNS

A liberação dos recursos de financiamento do Programa para Construção de Armazéns (PCA) depende do licenciamento ambiental. Em novembro de 2013, atendendo a solicitação da FAEP, o IAP, publicou a Portaria nº 304/2013, dispensando essa exigência de atividades agrícolas de baixo impacto, dentre elas os silos agrícolas, que tornam o processo demorado.

A capacidade estática máxima estabelecida é de até 7,5 mil toneladas e deve atender os critérios para controle das emissões atmosféricas. As mudanças não isentam os proprietários rurais de suas responsabilidades quanto à preservação do meio ambiente e de obedecerem aos limites estabelecidos nas normas ambientais.

Com a Portaria, o Paraná deve aumentar a sua capacidade de armazenagem de grãos nas propriedades rurais, podendo trabalhar melhor a logística de transporte da carga.

- FORMIGAS CORTADEIRAS EM APPs E RESERVA LEGAL



AFAEP levou ao secretário da Agricultura a preocupação de vários sindicatos rurais sobre o difícil controle de formigas cortadeiras em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL). Foram solicitadas providências para possibilitar o manejo de formigas cortadeiras na implantação das APPs e RL estabelecidas pelo novo Código Florestal.

Sensível ao apelo da FAEP, a Seab instituiu um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), composto por representantes da FAEP, Adapar, Emater, Iapar, Fetaep, Embrapa, Ocepar e IAP, para elaborar uma proposta de manejo de formigas cortadeiras nessas áreas.

A primeira ação recomendada pelo grupo foi a elaboração de um diagnóstico com a identificação da localização e grau de infestação das formigas cortadeiras em APPs e RLs. Com o resultado do diagnóstico e constatando-se situação de emergência fitossanitária, será solicitado aos órgãos federais (MAPA, Anvisa e Ibama), a liberação do uso emergencial de princípios ativos, na forma de iscas tóxicas e produtos para uso em termo nebulização, visando o controle dos formigueiros em áreas de APPs e RLs.

• LEI DE MANANCIAS

Em dezembro de 2013 foi apresentado um Projeto de Lei na Assembleia Legislativa com o objetivo de estabelecer diretrizes e normas para o planejamento, conservação e a gestão de bacias hidrográficas de abastecimento público.

O projeto limitava a área de proteção de mananciais com restrições severas para a agricultura, principalmente a impossibilidade do uso de agrotóxicos. A FAEP não concordou com o Projeto de Lei e fez considerações que resultaram na inclusão do artigo 7º: As atividades agrosilvopastoris são disciplinadas pela legislação vigente, não sendo a elas aplicadas as diretrizes, condicionantes, sanções ou qualquer restrição prevista nesta lei. Dessa forma os produtores rurais ficaram resguardados e não terão restrição alguma.

• BACIA HIDROGRÁFICA DO PARANAPANEMA

A Resolução Conjunta nº 613, de 09 de novembro de 2010, da Agência Nacional de Águas, secretarias do Meio Ambiente do Paraná e de São Paulo, criou o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema (CBH-Paranapanema)

e seus representantes por Estado, distribuídos em cinco setores: abastecimento urbano, irrigação e uso agropecuário, indústria, hidroeletricidade, hidroviário, pesca e turismo.

Conforme a Agência Nacional de Águas (ANA), a Bacia do Paranapanema abrange os Estados do Paraná e São Paulo totalizando 247 municípios, sendo 132 no Paraná com uma área de 50.088 km² e 101.004 estabelecimentos agropecuários, atingindo uma demanda de água no lado paranaense de 33,01m³/s dos quais 4,40m³/s no uso agropecuário.

Em 2014, o Plano Gestor da Bacia do Paranapanema teve diagnóstico preliminar apresentado pela ANA, com o intuito de caracterizar o uso do solo na bacia, as aptidões correspondentes das culturas atuais e restrições para a agricultura intensiva. A ANA também propôs a criação de mais Unidades de Conservação nas áreas citadas e a limitação do uso do solo com agricultura e pastagens intensivas. Em ambos os casos, caracterizou-se injustamente o setor agropecuário como mau usuário do solo e da água objetivando a cobrança da água como alternativa de compensação ambiental.

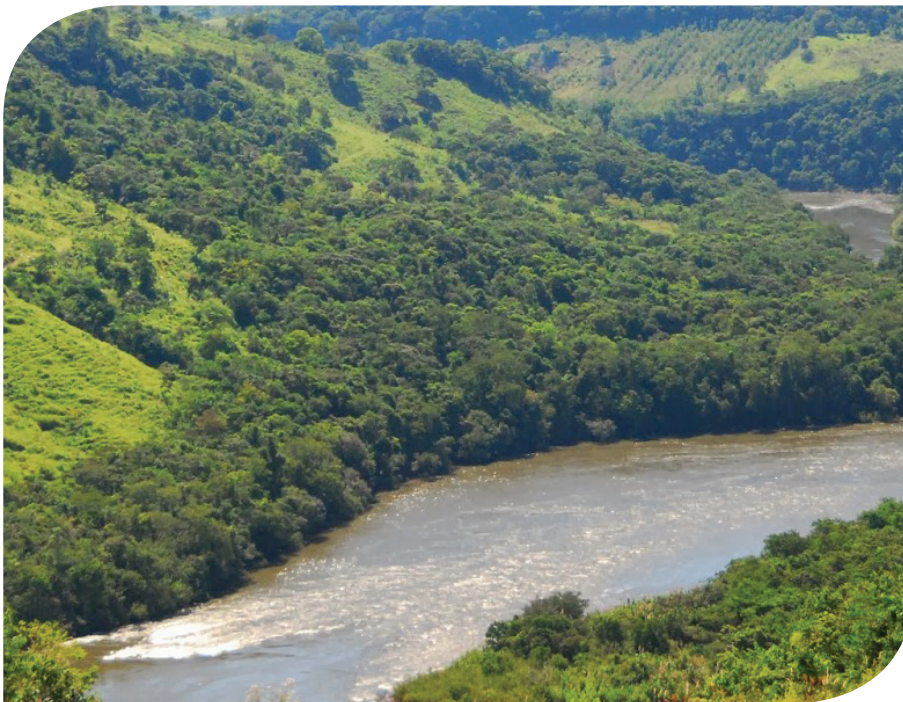


A FAEP e representantes do setor produtivo discordaram dessas propostas explicando que os produtores do Paraná já praticam o manejo de solos, plantio direto e combate a erosão há vários anos e que atendem às restrições de acordo com uso do solo. Nas regiões citadas como restrita e desaconselhável para as atividades agropastoris, a hipótese é de que a Agência se baseou em MAPAs com escala inapropriada ou que foram mal interpretados.

Um documento sugerindo alterações na proposta da ANA foi produzido pela FAEP, baseado no MAPA de solos de 2007 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e bibliografia de temas ligados à aptidão agrícola e uso do solo do Instituto Agrônômico do Paraná (Iapar) e Universidade Estadual de Maringá. A FAEP demonstrou com MAPAs atualizados de usos de solos da região que as áreas citadas são aptas às atividades agropastoris intensivas.

Em reunião da bacia do dia 12 de setembro de 2014, o representante da ANA, rerepresentou os slides do trabalho sobre atividades constantes da bacia, desconsiderando as restrições aos usos e aptidões dos solos em regiões consideradas pelo setor produtivo como aptas e produtivas, conforme reivindicação feita pela FAEP.

• BACIA HIDROGRÁFICA DO TIBAGI



A Companhia Brasileira de Pesquisa (Cobrape) foi contratada pelo Instituto das Águas do Paraná (Águas Paraná) para avaliar as Demandas Bioquímicas de Oxigênio (DBO) e a presença de fósforo total, considerando os três segmentos de usuários da Bacia do Rio Tibagi: industrial, urbano ou doméstico e uso agropecuário.

Esse estudo apontou injustamente o uso agropecuário como causa principal da incidência do fósforo que altera o DBO. Na região de Londrina, por exemplo, com índices de 496 kg/dia de fósforo, correspondendo a 39% de carga da bacia, concluiu-se que as cargas poluidoras de origem agropecuária estão presentes em todos os 63 pontos coletados.

Para entender melhor os índices de fósforo considerados, deve-se manter um índice entre a quantidade de fósforo depositada e a quantidade que o rio pode diluir, deste parâmetro se obtém a carga que deve ser reduzida de fósforo no rio. Conforme as previsões da empresa Cobrape, no caso da carga remanescente de fósforo do setor agrícola na bacia de 658,1 kg/dia deve ser reduzido em 67,4% até 2030 e para o setor pecuário de 908,3 kg/dia deve se reduzir em 61,3% até 2030.

As atividades mais poluidoras da bacia são de uso industrial e doméstico, porém o segmento agropecuário foi responsabilizado indevidamente pelos índices totais de fósforo provenientes da atividade pecuária e dos insumos agrícolas da atividade agrícola.

Em reunião com a Cobrape, em dezembro de 2013, a FAEP e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tibagi questionaram a metodologia adotada pela empresa e as formas de coletas nos pontos considerados agropecuários, pois para o setor foram considerados os pontos difusos e não pontuais, ou seja, os índices podem ter sido mascarados pelo uso doméstico e industrial também.

Diante do questionamento, o Comitê da Bacia cobrou do Instituto das Águas, contratante da Cobrape, uma nova avaliação com dados pontuais e monitoramento mais preciso nas coletas. Como a Cobrape estava terminando seu contrato em dezembro de 2013,

ficou definido na reunião em questão que o Instituto das Águas fará contratação de uma empresa para realizar e revisar os dados obtidos de fósforo e DBO em uma nova análise da bacia do Tibagi para 2015.

• PCHs E HIDRELÉTRICAS

Ao longo dos últimos anos, a FAEP tem buscado o diálogo entre os produtores afetados e empresas executoras de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

A maior dificuldade enfrentada pelos produtores rurais com relação às usinas é a perda de terras produtivas no entorno das áreas diretamente afetadas. Pelos últimos levantamentos as propriedades que poderão ser atingidas pelas obras destas usinas totalizam 1.447 imóveis rurais afetando mais de três mil produtores.

A FAEP participou de audiências públicas e reuniões com empresas construtoras de obras e orientou os produtores rurais. A FAEP já realizou palestras nos sindicatos rurais de Mariluz, Alto Piquiri, Perobal, Assis Chateaubriand, Campina da Lagoa, Capanema, Prudentópolis e Tibagi, comparecendo nas audiências públicas de Mariluz, Alto Piquiri, Perobal e Tibagi defendendo que os imóveis rurais atingidos tenham uma justa

e apropriada indenização a preço de mercado. Atualmente, estão em operação no Paraná 30 pequenas usinas com uma potência instalada total de 176.529 kW.

Em novembro, a FAEP participou de audiências públicas das usinas hidrelétricas de energia de Apertados, região que envolve 61 propriedades com 4.210 ha e a usina de Ercilândia afetando 125 propriedades com 4.396,55 ha.

Além das audiências, a FAEP fez palestra nos sindicatos rurais de Alto Piquiri e Assis Chateaubriand, com objetivo de orientar os produtores rurais nos seus direitos em não aceitar a obra da usina, nos valores indenizatórios, na metodologia de avaliação e nos passivos ambientais das APPs.

Nas audiências a FAEP deixou registrado a importância de que nos próximos estudos de impactos ambientais, seja considerado os levantamentos das propriedades rurais com maior riqueza de detalhamento das propriedades e que conste a relação completa dos produtores afetados.

• REGULARIZAÇÃO DE USINAS ANTERIORES A 2001

Os produtores rurais vizinhos aos reservatórios de pelo menos quatro hidrelétricas instaladas antes de 2001 no Paraná (Salto Caxias, Salto Santiago, Chavantes e Capivara) foram cobrados pela implantação de 100 metros de mata ciliar às margens dos reservatórios.

A FAEP participou de audiências públicas no interior e enviou, em conjunto com a Fetaep, carta-manifesto à presidente da República, a autoridades estaduais, federais, ministérios e entidades, demonstrando a ilegalidade dessa exigência. Em resposta, o Ministério do Meio Ambiente reconheceu, por meio de parecer, que para as hidrelétricas implantadas antes de 2001 a responsabilidade da preservação é da empresa gestora



das mesmas. Em 2012, com a edição do novo Código Florestal, Lei Federal nº 12.651, de 25/5/2012, finalmente essa situação ficou resolvida. O artigo 62 do novo código trouxe segurança jurídica e clareza à questão das matas ciliares nos reservatórios artificiais.

• PISCICULTURA NO PARANÁ



As maiores dificuldades encontradas pelos produtores que desejam entrar na atividade são os entraves da legislação ambiental e a demora na fiscalização e liberação dos processos protocolados. Desde 2013, a FAEP participa de reuniões com os órgãos ambientais estaduais com sugestões nas propostas de Leis e Portarias para desburocratizar a legislação. Assim, participou na inclusão de texto no artigo da Resolução SEMA/IAP nº 023/2013, que altera o § 2º do art. 1º da Resolução nº 051/2009, beneficiando os produtores rurais que atuam na atividade de “tanques escavados” ampliando de

um hectare para dois hectares a lâmina de água com dispensa de licenciamento ambiental.

A FAEP também contribuiu na proposta de Portaria formulada pelo Instituto das Águas do Paraná que prevê o aumento de derivação de outorga de água para atividades de aquicultura/piscicultura de 1,8 m³/h da Resolução SEMA nº 039/2004, para até 5,4 m³/h de dispensa de outorga, apenas exige-se o cadastramento.

Devido às demandas preexistentes da cadeia de piscicultura e as ações de apoio da FAEP foram criadas a Resolução SEMA/IAP nº 023/2013 e a Portaria do Instituto das Águas nº 006/2014, que devem desburocratizar e viabilizar a piscicultura no Paraná.

• PROGRAMA BIOCLIMA

A FAEP participou da construção, em 2012, do Programa Bioclima Paraná e assinou um termo de cooperação para divulgação, capacitação e orientação sobre o Pagamento de Serviços Ambientais.

As diretrizes da nova política ambiental estadual foram estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 4.381, de 24 de abril de 2012, que dispõe sobre a criação do Programa Bioclima Paraná, e a Lei nº 17.134, de 25 de abril de 2012, que institui o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

O objetivo é a conservação e recuperação da biodiversidade, propõe medidas de valorização das áreas naturais do Estado, prevê intervenções para a mitigação dos problemas causados pelas mudanças climáticas, e apresenta novos

mecanismos de gestão ambiental.

A lei que cria o Pagamento por Serviços Ambientais prevê o pagamento a produtores rurais que efetivamente contribuam para a conservação da mata nativa, além do que já é determinado pelo Código Florestal. Para receber os benefícios, as áreas precisam ser cadastradas no Instituto Ambiental do Paraná (IAP). O produtor rural também precisa apresentar certidões negativas de débitos ambientais e o Cadastro Ambiental Rural das áreas.

Os critérios para estabelecer o valor financeiro a ser

repassado aos produtores serão discutidos no grupo gestor, do qual a FAEP participa, e levarão em conta o tamanho do imóvel e da área de cobertura vegetal nativa conservada e a região onde estiver inserida a propriedade.

- CONTROLE DE JAVAPORCO



O Paraná enfrenta problemas com o aumento da população de javaporco, resultado do cruzamento de javalis com o porco doméstico, porque é o único Estado da região Sul sem legislação própria de controle da população dos javaporcos.

Esse tema foi abordado pelo Boletim da FAEP em 2012 e vários produtores relataram prejuízos causados por esse animal, classificado pela União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) como uma das 100 piores espécies exóticas invasoras.

O javaporco causa danos às culturas agrícolas, ataca animais de criação, transmite doenças, incluindo a raiva, a leptospirose e a febre aftosa. Além disso, promove a dispersão de plantas daninhas e altera processos ecológicos, sobretudo a regeneração natural da vegetação, pela forma do forrageio.

Foi encaminhado uma proposta ao Ibama solicitando autorização para o abate do animal em cada macrorregião. Em 1º de fevereiro de 2013, o Ibama publicou a Instrução

Normativa nº 03, de 31 de janeiro de 2013, que trata de nocividade do animal e permitiu o controle populacional em todo o território nacional.

- REVISÃO DO PROJETO DE LEI DE PULVERIZADORES

A FAEP e a Ocepar reuniram-se para discutir o Projeto de Lei nº 655/11, do deputado estadual Luiz Eduardo Cheida, sobre a instituição de inspeção obrigatória para pulverizadores de agrotóxicos. Após a discussão desse Projeto de Lei, a proposta foi considerada não adequada.

A proposta do projeto assenta-se sobre o argumento de que o uso inadequado dos equipamentos de pulverização gera prejuízos ao meio ambiente, ao agricultor e à sociedade. Essa suposição não se baseia em um levantamento detalhado sobre as proporções do problema assumido.

Não há no Paraná qualquer cadastro dos equipamentos que possa a priori gerar informação sobre a quantidade exata e o Estado dos equipamentos utilizados no campo. Da mesma forma, o projeto não apresenta diagnóstico sobre os impactos socioeconômicos para os agricultores do Paraná. No caso da implementação de um sistema tecnicamente correto.

Devido a esses e outros fatores, a FAEP e a Ocepar entregaram um ofício na audiência pública solicitando a não aprovação do referido Projeto de Lei e sugerindo a implementação de iniciativas para a melhoria da efetividade da aplicação de agroquímicos. Esse tipo de programa geralmente tem adesão muito maior por parte dos agricultores. O projeto não foi aprovado na forma como foi proposto, e foi criado um grupo de trabalho para discutir as alterações.

- GEORREFERENCIAMENTO

A legislação fundiária estabeleceu normas técnicas e parâmetros de precisão para a medição das propriedades rurais pelo método do georreferenciamento. A finalidade é dotar as propriedades rurais de medidas precisas de áreas e vértices, obtidas com a máxima precisão com o auxílio de satélites e aparelhos de Sistema de Posicionamento Global (GPS). Esses mecanismos permitem esclarecer todas as dúvidas entre proprietários sobre divisas e confrontantes de seus imóveis.

A partir dessa medição, é formalizado um processo com os documentos atualizados do imóvel rural e dos proprietários, e encaminhado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estadual, que, após análise, emite um Certificado de Medição da Área.

Com esse documento, o produtor rural tem acesso ao crédito rural e pode proceder as divisões e subdivisões de suas propriedades rurais nos cartórios de registro de imóveis, além de obter o Certificado do Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) no INCRA.

A FAEP oferece palestras para os produtores rurais com informações e orientações técnicas sobre toda a metodologia, legislação e documentação necessárias para atender às exigências legais e aos prazos do georreferenciamento nas propriedades.

Os processos encaminhados ao INCRA estão se acumulando, e os certificados demoram mais de um ano para ser emitidos. A FAEP solicitou que os prazos determinados para protocolar os processos de medição do georreferenciamento, conforme Decreto nº 7.620 de 21 de novembro de 2011, fossem prorrogados por mais 10 anos. Os prazos seriam a partir das datas solicitadas anteriormente a 2003, no caso de propriedades maiores, e 2009, para as propriedades menores. A solicitação foi atendida pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e pelo INCRA, dando mais tempo aos produtores rurais para atender a legislação.

• PLANTE SEU FUTURO

Em novembro de 2013, o governo do Paraná lançou a Campanha “Plante Seu Futuro” com o objetivo de unir o conhecimento da pesquisa com as necessidades do produtor, difundir as tecnologias disponíveis e capacitar técnicos, produtores e trabalhadores rurais em Boas Práticas Agrícolas.

Nos últimos anos, foram observadas em propriedades rurais de algumas regiões o aumento da erosão resultando em perdas de solo; o uso inadequado de agroquímicos devido à baixa qualidade nas aplicações, diminuição de inimigos naturais e aumento de pragas.

Na campanha foram definidos três temas a serem trabalhados: Gestão de Solos e Água; Controle de Formigas Cortadeiras e; Manejo Integrados nas Culturas, que inclui as práticas de Manejo Integrado Doenças (MID), Manejo

Integrado de Plantas Invasoras (MIPI), Manejo Integrado de Tecnologias de Aplicação (MITA) e Controle de Perdas em Colheita (GPC).

Foi instituído um grupo gestor composto pelo Sistema FAEP, Sistema Ocepar, Fetaep, Embrapa, Itaipu, Iapar e Emater. Uma oficina, com 40 representantes de instituições públicas e privadas, foi realizada em março de 2014, para um balanço dos primeiros meses da campanha e planejamento de ações estratégicas aos grupos temáticos.



• ÁREAS DE REFÚGIO

A área de refúgio é a prática recomendada por pesquisadores, técnicos e empresas de biotecnologia para os cultivos de plantas resistentes a insetos e têm como objetivo retardar o desenvolvimento de insetos tolerantes a plantas transgênicas.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no intuito de regulamentar as normas para implantação da área de refúgio, propôs uma Instrução Normativa atribuindo obrigações aos agentes envolvidos, produtores rurais e empresas de biotecnologia, para garantir a eficiência da tecnologia.

A FAEP é favorável às ações que garantem a eficácia da tecnologia, a sanidade e a produtividade das lavouras e

que salvaguardem os direitos dos produtos rurais. Porém, a proposta do MAPA que pretendia tornar obrigatória a área de refúgio apresentou algumas questões para reflexão. A normativa proposta não possuía definição clara sobre alguns aspectos, como a ausência de penalidades para as empresas detentoras das cultivares quando o evento tecnológico não for eficiente e sobre a garantia de oferta de semente em quantidade suficiente para a implantação da área de refúgio e definições sobre a atribuição ao Grupo Técnico-Científico de Acompanhamento da Resistência (GTAR).

A FAEP enviou ofício ao MAPA, em junho, solicitando que a primeira ação a ser realizada sobre a área de refúgio seria a criação do Grupo Técnico-Científico de Acompanhamento da Resistência (GTAR), ao qual ficaria o encargo da definição das regras para implantar a área de refúgio. Outra demanda foi que as empresas detentoras da tecnologia de resistências devem ser as responsáveis em disponibilizar e garantir ao mercado sementes sem a tecnologia de resistência em quantidade suficiente para a implantação das áreas de refúgios. A cultivar utilizada na área de refúgio deve ser a mesma cultivar que foi utilizada para inserir o gene de resistência, assegurando assim, ciclo, porte e potencial produtivo equivalente a cultivar Bt.

O MAPA instituiu o Grupo Técnico-Científico sobre Manejo de Resistência (GTMR), em 25 de setembro, com a função de acompanhar e avaliar a eficiência dos eventos de resistência. O GTMR é composto por representantes do governo, entidades de classe e por empresas de biotecnologia. Para a safra 14/15 a área de refúgio deverá seguir as recomendações das empresas detentoras da tecnologia, a proporção recomendada ficou de 20% para a cultura de soja e 10% para a cultura do milho. As porcentagens para as próximas safras serão definidas pelo GTMR após a realização e análise de novos estudos.

• ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO - ZEE

O Decreto nº 7.750, de 14 de julho de 2010, estabeleceu a criação da comissão coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), incumbiu o Instituto de Terras Cartografia e Geociência (ITCG), vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), de planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução dos trabalhos de zoneamento.

A comissão executora foi constituída por instituições governamentais estaduais e federais, sem nenhuma participação do setor privado. Em maio, o ITCG convidou a FAEP para audiências públicas com objetivo de debater e aprovar o ZEE do Paraná. Nessas audiências públicas, foi constatado que não foram levantados os dados levando em consideração as dimensões econômica, social e ambiental da produção rural nas regiões do ZEE. Isso demonstra que no Estado eminentemente agrícola os estudos do ZEE não deram a devida importância a esse setor.

Foi encaminhado um ofício solicitando a criação de um grupo de trabalho para rediscutir e sugerir ações para implantar o ZEE no Estado, antes de submeter o projeto novamente à audiência pública.

• ZONA DE AMORTECIMENTO DO MILHO



Zona de amortecimento é o nome que se dá ao entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos ambientais negativos sobre a unidade.

O Decreto nº 5.950/2006 estabelece os limites para o plantio de organismos geneticamente modificados nas

áreas que circundam as unidades de conservação e que corresponde a 500 metros para a soja e 800 metros para o algodão, ambos geneticamente modificados.

Com relação ao milho, a Instrução Normativa nº 24/2005 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) determina, para a produção de sementes de milho variedade especial, a distância mínima de 400 metros de fontes de pólen contaminante. A Resolução Normativa nº 4/2007 da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), por sua vez, estabelece que os produtores são obrigados a manter um mínimo de 100 metros de distância de isolamento entre o milho Bt, que é uma variedade geneticamente modificada, e a lavoura convencional vizinha.

Baseada nessas orientações normativas, nas recomendações de pesquisas e nas reivindicações dos produtores, a FAEP solicitou ao ministro da Agricultura o estabelecimento, por meio de Decreto, de uma zona de amortecimento de 400 metros para o plantio de milho geneticamente modificado.

• RETIRADA DO BHC



O BHC (Hexaclorobenzeno) foi proibido em 1985 e muitos produtores depositaram remanescentes do veneno em velhos paióis ou enterram o produto. Para facilitar a sua eliminação das propriedades rurais de forma legal e sustentável, foi editada a Lei Estadual nº 16.082, de 17 de abril de 2009, que determinava o prazo de um ano de anistia para que o produtor fizesse a autodeclaração, ficando isento de multas.

A FAEP iniciou, então, em 2012, uma grande campanha de divulgação do projeto e mobilização dos sindicatos para o cadastramento dos produtores que possuíam o BHC. Foram recolhidas 812 toneladas, mas constatou-se que, muitas vezes, a quantidade em poder dos produtores era superior a autodeclarada. Diante disso, foi assinado um Termo de Cooperação entre FAEP, Sema, Iap, InpEV, Emater e Ocepar para recolher 392 toneladas já declaradas, finalizando a primeira etapa com 1,2 mil toneladas recolhidas. Uma nova lei permitiu uma segunda etapa de recolhimento ocorrida entre fevereiro e agosto de 2013.

Em março de 2014 o MAPA premiou o projeto de retirada do BHC como exemplo de eficiência e de sucesso em gestão sustentável na agricultura. O projeto foi incluído na segunda edição do livro Gestão Sustentável, com outros sete exemplos de eficiência e sucesso na agricultura.

• AGRICULTURA DE BAIXO CARBONO

O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), criado em 2010 pelo governo federal, tem como meta melhorar a produção e a produtividade das lavouras e da pecuária, principalmente em áreas degradadas e de baixo rendimento. Em 2013, uma parceria do Sistema FAEP com várias instituições como Banco do Brasil, Secretaria de Estado da Agricultura do Paraná (Seab/PR), Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Embrapa Florestas e Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná permitiu a formação e a capacitação de 120 técnicos para a elaboração e o acompanhamento de projetos do Programa ABC. Anteriormente, em 2012, o Sistema FAEP realizou dias de campo em 11 regiões do Paraná, com painéis teóricos e práticos.

• GÁS DO XISTO NO PARANÁ

Explorado em pequena escala no Brasil pela técnica de fraturação (fracking), o gás do xisto, combustível semelhante ao gás retirado de petróleo, tem uma das reservas de maior potencial na região Oeste do Paraná, um grande polo agropecuário. A área está próxima ao Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios subterrâneos de água potável do mundo e foi a região selecionada por um edital da Agência Nacional de Petróleo (ANP), no final de novembro de 2013. A ANP indicou uma área potencial de 49.362 km².

O “fracking” tem sido questionado pelos riscos e danos ambientais. A falta de informações sobre o assunto gerou incerteza entre os produtores sobre qual alternativa mais viável e menos impactante para o setor agropecuário. A FAEP vem acompanhando todas as notícias desde o anúncio do edital da exploração por parte da ANP, mantendo contatos com geólogos de renome e com experiência no assunto, citando preliminarmente o professor e Doutor em geologia da UFPR, Paulo Cesar Soares, que esteve na FAEP explicando as características e a exploração do gás do xisto.

A FAEP e o Sindicato Rural de Cascavel, em parceria com a Copel, Itaipu e Petrobras, promoveu reunião com os produtores para esclarecer sobre as consequências econômicas, ambientais e sociais da exploração dessa alternativa energética. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente criou a Resolução 032/2014 constituindo um grupo de trabalho para estudar o assunto e a Assembleia Legislativa do Paraná configura um projeto de lei que pede a moratória de cinco anos para o Estado providenciar estudos técnicos mais aprofundados. Ambas as iniciativas estão sendo analisadas pela FAEP.

Outra ação da FAEP foi a ida de sindicalistas e técnicos em quatro viagens técnicas para aprimorar os conhecimentos sobre a produção agropecuária dos EUA e do Canadá com visitas a associações e também em universidades para receber informações de especialistas sobre as explorações do gás de xisto, suas consequências, oportunidades e riscos nestes países.

• CULTIVOS FLORESTAIS

A praga da “Vespa da Madeira”, que ataca as mudas e árvores de eucaliptos em várias idades em todo o Brasil, é a principal preocupação dos produtores e plantadores desta

espécie. A FAEP vem atuando em prol dos produtores rurais que plantam árvores em sua propriedade, principalmente para atender a demanda de secagem de grãos, papel e celulose e na divulgação aos produtores de informações sobre pragas e doenças florestais que as instituições de pesquisas divulgam, além de participar de eventos.

Em parceria com a CNA, a FAEP realizou em Telêmaco Borba, o projeto Campo Futuro de custos de eucaliptos, buscando um parâmetro aos produtores sobre como diminuir os custos e agregar valores nas culturas de eucaliptos e pinus.

A FAEP e o SENAR-PR formalizaram uma parceria com a UFPR no projeto de enxertia da araucária para que os produtores obtenham a produção de pinhões com antecedência de no mínimo cinco anos, e possam utilizar estas espécies no Programa de Regularização Ambiental do CAR.

Com relação à demanda de produtores dos Campos Gerais em obter o corte de araucárias plantadas junto ao IAP a FAEP enviou ofício em 2012 solicitando a mudança da Portaria nº 063/2006 do IAP que só autoriza o corte de plantios em linhas e fileiras, exigindo uma área maior de plantio, pois as áreas plantadas em reboleiras não são autorizadas e sugeriu a criação de um grupo de trabalho para tratar do assunto.



POLÍTICAS PÚBLICAS E AGRÍCOLAS

• II PLANO DIRETOR DO AGRONEGÓCIO

A FAEP entregou em julho de 2014 aos candidatos ao governo do Estado, as principais propostas do agronegócio paranaense. O II Plano Diretor do Agronegócio foi produzido por técnicos e consultores da Federação, ouvindo líderes sindicais rurais. Pela segunda vez a FAEP faz uma análise da economia paranaense e propõe alternativas para a futura administração.

Baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, o Plano mostra claramente que, onde a agropecuária é pouco desenvolvida, o IDH é baixo. Assim, foram sugeridas alternativas para a futura administração. Um dos principais itens propostos ao setor público para proporcionar o desenvolvimento econômico e social do Estado é de preencher o vazio provocado por uma paralisia nas funções estatais.

O trabalho constatou que os sucessivos governos deixaram de se interessar pela formação de quadros técnicos e de executivos. Assim, o setor público do Paraná se ressentiu da falta do que se poderia chamar de “núcleos pensantes”, formado por executivos do setor público e técnicos de alto nível. Por consequência, as prateleiras do governo do Estado estão vazias de projetos há muito tempo. Uma das propostas é a criação de uma escola para formar executivos e técnicos do setor público.

Cabe ao governo do Estado, diz o Plano, induzir o processo de desenvolvimento do Estado, ampliando o ambiente de negócios, criando estímulos para desenvolvimento das atividades produtivas e atração de novos investimentos e, de outro lado, disponibilizando a máquina governamental com técnicos capacitados para operar essas transformações.

É de responsabilidade do governo do Estado e Federal e de segmentos do agronegócio isoladamente ou em Parcerias Público Privadas, adequar a logística de transporte além de fazer melhorias de curto prazo na malha de transporte rodoviária e ferroviária e na infraestrutura portuária.

• PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO E PLANO SAFRA

A FAEP em conjunto com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) e a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab), com o apoio dos sindicatos rurais, produtores e cooperativa elabora anualmente as propostas ao “Plano Agrícola e Pecuário e Plano Safra”, que é o documento divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), respectivamente, contendo as diretrizes de política agrícola para a safra seguinte.

A política agrícola é um conjunto de ações voltadas para o planejamento, o financiamento e o seguro da produção rural. O objetivo do documento da FAEP é propor políticas agrícolas buscando melhorar o acesso ao crédito rural, o atendimento no seguro rural, a efetividade das políticas de apoio à comercialização, o aperfeiçoamento do zoneamento agrícola e a criação de programas especiais de fomento setorial.

• TRITICULTURA NACIONAL E CULTURAS DE INVERNO



Anualmente, a FAEP, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) elaboram as sugestões à “Política Agrícola Brasileira para Triticultura e Demais Culturas de Inverno”, que é divulgado pelo MAPA com as diretrizes de política agrícola para as culturas de inverno.

O documento conta com sugestões dos sindicatos rurais, produtores e cooperativas e tem como objetivo principal buscar uma política pública que defina, com clareza, o interesse no cultivo do cereal nacional frente aos desafios enfrentados, que são: a redução histórica da área de cultivo no Estado frente aos baixos preços de comercialização, abaixo do custo de produção e abaixo do preço mínimo; a concorrência com o produto importado, sem salvaguardas ao produto nacional; a ausência de apoio à comercialização em volumes e períodos adequados; a correção do preço mínimo abaixo do custo de produção; entre outros.

• APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO TRIGO



Os preços médios recebidos pelos produtores, nas últimas safras, geralmente têm ficado abaixo ou próximo do custo de produção da cultura, resultando em baixa rentabilidade ou prejuízo aos produtores.

Este cenário se repetiu em 2014 no momento da comercialização da safra paranaense. Na época de plantio, os preços do cereal, em patamares superiores ao custo de produção estimularam o aumento de área, porém a partir da colheita, agravado pelas importações do cereal com isenção da Tarifa Externa Comum (TEC), os preços médios recebidos pelos produtores caíram abaixo do custo de produção e do preço mínimo.

Diante disso, a FAEP, que já havia alertado o governo da necessidade de incentivar a produção nacional e das consequências da isenção da TEC, solicitou apoio à comercialização do cereal por meio dos mecanismos da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM).

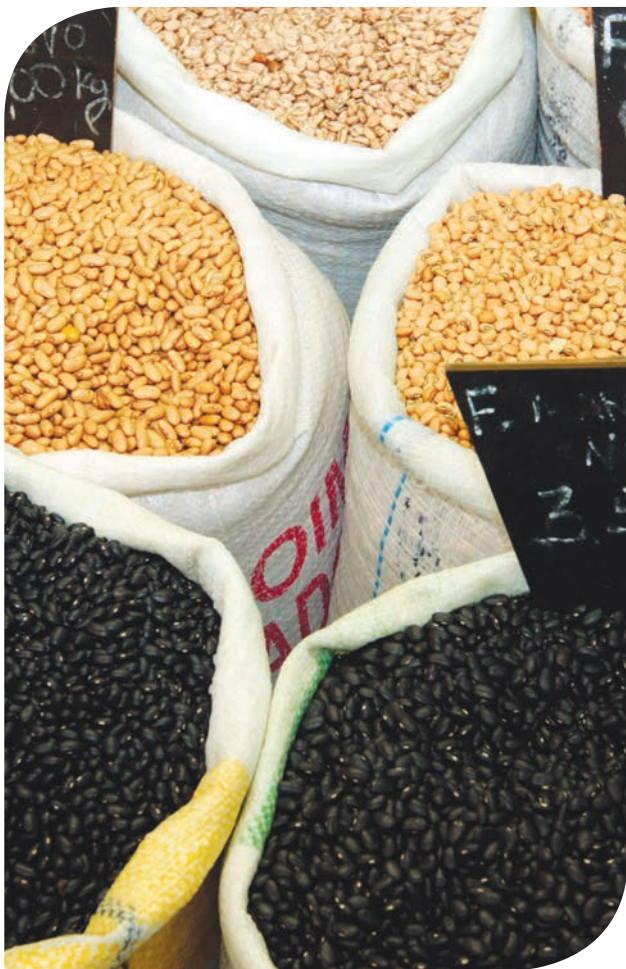
Os leilões de Prêmio Equalizador pago ao Produtor (PEPRO) do MAPA para o apoio à comercialização do trigo no Paraná começaram em outubro e até o final de novembro 11% da safra paranaense foi comercializada com esse mecanismo.

• APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DO FEIJÃO

Motivados por preços remuneradores do feijão no momento de planejamento da safra e com preços mínimos da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) condizentes, os produtores aumentaram o plantio na safra 2013/14. A produção nacional totalizou 3,4 milhões de toneladas e a paranaense 808 mil toneladas, ambas com aumento de 22%, segundo dados da Conab e Seab. Com a maior oferta os preços médios do feijão passaram a cair, abaixo do custo de produção.

A FAEP, em janeiro de 2014, com início da colheita do feijão de 1ª safra alertou o governo da necessidade do apoio à comercialização do feijão para garantir ao produtor o preço mínimo. Apesar das diversas solicitações da FAEP durante todo o ano de 2014 e de muitas promessas do governo para o apoio à comercialização, as Aquisições do Governo Federal (AGF) ocorreram apenas nos meses de maio e junho, para 14 mil toneladas.

Até setembro, o governo não tinha disponibilizado novos recursos para o apoio à comercialização, apesar das promessas, e os preços continuaram abaixo do preço mínimo. Durante o ano inteiro a FAEP alertou sobre a necessidade de apoio à comercialização do produto com ofícios encaminhados a presidência da República e aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário e da Fazenda.



A FAEP também se reuniu com a Seab, Conab, Ocepar, Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep) para discutir a situação dos preços, dos armazéns no Estado e para numa ação conjunta solicitar ao governo federal que mais recursos fossem disponibilizados com urgência aos produtores de feijão.

No início de setembro, quando ainda havia 100 mil toneladas de feijão para comercializar no Paraná, o MAPA anunciou recursos de R\$ 30 milhões para o AGF do feijão, dos quais apenas R\$ 10 milhões seriam destinados ao Paraná. A FAEP continuou insistindo com o governo federal enviando diversos ofícios pedindo a liberação de mais recursos, mas de concreto houve a liberação total de R\$ 22 milhões, equivalente ao apoio de 13 mil toneladas para uma produção paranaense total de 808 mil toneladas. Na safra seguinte (feijão de 1ª safra) os produtores desestimulados com a falta de garantia do preço mínimo reduziram a área de produção em 19%.

• AJUSTE DOS PREÇOS MÍNIMOS

Os preços mínimos foram criados no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para garantir a continuidade dos produtores na atividade e com o objetivo de cobrir os custos de produção quando o preço pago ao produtor no mercado fica abaixo do preço mínimo estipulado pelo governo federal.

O preço mínimo é exercido com mecanismos da PGPM como leilões de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP), Aquisições do Governo Federal (AGF), entre outros.

A FAEP propõe que a PGPM tenha planejamento com recursos em montantes adequados, que possam ser utilizados oportunamente. A correção dos preços mínimos da PGPM equivalente aos custos de produção é uma das diretrizes das propostas da FAEP.

Na safra 2013/14 o preço mínimo do feijão preto e do feijão carioca foram reajustados, atendendo ao pedido da FAEP. O preço do café, do milho, do arroz, do trigo também passou por ajustes, mas ainda inferiores ao aumento do custo de produção destas atividades. Dessa forma, a FAEP continua trabalhando para que o preço mínimo das culturas reflita o custo de produção.

• CRÉDITO RURAL

Em relação ao crédito rural, apesar de serem necessárias muitas adequações, tornando-o cada vez mais abrangente, destacam-se as seguintes propostas da FAEP que foram atendidas:

- a) Evolução do montante de recursos programados e aplicados no crédito rural consoante a demanda no Paraná;
- b) Redução das taxas de juros, especialmente na safra 2013/14, comparativamente às safras passadas;
- c) Criação de novos programas como o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), que financia a incorporação de inovação tecnológica no campo, beneficiando atividades como avicultura, suinocultura, pecuária e hortifrutigranjeiros, com taxas de juros e prazos acessíveis;
- d) Criação do Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) para ampliação e construção de armazéns;
- e) Melhorias e diferenciações no enquadramento para

o médio e pequeno agricultor através do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

f) Financiamentos acessíveis pelo Programa Nacional de Sustentação do Investimento (PSI) e redução da taxa de juros do Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota); entre outras conquistas obtidas pela FAEP.

O acesso ao crédito rural com taxas de juros, limites de crédito e prazos adequados é fundamental para a atividade agropecuária. Vale ressaltar que o Paraná é o Estado que mais contratou operações de crédito rural para custeio, investimento e comercialização com participação em média de 15% no total disponibilizado para o Brasil.

- CRÉDITO RURAL
ROTATIVO E AUTOMÁTICO

Considerando que a cada nova operação de crédito rural, o produtor necessita fazer um novo projeto de financiamento incorrendo em demora nas análises e custos adicionais, a FAEP vem propondo a concessão de crédito rural rotativo para custeio aos produtores, além do que já foi conquistado no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor (Pronamp).

Nesse sentido, o Banco do Brasil, na última reunião da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, em 2014, apresentou aos produtores nova modalidade de financiamento de custeio, com recursos próprios, com renovação automática por até cinco safras, objetivando reduzir o tempo da operação e quantidade de documentos exigidos a cada nova operação.

- ATUAÇÃO DA FAEP
VISANDO COIBIR A
“VENDA CASADA”

São comuns os casos de agricultores que financiam a produção com linhas de custeio ou investimento e se veem envolvidos com a “venda casada” de produtos e serviços, os quais são ofertados nas instituições financeiras costumeiramente durante a negociação para liberar o crédito como forma de induzir o cliente à aquisição de títulos de capitalização, cartões de crédito, consórcios, entre outros.

Outra prática ilegal é a retenção de parte do financiamento para aplicação em poupança, fundos de investimentos e até em previdência privada. O “cardápio” pode variar de acordo com as metas a serem cumpridas pelos gerentes dos agentes financeiros.

Visando minimizar a prática de “venda casada”, a FAEP encaminhou orientação aos sindicatos rurais informando que a liberação de recursos do financiamento de crédito rural nos agentes financeiros não pode ser condicionada à compra de produtos e serviços financeiros que caracterizem a “venda casada”.

Os casos que chegam ao conhecimento dos sindicatos rurais foram informados à FAEP, que os monitora junto aos agentes financeiros. Isso resultou em redução da prática de “venda casada” nesses municípios.

- O FINANCIAMENTO DE
CAMINHÕES DO PROGRAMA
PSI RURAL



O Programa de Sustentação do Investimento (PSI) foi criado em 2009 com o objetivo de estimular o investimento em diversos setores frente à situação de crise financeira mundial. Desde então, tem vigorado com taxas de juros acessíveis, financiando máquinas e equipamentos.

Uma conquista da FAEP dentro deste programa foi a autorização para financiamento de caminhões para o produtor rural pessoa física, o que antes só podia ser realizado pelo Programa Procaminhoneiro mediante ao Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC), por no mínimo dois anos anteriores ao financiamento, o que caracteriza o interesse de quem desempenha atividade remunerada de transporte.

• DÍVIDAS DA AVICULTURA



A crise vivenciada pela avicultura em 2012, em função dos preços elevados do milho e da soja, devido a quebra de safras por estiagem, deixou os produtores rurais integrados em situação de incapacidade de pagamento de dívidas.

Durante o ano, a FAEP tomou uma série de medidas visando a continuidade das atividades da avicultura. Entre elas a solicitação da prorrogação das parcelas de operações

de custeio e investimento condicionada à garantia de que a indústria mantivesse os contratos com os produtores integrados; linha de crédito para capital de giro destinada às indústrias, com o objetivo de permitir a continuidade de suas atividades, e a adequação das linhas de crédito para aquisição de empresas ainda ativas, possibilitando que as indústrias fossem compradas antes mesmo do encerramento de suas atividades, o que afetaria produtores rurais e seus empregados.

Em setembro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução nº 4.131 autorizando a prorrogação de operações de custeio e investimento para produtores não integrados da atividade de avicultura. Novamente, a FAEP solicitou a prorrogação das dívidas de custeio e investimento a partir da inclusão dos produtores integrados nas condições da Resolução.

• DÍVIDAS DA SUINOCULTURA

Em 2012, a suinocultura foi marcada por uma significativa crise financeira, resultado do aumento da produção aliado ao baixo crescimento das exportações e do consumo, que gerou maior disponibilidade do produto no mercado interno. A elevação no custo da alimentação animal e a alta internacional dos preços das commodities milho e soja, contribuíram consideravelmente para aumentar o custo de produção.

Buscando uma forma de minimizar os prejuízos, a FAEP fez uma série de solicitações ao MAPA que foram todas atendidas permitindo ao produtor fôlego para permanecer na atividade da suinocultura em 2012. Diante desse quadro, a FAEP foi atendida em todas as solicitações feitas ao MAPA: A prorrogação das parcelas de custeio e investimento das operações de crédito rural; a prorrogação foi autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), inclusive para operações que já tinham sido prorrogadas; a liberação de

crédito para retenção de matrizes a taxa de juros de 5,5% ao ano com limite de R\$ 2 milhões por beneficiário; e, a venda de milho em balcão dos estoques públicos da Conab, com menor valor para a saca de milho nos municípios que tiveram situação de emergência declarada no início do ano. Os preços passaram a se recuperar a partir de julho, com média mensal de R\$ 2,65/ kg pagos ao produtor já em agosto.



• RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS

A safra 2011/12 foi marcada por uma severa estiagem que afetou a produção de grãos no Paraná. Em 137 municípios foi decretada situação de emergência com danos às lavouras de verão e inverno. Como os produtores ficaram com a capacidade de pagamento comprometida foi necessária a publicação de normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) para prorrogação de dívidas de custeio e investimento.

Inicialmente, as parcelas do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) não foram contempladas, mas após solicitação da FAEP foi possível a prorrogação das mesmas.

Outras atividades passaram por dificuldades em relação a capacidade de pagamento devido a fatores como: o

aumento do custo de produção com a elevação dos preços do milho, a redução das exportações e o aumento de produção, no caso da suinocultura.

Diante disso a FAEP solicitou diversas medidas de apoio a estas duas atividades, entre elas a prorrogação de parcelas de custeio e investimento, incluindo operações que já tivessem sido prorrogadas.

• PRONAF E DAP

A FAEP vem atuando nos programas de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, a estimativa é de que cerca de 35% dos produtores rurais do Paraná têm enquadramento nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Com os novos critérios de enquadramento do Pronaf na safra 2013/14, a FAEP cadastrou e credenciou 119 sindicatos para atuar na emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Paralelamente a isso, foram dados esclarecimentos e orientações aos sindicatos, com uma demanda de atendimento diária sobre as normas do Pronaf e da emissão de DAP, documento obrigatório para usufruir das políticas públicas.

• DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Em 2012, muitos produtores ficaram de fora da renegociação da Lei nº 11.775/2008, que estabeleceu as condições especiais prevendo descontos no parcelamento ou na liquidação à vista das dívidas rurais inscritas na Dívida Ativa da União (DAU).

A FAEP solicitou a reabertura de prazo para nova renegociação de DAU em 2013, que ocorreu com a edição da Lei nº 12.788, de 14 de janeiro de 2013 para liquidação ou renegociação de operações de crédito rural inscritas em DAU até 31 de outubro de 2010. Para liquidação ou renegociação foram concedidos, até agosto de 2013, descontos e prazos de pagamento de até 10 anos, conforme definido pela Lei nº 11.775/08.

Mesmo antes da última negociação, em 2013, a FAEP já havia solicitado que a nova lei atendesse produtores que tiveram operações de crédito rural inscritas em DAU após 31 de outubro de 2010. Foram autorizadas, por meio de Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN), prorrogações de operações de custeio e investimento, no

entanto, produtores que foram inscritos em DAU após 2010 não tiveram a oportunidade de renegociar suas operações.

Nas Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário para a Safra 2014/15 a FAEP incluiu a necessidade de se permitir a renegociação ou liquidação, conforme os critérios da Lei nº 11.775/2008 para operações de crédito rural inscritas em DAU até junho de 2014 e ampliar o prazo para adesão dado pela Lei nº 12.778/2013.

Atendendo as sugestões da FAEP, em 20 de junho de 2014, foi publicada a Lei nº 13.001, que concedeu nova oportunidade aos produtores para renegociação ou liquidação de operações de crédito rural inscritas em DAU até dezembro de 2014, com os descontos previstos na Lei nº 11.775/08 O prazo para aderir à nova negociação foi prolongado para 31 de dezembro de 2015.

• ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO



O zoneamento agrícola de risco climático é indispensável aos agricultores como ferramenta oficial para indicar as melhores épocas de plantio de suas lavouras. O estabelecimento de contratos de crédito, seguro ou Proagro está atrelado ao cumprimento das normas estabelecidas no zoneamento.

Por ser tão importante, há necessidade de atualização constante para que sejam incorporadas as mudanças resultantes do rápido avanço tecnológico na área de genética que vem disponibilizando cultivares cada vez mais adequados e específicos para plantios em épocas que atendam as particularidades de solo e clima. A FAEP analisa os casos de pedido de novos zoneamentos para encaminhamento ao MAPA. Além disso, a FAEP acompanha a edição das Portarias de zoneamento de cada cultura de interesse do Paraná a cada safra, orientando produtores e técnicos sobre as mudanças ocorridas, como alteração na indicação de cultivares ou de períodos de plantio.

A pesquisa de zoneamento coordenada pelo MAPA não foi atualizada para a safra 2013/2014, sendo publicadas repetições das Portarias da safra anterior. Os resultados dessa ausência de estudos já são sentidos na defasagem entre os períodos determinados pelo zoneamento para implantação de culturas como soja, milho, feijão e trigo e as respostas positivas de produção de novos cultivares implantados em épocas diversas das recomendadas.

A FAEP enviou ofício ao MAPA solicitando o restabelecimento da pesquisa para garantir a constante atualização das Portarias do zoneamento. Em agosto de 2014, na sede da Embrapa Soja em Londrina, a pedido da FAEP e da Ocepar foi realizada reunião com o coordenador responsável pelos trabalhos de zoneamento do MAPA com a participação de técnicos das cooperativas, das instituições de pesquisa, membros do governo do Estado e representantes dos sindicatos rurais. Na ocasião foram expostas as demandas e a urgência que o Estado tem

de atualização do zoneamento agrícola.

O MAPA está em fase de contratação de uma empresa para retomar os estudos no país. A previsão é de que as revisões necessárias na metodologia para os estudos de zoneamento agrícola sejam iniciadas em 2015.

• PROAGRO



A complexidade das operações e o grande número de regras que normatizam o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) são motivos de muitas queixas por parte de produtores, técnicos e especialistas sobre o seu funcionamento. Buscando discutir as dificuldades de cumprimento das normas constantes do Manual de Crédito Rural para o Proagro, foi realizado o “Fórum de Análise e Sugestões sobre o Proagro”, em 2013. A reunião foi organizada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), MAPA e FAEP com a participação de representantes de mais nove instituições, públicas e privadas, que atuam direta ou indiretamente com o Proagro.

Diante dos gargalos apresentados pelos participantes foram elaboradas propostas de mudanças no Proagro. A FAEP declarou apoio às medidas e encaminhou, em abril de 2013, ofício aos ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e ao Banco Central expondo os problemas e indicando sugestões de melhoria nos textos do Manual do Crédito Rural (MCR) no capítulo que concerne ao Proagro.

Em reunião no MAPA sobre seguro rural, em abril de 2014, a FAEP apresentou os problemas com o Proagro, solicitando soluções aos ministérios que cuidam da gestão do programa. Em maio de 2014, a FAEP formalizou novamente

ofício ao MAPA, MDA e BACEN, cobrando providências sobre o Proagro. O MAPA respondeu que havia encaminhado ao BACEN, ainda em 2013, o ofício, mas que também não tinha recebido resposta.

• COMISSÃO ESPECIAL DE RECURSOS DO PROAGRO

O Proagro foi instituído pela Lei nº 5.969, de 11 de dezembro de 1973, sendo seu objetivo indenizar os recursos dos beneficiários utilizados em custeio rural no caso de perdas de receitas motivadas pelas adversidades naturais inerentes à exploração agropecuária, sejam estes recursos provenientes de obrigações financeiras ou empreendimentos não financiados (recursos próprios).

Quando o pedido de cobertura do Proagro não encontra amparo junto ao agente financeiro, o produtor pode recorrer à Comissão Especial de Recursos (CER), um órgão colegiado ligado ao MAPA do qual a FAEP participa com técnicos representantes de outras 11 instituições ligadas ao agronegócio e sistema financeiro.

Em 2013, a FAEP participou das quatro reuniões realizadas em Curitiba, quando foram analisados 764 processos de indenizações.

A FAEP constatou também que vários processos de solicitação de indenizações do Proagro da safra de 2005/2006, e alguns de 2008, haviam sido amparados pelo Programa, mas que não haviam sido ressarcidos aos produtores pelos agentes financeiros. Após dois anos de insistentes gestões junto aos ministérios e parlamentares, a FAEP atuou junto ao Banco Central do Brasil, em Brasília, e conseguiu que essas indenizações fossem pagas, o que representou uma grande conquista aos produtores que tinham o direito legítimo de receber o ressarcimento.

Além disso, as reuniões da Comissão Especial de Recursos (CER-Proagro) da 5ª Região, que julgam os recursos administrativos dos produtores do Proagro que sempre foram realizadas em Curitiba com a participação da FAEP, deixaram de ser por um determinado período de 2014, por dificuldades do governo federal. A FAEP sensibilizou o MAPA e no mês de novembro as reuniões voltaram a ser realizadas em Curitiba.

Durante 2014 foram analisados 1.937 processos pela CER, sendo que desses 1.123 (58%) foram amparados em favor do produtor, 794 (41%) recusados e somente 20 (1%) retirados de pauta por razões diversas e serão reanalisados.

- SEGURO RURAL

Devido a maior probabilidade de catástrofes na agricultura e a complexidade para desenvolver o mercado de seguro rural, esse segmento é de alto risco em todo o mundo, elevando o preço das suas taxas-prêmio a ponto de inviabilizar a contratação pelo produtor.

O governo federal reconheceu algumas das dificuldades peculiares do mercado de seguro rural quando, em 19 de dezembro de 2003, criou o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) com a Lei nº 10.823/2013, visando promover o acesso do produtor ao seguro rural. Em resumo o governo arca com determinado percentual do prêmio (taxa de aquisição do seguro rural) e o produtor paga a outra parte restante.

- AS DIFICULDADES COM OS RECURSOS DO SEGURO RURAL

A partir de 2010 o programa ficou conhecido pelos contingenciamentos do orçamento, que causaram frequentes atrasos nos pagamentos da subvenção devidos pelo governo federal. Numa retrospectiva mais recente, em 2012, o governo federal liberou com atrasos em torno de R\$ 318 milhões.

Em 2013, a contratação de seguro agrícola da safra de verão estava muito aquém da meta do lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2013/14, quando foram prometidos R\$ 700 milhões e houve necessidade da liberação em caráter de urgência de R\$ 230 milhões em crédito suplementar para o PSR, aprovado tardiamente no Projeto de Lei do Congresso Nacional PLN nº 4/13, de 21 de novembro.

Foi necessário um trabalho de afogadilho no final de dezembro, que adentrou ao mês de janeiro de 2014, para atingir a marca de R\$ 557 milhões em subvenção, com R\$ 1 bilhão em prêmios nas 101.850 apólices e 9,6 milhões de hectares segurados, ou seja, 14% da área agrícola do Brasil. Em média, o Paraná, líder na contratação de seguro rural, tem representado 33% das apólices do país.

Em plena época de plantio da safra de verão, em 2014, quando os financiamentos de custeios agrícolas nos bancos estavam em fase adiantada de contratação, os produtores rurais não tiveram acesso ao seguro agrícola no âmbito do programa. Foram alocados apenas R\$ 400 milhões, embora

a presidência da República houvesse prometido novamente R\$ 700 milhões, em maio, durante o lançamento do Plano Agrícola e Pecuário.

A maioria das companhias de seguro paralisou a oferta de seguro agrícola no âmbito do programa federal. Com isso, milhares de produtores brasileiros de soja, milho, frutas e de outras atividades correram o risco de ficar sem a subvenção econômica no seguro rural. Em novembro, foi editado o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 032/2014, prevendo recursos complementares de R\$ 300 milhões ao PSR.

O Congresso Nacional, em sessão plenária de 17/12, aprovou o Projeto de Lei nº 32/2014, da presidência da República, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Mapa, crédito suplementar no valor de R\$ 310.186.453,00, dos quais R\$ 300 milhões são para reforço de dotações constantes no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

- ATUAÇÃO DA FAEP NO SEGURO RURAL



Frente às dificuldades com os recursos no seguro rural, a cada safra a FAEP alerta insistentemente o governo, parlamentares e a sociedade que numa possível catástrofe climática no Brasil havia o risco de produtores, bancos, seguradoras, fornecedores de insumos, cooperativas e toda a sociedade a arcarem com custos consideráveis pela falta de ação do governo federal na correta aplicação da política de seguro rural.

Diante disso, a FAEP tem solicitado, dentre outras, a adoção das seguintes medidas:

- a) Disponibilização dos recursos do programa consoante o calendário agrícola;
- b) Regulamentação do Fundo de Catástrofe, Lei Complementar nº 137/2010, pois a criação de um Fundo de Reparação das Seguradoras é fundamental para dar estabilidade e reduzir os riscos sistêmicos do programa;
- c) Criação de um modelo de seguro em que o produtor possa escolher a seguradora que tem o melhor custo-benefício, considerando que o recurso é destinado às seguradoras;
- d) Maior transparência da informação dos seguros disponíveis no âmbito do Programa, porque não há dados centralizados sobre seguradoras, produtos dos valores programados e liberados para subvenção ao prêmio a cada safra e por produto ou região, o que dificulta um acompanhamento da efetividade do seguro.

• AUDITORIA DO TCU

Essas medidas e outras considerações foram feitas pela FAEP para o Tribunal de Contas da União (TCU), que realizou uma auditoria das políticas de mitigação de riscos da agropecuária.

Alinhado com os apontamentos da FAEP, a publicação do relatório do TCU, em março de 2014, concluiu que a situação encontrada impede o desenvolvimento do mercado de seguro rural, pois houve falha de planejamento e na gestão do PSR, destacando-se:

- a) Publicação intempestiva das regras em relação ao período de plantio;
- b) Contingenciamento e atrasos dos repasses de subvenção;
- c) Sistema de distribuição da subvenção que limita a concorrência entre seguradoras;
- d) Deficiências nos controles internos e monitoramento de impactos da política;
- e) Ausência de um fundo garantidor de perda catastrófica eficiente;

• ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO SEGURO RURAL

O projeto de um estudo sobre a importância do seguro agrícola surgiu por iniciativa da FAEP diante da dificuldade em convencer setores da área econômica do governo sobre a importância do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Diante disso, foi criado um grupo de trabalho coordenado pela FAEP para desenvolver o escopo do estudo, buscar consultorias no mercado capazes de realizar a pesquisa e os patrocinadores desse projeto, que foram: FAEP, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg), Munich Re e Swiss Re e Corporate Solutions Brasil Seguros.

Definiu-se a contratação da Consultoria MBAGRO. O estudo demonstrou a importância do seguro rural para a economia brasileira e para o setor agrícola nacional e estabeleceu oito propostas para a construção de um modelo de seguro agrícola consistente e sustentável em longo prazo.

O trabalho, que virou referência na área, foi apresentado em cinco oportunidades aos diferentes ministérios do governo federal e no Paraná o estudo foi apresentado no Encontro de Líderes de Sindicatos Rurais e Comissões Técnicas da FAEP, em 25 de agosto de 2012, com a presença do governador do Paraná, o que colaborou para um entendimento melhor da importância do seguro e para aprovação da proposta da FAEP de ampliar o Programa Estadual de Subvenção ao Prêmio de Seguro Rural.



- MELHORIA DA QUALIDADE DO SEGURO RURAL

A FAEP tem se reunido com seguradoras e com o MAPA para discutir as melhorias no seguro rural. Junto a nove seguradoras e cooperativas do Paraná, foram realizadas duas reuniões em 2014, na Ocepar, com o intuito de buscar soluções para melhoria dos seguros e atrair um número maior de seguradoras para o Estado.

No âmbito do MAPA, a FAEP participou de dois Grupos de Trabalho, um sobre os municípios prioritários, que trata das culturas com maior risco e importância no Estado para efeitos de receber subvenção econômica do MAPA e outro grupo sobre a padronização de um seguro com condições mínimas para ser aceito no Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural do MAPA, caso da soja e milho.

A FAEP defendeu a exclusão de faixas de produtividade com baixa cobertura no seguro, por entender que não cobrem nem o mínimo, o custo de produção. Fruto desses trabalhos para a safra 2015/16, o MAPA e as seguradoras estudam novos seguros mais aderentes à realidade dos produtores.

- PROBLEMAS COM O SEGURO DE TRIGO



No começo de 2014, a FAEP recebeu reclamações de produtores que contrataram o seguro para trigo em 2013, tiveram perdas de produção por adversidades climáticas e estavam com dificuldades de receber o ressarcimento do sinistro de uma das companhias de seguro.

A FAEP atuou junto a Seab e na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), órgão do governo brasileiro responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguros, e diretamente com a própria seguradora para solucionar a questão. Entre abril e maio o problema foi sanado, com mais de 370 apólices recebendo pelos sinistros, que foram pagos aos produtores em valores que somados ultrapassaram R\$ 17 milhões somente nesse caso, fato que demonstra a importância do seguro rural ao evitar o endividamento e manutenção de renda dos produtores.

- O PROGRAMA DO PARANÁ PARA O SEGURO RURAL

A agropecuária paranaense dispõe de uma diversidade de atividades e culturas, que têm forte representatividade na economia e também são importantes na composição da renda dos produtores rurais. Essas atividades são passíveis de risco, muitas com maior probabilidade de perdas de produção, como o trigo, milho safrinha, feijão e outras com pouca oferta de seguro, como é o caso de frutas e pecuária. Mesmo com o apoio do governo federal muitas culturas de alto risco no Paraná continuam com taxa-prêmio ao produtor inviável, sendo necessária uma complementação do governo estadual para tornar acessível esse seguro aos produtores.

Em agosto de 2012, a FAEP em conjunto com a Ocepar e algumas seguradoras, apresentou na Seab uma proposta de ampliação do programa de subvenção estadual ao prêmio do seguro rural no Paraná. A proposta foi bem aceita e o novo programa estadual ampliou os recursos de apoio, em 2014, para R\$ 6,4 milhões com limite por produtor de R\$ 4,8 mil por atividade ou cultura.

Com o cadastramento de cinco seguradoras no programa, em 2014 houve a implantação da subvenção para 29 atividades/culturas. Em 2014, o programa paranaense aplicou R\$ 7 milhões em apoio à contratação do seguro, beneficiando mais de cinco mil produtores. A FAEP colaborou com a Seab na sensibilização para atrair novas seguradoras e divulgando as regras do programa aos produtores e sindicatos rurais.

Em novembro de 2014, a FAEP participou de reunião do Comitê do Programa de Subvenção do Seguro Rural do Paraná com o objetivo de avaliar o programa e propor melhorias para 2015. Além do pedido de aumento de recursos do programa para R\$ 20 milhões, a FAEP sugeriu a criação de um padrão mínimo de cobertura dos seguros rurais com direito à subvenção na safra 2015/16. Essa demanda está em análise pelo governo estadual e visa garantir aos produtores seguros com melhor qualidade.

SANIDADE AGROPECUÁRIA

- FEBRE AFTOSA

VACINE CONTRA FEBRE AFTOSA
DE 01 A 30 DE NOVEMBRO

PARANÁ
LIVRE DA FEBRE AFTOSA

Vaccine 100% do rebanho de bovinos e búfalos contra a Febre Aftosa.

Comprove a vacinação nas Unidades Locais ou pelo portal da Adapar.

adapar.pr.gov.br

Logos: PARANÁ, ADAPAR, SISTEMA FAEP, FAEP, FUNDEPECPR

Preocupada principalmente com os impactos econômicos que a enfermidade pode trazer aos produtores, historicamente a FAEP deu especial atenção às estratégias

de controle da febre aftosa. Essa atitude se materializa na participação em eventos nacionais e internacionais que tratam do assunto, na promoção de estudos relacionados ao tema e na colaboração com as campanhas de vacinação.

Anualmente a FAEP promove a doação de vacinas (oito mil doses em 2014) para a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e para os Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSA). O objetivo é garantir a vacinação assistida em comunidades de risco como assentamentos indígenas, comunidades quilombolas, faxinais e animais em regiões periurbanas, contribuindo também através de mensagens de rádio e produção de cartazes para incentivar a vacinação e a sua comprovação pela internet.

- VAZIO SANITÁRIO DA SOJA

VAZIO SANITÁRIO DA SOJA

DE 15 DE JUNHO A 15 DE SETEMBRO
É PROIBIDA A PRESENÇA DE PLANTAS VIVAS DE SOJA NA PROPRIEDADE

É LEI E PROTEGE A SUA LAVOURA DE SOJA
CONTRA A FERRUGEM ASIÁTICA

DIGA SIM À SANIDADE AGRÍCOLA

INFORMAÇÕES: NAS UNIDADES REGIONAIS DA ADAPAR E EMATER

Logos: SISTEMA FAEP, FAEP, ADAPAR, EMAFER, CSA, FUNDEPECPR

A ferrugem asiática é uma doença causada por fungo que atinge a soja gerando grandes prejuízos aos produtores. A melhor forma de controle da doença é impedir que esse agente causador permaneça nas áreas de cultivo no intervalo entre a colheita e o próximo plantio.

Para isso a Seab instituiu o vazio sanitário, período compreendido entre 15 de junho a 15 de setembro, em que devem ser eliminadas do campo as plantas de soja que nasceram voluntariamente após a colheita. O não cumprimento do vazio sanitário provoca multas e até interdição da propriedade.

Anualmente a FAEP apoia a Campanha do Vazio Sanitário, coordenada pela Seab, confeccionando e distribuindo cinco mil cartazes e 45 mil folders de alerta aos produtores do Estado.

• BRUCELOSE E TUBERCULOSE



Brucelose e tuberculose são doenças que atingem os rebanhos bovinos causando perdas econômicas significativas e a possibilidade de transmissão aos humanos acentua a necessidade de controle e erradicação. O governo federal instituiu em 2001 o Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT) que pouco avançou, principalmente em função da inadequação da linha de crédito para reposição dos animais sacrificados, medida compulsória do programa.

Por isso, em 2012, a FAEP elaborou uma proposta de adequação de linhas de crédito e de um fundo de aval para

produtores que tivessem animais sacrificados decorrentes de tuberculose, que foi incluída no documento oficial do Paraná para o Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014.

Como resultado, foi nacionalmente estendido para todos os produtores que tiverem animais abatidos compulsoriamente em função dessas doenças, o acesso às linhas de crédito especiais para a reposição. O apoio do Estado do Paraná solicitado pela FAEP veio através da Resolução Seab nº 2 de 30/01/2014, que instituiu a indenização para proprietários de animais com tuberculose sacrificados em atendimento ao PNCEBT.

O produtor que tiver animais abatidos habilita-se a ser ressarcido pelo valor determinado pela multiplicação de 50% do peso vivo do animal sacrificado por 70% do “preço mais comum” da arroba do boi gordo para abate divulgado pelo Departamento de Economia Rural da Seab na data da pesagem pela Adapar.

• NOVAS PORTARIAS

Embora a incidência de brucelose e tuberculose tenha diminuído no Paraná, o patamar desejado não foi atingido, por isso foi necessário que em 2013 o Estado divulgasse novas Portarias estabelecendo prazos e condições mais rígidas buscando tornar o Estado livre dessas doenças, focando primeiramente os rebanhos leiteiros.

A FAEP, através da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite, analisou as Portarias identificando uma série de dificuldades para o cumprimento das regras estabelecidas e no decorrer do processo as dificuldades foram encaminhadas para a Adapar.

Caso a caso os problemas foram equacionados, porém, como o prazo estabelecido para que todo o rebanho fosse examinado para detectar as doenças estipulado para 30 de maio de 2014 não foi suficiente para a adequação de todos os produtores, foram necessárias definições para uma 2ª etapa.

Nessa etapa a FAEP patrocinou a vinda do Dr. Pedro Mota, coordenador da área de brucelose e tuberculose no Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) de Minas Gerais e Dr. Rômulo Cerqueira Leite, presidente do Colégio Brasileiro de Reprodução Animal e professor titular no Departamento

de Medicina Veterinária Preventiva da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais. Os dois especialistas renomados no controle das doenças se reuniram com técnicos da iniciativa privada, produtores e técnicos da Adapar para aprimorar os procedimentos até então adotados.

As informações apresentadas pelos especialistas auxiliarão na definição de normas adequadas que permitam atingir o objetivo que é a adesão geral dos produtores de leite a ações que levem ao controle e erradicação dessas doenças.

• SERVIÇOS DE INSPEÇÃO SANITÁRIA

A inspeção sanitária é exercida por órgãos oficiais de defesa agropecuária nas esferas federal, estadual e municipal. O bom funcionamento desse serviço, assim como a viabilidade técnica e econômica desses estabelecimentos é fundamental para que os produtores garantam a comercialização de sua produção de forma sustentável.

Em 2013, a FAEP participou da mobilização liderada pelo Ministério Público e com diversas instituições oficiais, para tratar da questão do abate, e comercialização de carnes clandestinas no Estado do Paraná, sem a devida inspeção sanitária.

O evento foi transmitido por vídeo conferência em 17 de maio de 2013 e assistido por promotores de justiça das comarcas, e centenas de técnicos e empresários do Estado.

A FAEP divulgou o seminário para os 374 Conselhos de Sanidade Agropecuária, incentivando a participação como forma de obter informações para subsidiar suas ações.

• FORTALECIMENTO DOS CSAs

O Programa de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs) é uma iniciativa interinstitucional de apoio aos programas prioritários em sanidade animal e vegetal, inocuidade de alimentos e meio ambiente que se iniciou na década de 90 e foi retomado em 2008.

O objetivo é conscientizar produtores rurais, técnicos do setor público e privado sobre a necessidade do Paraná atingir níveis cada vez mais elevados na sanidade de seus rebanhos e lavouras. Como se trata de um trabalho voluntário, a grande



dificuldade na manutenção do Programa de Fortalecimento dos CSAs é manter a diretoria e os conselheiros motivados na execução das atividades junto a comunidade. Em 2014 a FAEP contribuiu por meio da continuidade do trabalho de articulação do Grupo de Trabalho Estadual gestor do Programa.

O Programa é composto por seis projetos: Projeto de Reativação dos CSAs 2; Projeto de Comunicação Sanitária; Projeto de Manutenção do Sistema CSA; Projeto de Educação Continuada; Encontros de CSAs Macrorregionais e Prêmio Estadual de Sanidade Agropecuária.

Nessa nova etapa de desenvolvimento houve a criação de quatro Grupos de Trabalho Macrorregionais (Centro-Sul, Oeste-Sudoeste, Noroeste e Norte) com o objetivo de interiorizar a gestão, aproximando a coordenação do Programa dos municípios.

Nos meses de agosto a outubro os consultores contratados pela FAEP realizaram um diagnóstico do estágio de organização e funcionamento, através de reuniões realizadas nas Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSA) da Adapar.



• PLANO ESTADUAL DE SANIDADE AGROPECUÁRIA

Em julho e outubro foram realizadas reuniões de capacitação dos técnicos contratados pelo SENAR-PR para atuarem com os técnicos indicados pelas entidades parceiras que compõem o Grupo de Trabalho Macrorregional.

Em função da necessidade da Adapar desenvolver um Plano Estadual de Sanidade Agropecuária para subsidiar o Planejamento Estratégico da instituição discutido e aprovado no Conselho de Administração da Adapar o Programa de Fortalecimento dos CSAs deverá servir de base institucional para a participação da comunidade na sua elaboração a partir dos encontros de CSAs realizados nos últimos meses de 2014 e primeiros meses de 2015.

• SANIDADE SUÍNA



A FAEP apoiou decisivamente a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e buscou auxiliar na sua estruturação e contribuir com seus programas prioritários. No Programa de Sanidade Suína, por exemplo, a

FAEP participou ativamente de todas as reuniões do Conselho Estadual de Sanidade Suína (COESUI) que definiu ações estratégicas em relação ao tema.

Entre as principais ações defendidas pela FAEP no COESUI e executadas pela Adapar com o apoio das entidades parceiras foram:

a) O esforço concentrado da equipe da ADAPAR e das indústrias integradoras para o georreferenciamento de todas as granjas comerciais do Estado especialmente das localizadas em regiões de maior risco sanitário;

b) A realização de quatro seminários em Curitiba, Pato Branco, Cascavel e Ponta Grossa - principais regiões produtoras de suínos - com produtores e técnicos habilitados em sanidade suína para discutir as ações de vigilância visando obter o reconhecimento internacional como área livre para Peste Suína Clássica. Nesses seminários aproveitou-se a oportunidade para realizar palestras para informar aos técnicos públicos, privados e produtores a respeito da Diarréia Epidêmica Suína (PED) esclarecendo dúvidas e informando as medidas de biossegurança para se evitar a doença;

c) Produção e distribuição dos materiais de divulgação das medidas preventivas e de vigilância para PED e Peste Suína Clássica (PSC) s em todas as Unidades Locais de Sanidade Agropecuária (ULSA) e Conselhos de Sanidade Agropecuária (CSAs);

d) Gestões junto ao MAPA buscando incluir o Paraná no pleito que o Brasil apresentará à OIE para obter o reconhecimento internacional dos três Estados do Sul como livres de Peste Suína Clássica.

• 41ª COSALFA

A Comissão Sul-Americana para Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa) foi criada em 1972 durante a V Reunião Interamericana sobre o Controle da Febre Aftosa e Outras Zoonoses (RICAZ V). Em nível ministerial foi estabelecido que o Centro Pan-americano de Febre Aftosa/OPS-OMS exerceria a secretaria Ex-Ofício da Comissão. A FAEP historicamente participa todos os anos das reuniões da Cosalfa como observadora, buscando manter-se informada das ações estratégicas que estão sendo utilizadas para orientar o controle e erradicação da Febre Aftosa no continente.

Na 41ª foi apresentada a necessidade de se criar um banco de antígenos para dar suporte a uma futura estratégia de retirada da vacinação, para produção de vacinas no caso

de emergências sanitárias.

Também foi discutido o fato de que apenas três (Brasil, Uruguai e Panamá) dos doze países estão efetivamente contribuindo com recursos para manter o PANAFTOSA. Portanto, existe a necessidade dos países membros, através de seus ministros, reafirmarem os compromissos políticos, administrativos, técnicos e financeiros para a manutenção de Plano Hemisférico de combate a febre aftosa.

- FUNDEPEC-PR



Desde a sua criação, em 1995, o Fundo de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Paraná (Fundeppec-PR) atua no sentido incorporar a iniciativa privada nas ações de defesa da agropecuária e de ajudar o Estado a modernizar o seu sistema de defesa sanitário. A ação do Fundeppec-PR foi importante para a criação do Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa); do reforço ao sistema de defesa do Estado, incluindo a contratação de novos técnicos e seu treinamento; na reciclagem dos técnicos mais antigos; na realização de uma série de seminários de conscientização e mobilização, e no processo de obtenção do reconhecimento do Paraná como área livre de febre aftosa.

O Fundeppec-PR também atuou na criação da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) e participa de seu Conselho de Administração contribuindo na definição das ações estratégicas nas políticas sanitárias do Estado.

Em novembro de 2013, o Fundeppec instituiu um Grupo de Trabalho para discutir o Bem-Estar Animal, com o objetivo de estabelecer bases científicas validadas pela pesquisa para proposição de normas adequadas à realidade paranaense e brasileira de criação de animais de produção.

Esse grupo envolve pesquisadores ligados a universidades, técnicos da Adapar, Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), MAPA, Associações de Produtores, Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), entre outros.

- FUNDO GARANTIDOR/ FUNDEPEC-PR

Desde 2010 o Fundeppec-PR vem articulando junto ao Governo do Estado a edição de um instrumento legal para amparar juridicamente os repasses de recursos financeiros previsto em convênios do Fundeppec com a SEAB desde a sua criação. Esse instrumento legal é fundamental para estabelecer segurança jurídica para o Fundo Garantidor administrado pelo Fundeppec.

No ano de 2011 foi editada a Lei 17.025 que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundeppec.

No triênio 2012/2014 representantes do Fundeppec-PR participaram de diversos eventos e fóruns relacionados às políticas sanitárias procurando sempre contribuir com a melhoria da condição sanitária do Estado.

- RASTREABILIDADE

O ano de 2012 foi marcado pelo processo de implantação da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA), que consiste na criação de uma Base de Dados Única (BDU), centralizado no MAPA e pela adesão da Adapar a essa plataforma. A FAEP participou da capacitação de

multiplicadores, os quais formaram os técnicos encarregados de ministrar palestras aos produtores e a outros usuários do sistema. A capacitação teve por finalidade orientá-los quanto ao funcionamento da Guia de Trânsito Animal (GTA) eletrônica e do Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos (Sisbov).

A FAEP também promoveu reuniões e treinamentos entre técnicos da CNA, Adapar e Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar), para acelerar o processo de adesão do Estado no PGA. Em novembro de 2012, a adesão tinha ocorrido plenamente, com a transmissão dos dados cadastrais do sistema de informação estadual para a base de dados única no MAPA.

Essa operação integra o Paraná aos outros Estados que também aderiram à PGA, permitindo a emissão de GTA eletrônica e outras operações de interesse sanitário.

• INFORMAÇÃO PGA/SISBOV/ RASTREABILIDADE

A Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) é um sistema informatizado que permite a coleta de dados referentes à movimentação de bovídeos e o gerenciamento dos mesmos, por meio de relatórios, avisos, informações e indicadores. É uma ferramenta para informatização dos processos de trabalho e gestão desses dados de interesse da defesa agropecuária.

O desenvolvimento da PGA é necessário para se disponibilizar ao Sistema de Defesa Agropecuária uma tecnologia para resolver problemas relacionados ao atendimento das normas para exportação, controlar trânsito de animais no país no caso de um evento sanitário e para dar uma resposta à interrupção da exportação de carne in natura para a Europa.

Em 2013, a FAEP participou de reuniões para ajustar a legislação à nova realidade imposta com a implantação e funcionamento da PGA, contribuindo especialmente na avaliação de três novas Portarias editadas pelo MAPA que visam disciplinar o sistema de rastreabilidade, o sistema

de identificação e o processo de criação de protocolos voluntários validados pelo MAPA, para atender acordos comerciais específicos.

A construção desse novo sistema de rastreabilidade, iniciado em 2009 com a liderança da FAEP, é fundamental para estabelecer credibilidade ao sistema de rastreabilidade, identificação animal e certificação junto aos parceiros comerciais do Paraná e do Brasil.

• HELICOVERPA ARMIGERA



A *Helicoverpa armigera* é uma praga constatada pela primeira vez no Brasil na safra 2012/13 na região do Oeste da Bahia, onde causou danos nas culturas da soja, milho e algodão. Possui alta capacidade de se alimentar de várias espécies de plantas, elevada capacidade de reprodução, resistência a inseticida e a alta capacidade de adaptação a diferentes ambientes e sistemas de cultivo.

Desde seu surgimento, o Sistema FAEP tem acompanhado e divulgado as informações e notas técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa, assistência técnica, fiscalização em seu portal na internet e tem apoiado nas ações da campanha "Plante Seu Futuro" que é uma parceria do governo do Estado com instituições públicas e privadas. Nessas ações destaca-se a realização de seminários, palestras e dias de campo em todas as regiões do Estado, orientando técnicos e produtores para a importância da realização do Manejo Integrado de Pragas.

Além disso, o Sistema FAEP apoiou o Projeto de Monitoramento e identificação da *Helicoverpa armigera* – Paraná na safra 2013/14 realizado pela Adapar e pela Embrapa com o objetivo de monitorar, coletar, identificar e mapear a praga no Estado para definição de um planejamento e ações de controle.

- GREENING (HLB)



O greening (HLB) é considerada a doença mais devastadora para a cultura de citros no mundo porque afeta todas as variedades e tem potencial para inviabilizar a cultura de citros, tanto no Paraná como no Brasil, com significativas perdas na produção e fortes consequências na economia de todas as regiões. A bactéria do greening se multiplica rapidamente dentro da planta e pelo vetor, o psilídio.

Para impedir sua expansão, a FAEP atua disseminando informações aos produtores sobre a importância de realizar as inspeções trimestrais nos pomares, a entrega dos dois relatórios anuais para Adapar contendo o resultado das inspeções e a eliminação de plantas contaminadas.

- MINISTÉRIO PÚBLICO – PROJETO ALIMENTO SEGURO

Devido ao histórico dos resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA),

iniciado em 2001, pela Anvisa, a Promotoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Paraná, abriu um inquérito civil para apurar os altos índices de resíduos de agrotóxicos em frutas e hortaliças. A Ceasa-PR, Vigilância Sanitária e FAEP sensibilizaram a Promotoria de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Paraná, mostrando a importância da participação das entidades que trabalham com o tema “agrotóxico” para realizar uma ação conjunta no levantamento de soluções ao problema.

Com isso, a ação civil foi substituída por um termo de cooperação técnica assinado em março de 2012 por 12 entidades representantes dos setores público e privado que tem como objetivo implementar ações para contribuir para a identificação da origem das frutas e hortaliças comercializadas no Estado.

A FAEP tem trabalhado com os agricultores, informando sobre a aquisição e o uso correto dos agrotóxicos e enfatizando a importância da rotulagem nos produtos como forma de garantir o seu reconhecimento na produção de alimentos seguros.

- NEONICOTINÓIDES NA PULVERIZAÇÃO AÉREA

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), desautorizou em 2012, a pulverização aérea contendo um dos seguintes ingredientes ativos: Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil.

O comunicado gerou duplicidade de interpretação no Paraná, levando a um entendimento de proibição da pulverização por qualquer modalidade (aérea, tratorizada e costal) na cultura da soja e do algodão, quando florescidos, devido à visitação de abelhas. Após reivindicações do setor produtivo, a Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, em conjunto com o Ibama, publicou o Ato nº 1 de 02 de outubro de 2012, permitindo uma pulverização aérea durante um determinado período para cada região do país.

No Sul, ficou estabelecido entre 1º de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013. A FAEP solicitou ao MAPA ajustes na normativa considerando a preocupação dos produtores paranaenses, pois a maior parte das lavouras de soja está ocupada por cultivares com hábito de crescimento indeterminado, que contemplam ao mesmo tempo flores e vagens.

INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

• PROJETOS DESENVOLVIDOS COM A ESALQ-LOG

A partir de 2011, a FAEP contratou os serviços de consultoria do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-Log), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, para desenvolver estudos sobre os custos dos fretes ferroviários e rodoviários no Estado do Paraná.

O primeiro dos estudos, denominado de Projeto Jamaica, analisou os custos rodoviários e ferroviários no Paraná com a participação de 22 empresas e cooperativas parceiras-usuárias desses modais de transportes, que colaboraram na pesquisa, disponibilizando informações empresarias através de questionários respondidos e entrevistas realizadas.

Na sequência foi contratado o Projeto Butão que promoveu dois fóruns com as empresas participantes do Projeto Jamaica de levantamento de tarifas de fretes rodoviários/ferroviários e estudos de casos e trocas de experiências. Em 2013, teve início um novo projeto denominado Benin, para mensurar as ineficiências logísticas no agronegócio paranaense.



• TARIFAS DE FRETES FERROVIÁRIOS E RODOVIÁRIOS – PROJETO JAMAICA

Entre 2012 e 2013 foi dada continuidade aos estudos sobre os custos ferroviários e rodoviários no Estado do Paraná. A FAEP utiliza as informações apresentadas como bandeira de discussões em diversos fóruns onde tem participado.

O principal produto desse projeto é a atualização dos valores de tarifas de frete e custos rodoviários e ferroviários praticadas por empresas do agronegócio paranaense. Foram identificados e analisados os valores de frete e transbordo desde 2010 para as empresas participantes do projeto. E, em 2013, foi realizado o levantamento de dados do ano de 2012.

Esse estudo permitiu acompanhar o transporte dos setores de grãos, do sucroalcooleiro e de fertilizantes durante esses anos e, dessa forma, foi realizada análise competitiva entre os modais rodoviário e ferroviário.

Do acompanhamento dos valores dos fretes observa-se que, em 2010, a solução logística intermodal (rodoviário e ferroviário) representou, em média, valor 3% superior ao frete rodoviário direto (somente caminhão), passando para 12% em 2011, pois o frete ferroviário sofreu aumento de 10,5% de um ano para o outro. No último levantamento, referente ao ano de 2012, esse índice passou para 13%.

Em outras palavras, a alternativa de transporte por ferrovias torna-se inviável economicamente para o agronegócio paranaense ao se analisar todo o conjunto de gastos necessários, considerando que o transporte rodoviário tem custos menores.

No Paraná observou-se, através do estudo, que os fretes ferroviários estão 10% acima das tarifas teto estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), devido a liminar da ALL que suspendeu o novo teto-tarifário.

• TARIFAS-TETO NA ANTT

Além dos prejuízos por conta do alto custo do transporte, ao privilegiar a rodovia em vez da ferrovia, o país perde ainda a oportunidade de mudar sua matriz de transporte e reduzir os impactos ambientais do transporte ferroviário. Atualmente, o interesse das concessionárias se sobrepõe ao dos usuários e o desafio é equilibrar esse descompasso.

No contexto da armazenagem, o seu custo médio no Paraná é da ordem de 6,5% do preço da soja entregue no porto. Foi constatada a cobrança de diversas taxas e descontos, como o desconto das impurezas dos produtos, a taxa de umidade, de armazenagem, de quebra técnica e, em alguns casos, as taxas de comercialização, mas sem um padrão transparente.

Em alguns casos de análise de produtos na recepção de unidades armazenadoras, a diferença de descontos entre armazéns muito próximos numa determinada localidade e para os mesmos serviços e operações chegou a ser de 28%. A pesquisa mostra que tal variabilidade, em alguns casos, ultrapassa 2% do produto entregue no armazém, ou seja, 1,2 quilogramas por saca de soja. Há, portanto, a necessidade de se aumentar a transparência na precificação desse serviço, visando a obtenção de um valor referencial para o Estado, ou para grandes regiões paranaenses.

Os custos pertinentes ao Porto de Paranaguá, relacionados ao recebimento e análise da carga no porto e ao carregamento dos navios, representam 2,58% do preço da soja. Outro importante gargalo diz respeito ao impacto das condições climáticas no carregamento dos navios. O tempo de ociosidade (paralisação das movimentações em decorrência das chuvas) é da ordem de 25% do total de tempo disponível para operação.

Esse estudo, amplamente divulgado na imprensa durante 2014, foi matéria de reportagens especiais no Boletim Informativo da FAEP, sendo apresentado em reunião interministerial no MAPA em abril de 2014. O trabalho evidenciou que é cada vez mais nítida a necessidade de investimentos e de boa gestão na logística sob uma ótica integrada: transporte rodoviário e ferroviário, armazenagem e portos.

• VISITAS DE PRODUTORES RURAIS AO PORTO DE PARANAGUÁ

O agronegócio paranaense é o maior usuário do Porto de Paranaguá. Em 2012, a FAEP programou visitas ao porto de dirigentes sindicais, com o objetivo de conhecer por onde é exportada a produção. Foram realizadas cinco visitas, totalizando cerca de 230 dirigentes de sindicatos rurais, que visitaram as instalações do porto e alguns terminais de operações portuárias, de embarque de cereais e de fertilizantes.

• POLIGONAL DO PORTO DE PARANAGUÁ

Em setembro de 2014, a Secretaria Especial de Portos/Agência Nacional de Transporte Aquaviário (SEP/ANTAQ) informou que todos os portos devem se pronunciar novamente sobre sua poligonal e encaminhar suas decisões de limites entre o que esta no perímetro da administração portuária e o que esta fora disso.

Para que Paranaguá e Antonina estejam em situação regularizada a nova poligonal se encontra na SEP desde abril sem que se tenha a informação do resultado. Na elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto (PDZPO), elaborado e aprovado pela SEP em 2012, já havia sido apresentado a poligonal.

Uma das principais ações da FAEP em 2013 nas questões portuárias foi a participação na defesa desse Plano, exigindo à SEP a manutenção da proposta inicial. A FAEP tem participado de ações para obter do governo federal a aprovação da poligonal, por meio do grupo formal das sete entidades que representam a economia do Paraná (G-7).

Apesar de todas as ações realizadas para a obtenção da poligonal, ainda não houve resultado. A justificativa do Tribunal de Contas da União (TCU) é de que está “em análise”.



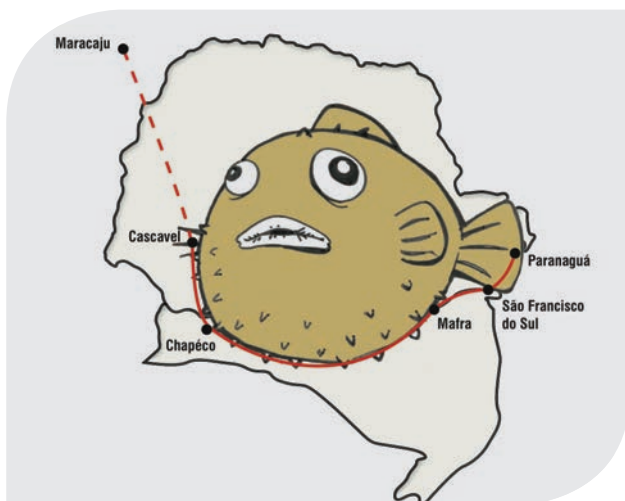
Essa definição da nova poligonal dos portos no Paraná definirá novas áreas possíveis de investimentos privados naqueles portos, o que trará grandes benefícios à melhoria da logística para todos os setores econômicos.

- AQUISIÇÃO DA ALL PELA COSAN/RUMOS

A América Latina Logística (ALL) é uma das concessionárias ferroviárias que operam no Paraná. O nível de reclamações dos usuários é elevado havendo um descontentamento muito grande com os serviços prestados. Especulou-se várias vezes a possibilidade do cancelamento da concessão por parte do governo federal. No início de 2014 a Rumo Logística, empresa do Grupo Cosan, apresentou proposta de aquisição do controle acionário da concessionária ferroviária, o que demandou questionamentos por parte dos outros usuários produtores do setor sucroalcooleiro com relação ao monopólio.

A troca do detentor da concessão, que passaria a ser de uma empresa concorrente com outras do mesmo segmento produtivo, poderia causar prejuízos às demais com o estabelecimento de estratégias de negócios e operações protecionistas. Para salvaguardar os interesses de todas as empresas do agronegócio brasileiro, e que são usuários dos sistemas ferroviários, a FAEP entrou com medida cautelar no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), questionando a negociação e colocando objeções para a sua concretização.

- MARACAJU/PARANAGUÁ



Em 2013, um dos principais eventos em que a FAEP teve participação relevante foi na discussão da definição do traçado da via ferroviária entre Maracaju (MS) e Paranaguá, apresentado pela Empresa de Planejamento de Logística (EPL), vinculada à Presidência da República. A EPL apresentou uma alternativa diferente e equivocada a que se desejava.

Nesse debate foi conseguido formalmente que a empresa revisse o traçado, alterando-o, conforme as necessidades dos setores econômicos do Estado. Em novembro a EPL colocou esse projeto entre os últimos a ter sua primeira fase iniciada, demonstrando a animosidade com o terceiro maior Estado produtor de grãos do país.

- ENERGIA ELÉTRICA



Insumo indispensável à maioria das atividades agropecuárias, a energia elétrica, fornecida pela concessionária estadual tem sido, em algumas ocasiões, motivo de ações por parte da FAEP em defesa do produtor rural, como foi o caso de fornecimento aos produtores da avicultura, em 2014, em que a FAEP tratou com a Companhia Paranaense de Energia (Copel) a solução de problemas.

A FAEP também interveio e obteve da Copel e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a manutenção de incentivos fiscais como o diferimento de ICMS e de tarifas reduzidas, existentes há alguns anos e que estavam sendo retirados.

- UM PLANO PARA CELULARES E INTERNET NO MEIO RURAL

A FAEP contratou a empresa Rumos Aureos Consultoria Ltda. para desenvolver alternativas existentes e tecnologias que possam atender ao produtor rural. Esse trabalho teve por objetivo melhorar a disponibilidade desses serviços e propiciar a inclusão digital aos produtores rurais. A empresa apresentou alternativas que implicam num serviço com mínimo de qualidade de voz e transmissão de dados (internet). Por exemplo, o uso da malha de fibra óptica da Copel e uma rede de provedores provados.

A conclusão do trabalho foi apresentada ao governo do Estado e serviu como subsídio para instituir o Programa REDE 399, para facilitar o atendimento das operadoras e dos provedores de comunicações e o fornecimento de tecnologias de comunicação para comunidades rurais.

- MODAL RODOVIÁRIO

O modal rodoviário ainda é o mais importante meio de transporte das safras brasileiras e no Paraná representa 70%. Ainda é a melhor e mais rápida alternativa de escoamento de nossas safras, porém a um custo excessivo, agravado pelo alto preço dos pedágios nas estradas paranaenses.

Há muitos anos, a FAEP vem insistindo na revisão dos valores que vem sendo cobrados e que o governo do Estado realize uma ampla auditoria nas concessões rodoviárias para verificar a real situação dos pedágios, sem sucesso.

Com a implantação da Agência Reguladora do Paraná (Agepar) em 2012, tornou-se possível as negociações com as concessionárias para a redução da tarifa, a realização das obras postergadas e a inclusão de novas. Sem uma solução adequada, a FAEP posicionou-se pela eventual possibilidade de um acordo com as concessionárias dentro de novas condições favoráveis à economia do Paraná.

Também foram foco da atuação da FAEP as novas rodovias a serem concedidas. Em dezembro o governo estadual publicou duas audiências públicas para avaliação por parte das comunidades que envolvem o trecho rodoviário entre Francisco

Alves e Maringá, PR 323, cujo objetivo é o da duplicação da rodovia, uma das mais movimentadas do Estado.

A FAEP participou das audiências realizadas em Umuarama e Cianorte, com a presença de produtores e sindicatos rurais defendendo a duplicação dessa rodovia, quando houve amplo apoio por parte da população local a serem beneficiadas diretamente pelas melhorias propostas.

- CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ARMAZÉNS



O potencial da produção de grãos do Paraná em 2013 foi de 37 milhões de toneladas para uma capacidade de armazenagem de apenas 27 milhões. Ou seja, um déficit de armazenagem de 10 milhões de toneladas ou 30% da safra.

Em 2013, o governo federal criou o Programa para Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) com condições facilitadas de crédito aos produtores rurais como prazo de pagamento em 15 anos e juros anuais de 3,5%. A linha do Pronaf Mais Alimentos para armazéns tem as mesmas condições de prazo do PCA, mas com juros de 2% ao ano e limite de R\$ 150 mil por beneficiário.

A criação dessa linha era um pleito antigo da FAEP, pois os produtores rurais tinham muitas dificuldades em investir em armazéns. A linha de financiamento anterior era com condições inadequadas de juros e prazos e não contemplava todos os itens necessários para a construção do armazém, como as obras civis.

INSUMOS

- RESERVA DE SEMENTES PRÓPRIAS



Para evitar que produtores rurais sejam multados e tenham até a propriedade interditada, a FAEP tem emitido alertas no Boletim Informativo e no site do Sistema FAEP, orientando sobre a regularização das sementes salvas e informando os procedimentos a serem adotados. Medida que tem contribuído para redução do número de produtores em situação irregular.

O uso de sementes certificadas é prática tecnicamente recomendada para manter inalterada a potencialidade genética da semente, além de proporcionar o devido retorno aos investimentos dispendidos pelos obtentores desde a pesquisa até a disponibilização do material.

Mas os produtores que necessitarem reservar o produto colhido em uma safra, oriundo do plantio de sementes certificadas, para usar como semente na safra seguinte, podem fazê-lo amparados pela Lei de Proteção de Cultivares nº 9.456/97, da Lei de Sementes nº 10.711/03 e seu Decreto e normas complementares. Essa legislação permite que o agricultor reserve parte da sua produção para uso exclusivamente na safra seguinte, a chamada semente própria ou semente salva.

- CONSULTA PÚBLICA - FERTILIZANTES

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) colocou em consulta pública, em janeiro de 2014, a Portaria nº 07/2014, que trata da Instrução Normativa sobre especificações, garantias, tolerância, registro, embalagens e rotulagem dos fertilizantes.

A FAEP respondeu à consulta pública propondo o veto ao artigo que pretende limitar o número de fórmulas permitidas para comercialização e a exigência de autorização do MAPA para a formulação de fertilizante quando a compra for realizada sob encomenda.

O MAPA informou que as mudanças são necessárias e que a limitação do número de fórmulas não prejudicará o setor, pois a medida afeta somente os fertilizantes mistos e ficaria resguardada a possibilidade de comercialização de fórmulas clássicas. A Instrução Normativa está em análise no MAPA e a FAEP tem acompanhado os possíveis desdobramentos para evitar o aumento de burocracia e prejuízos aos produtores.

- REGISTRO DE PRODUTO PARA UVA - PROTONE

A FAEP solicitou ao MAPA providências para o registro do Protone como uma ferramenta para manejo na produção de uva, que acentua a coloração da uva, e conseqüentemente a sua qualidade contribuindo para uma melhor comercialização. O MAPA colocou a solicitação como prioridade na Comissão de Assessoramento de Agrotóxico (CTA).

Atualmente não existe no mercado nacional produto disponível para melhoria da coloração das uvas, atributo que está associado a qualidade e é uma exigência do mercado consumidor. Com o registro desse regulador vegetal os

produtores poderão melhorar a competitividade no mercado e a possibilidade de agregar valor ao seu produto. O produto já é registrado em vários países produtores de uva como Estados Unidos, Austrália, Chile e Peru, sendo esses dois últimos os principais concorrentes do Brasil no mercado externo.

- “MINOR CROPS”

“Minor Crops”, definida no Brasil como “Culturas de Suporte Fitossanitário Insuficiente” (CSFI), são aquelas com baixo suporte fitossanitário, para as quais falta ou há número reduzido de agrotóxicos registrados.

Há anos, as cadeias produtivas de frutas e hortaliças vêm mostrando preocupação sobre o número reduzido ou mesmo inexistência de agrotóxicos registrados. Essa situação provoca o uso irregular e dificulta o exercício do profissional impedido de prescrever legalmente um agrotóxico não registrado.

Para simplificar o registro, foi publicada a Instrução Normativa Conjunta nº 1/2010 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ibama e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que abre a possibilidade de extrapolar o uso de agrotóxicos registrados para as pequenas culturas de uma mesma família, favorecendo assim a produção de frutas e hortaliças.



Em 16 junho de 2014, foi publicado a Instrução Normativa Conjunta nº 1/2014 com pequenas alterações para os procedimentos, inclusão de novas culturas e do grupo de cereais, revogando a INC nº 01/2010.

Desde a aprovação dessa instrução normativa, já foram finalizados a análise de mais de 35 ingredientes pela Anvisa. Tão logo essa etapa finalize os processos serão encaminhados ao Ibama e MAPA para conclusão das análises para aprovação do registro final e publicação no Diário Oficial da União (DOU). Esses registros vão beneficiar aproximadamente 95 culturas que atualmente possuem carência de produtos para o manejo da produção.

A FAEP tem participado de todo o processo de levantamento das demandas de agrotóxicos para essas culturas de suporte fitossanitário insuficiente e apresenta a realidade e a urgência de soluções para esse problema junto aos órgãos registrantes e empresas fabricantes. Além disso, realizou articulações com as instituições com interesse no assunto, realizando um trabalho de referência no Brasil.

- CADASTRO DE AGROTÓXICO NO PARANÁ

Os produtores rurais necessitam com urgência da regularização de defensivos agrícolas para efetuarem o controle de pragas e doenças nas lavouras, sendo que o processo de cadastro é importante para preservar a segurança do uso dos agrotóxicos no Estado. Nesse sentido os procedimentos implantados pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) foram fundamentais para dar maior agilidade na utilização dessa ferramenta de manejo das culturas e possibilitar igualdade com outros Estados.

A FAEP é interlocutora das necessidades dos produtores rurais junto a Adapar, cujas ações consistem na priorização de análise de processos de cadastro, sincronia com o IAP nas análises dos processos, aproximação da equipe técnica da Adapar com o MAPA para entendimento das não conformidades encontradas na análise dos processos de cadastro e a aproximação e interação com as empresas registrantes e o setor produtivo para conhecer suas demandas.

Em 2014, a FAEP encaminhou para essa Agência as demandas de cadastro de agrotóxicos justificadas tecnicamente, contribuindo para facilitar o manejo das culturas no Estado.

- INFORMAÇÃO SOBRE
A CONJUNTURA
AGROPECUÁRIA

A análise de mercado, boletins de informação diária sobre preços vigentes e principais acontecimentos no mercado são acompanhados pela FAEP. Estão incluídos ainda os relatórios mensais do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Os resultados são análises publicadas no site do Sistema FAEP.

Da mesma forma, as cotações agropecuárias são disponibilizadas diariamente no portal do Sistema FAEP. Acrescente-se que, com periodicidade trimestral, são elaboradas análises conjunturais do mercado agrícola com informações sobre preços praticados no mercado doméstico e internacional, comportamento do dólar, e um cenário nacional e internacional das commodities agrícolas.

O papel do Paraná nas exportações do agrogócio nacional, (3º lugar, atrás de São Paulo e Mato Grosso) e os resultados finais são sumarizados na forma de artigo via Boletim Informativo e no portal do Sistema FAEP.

O Infoagro, informativo da FAEP com consultoria de Safras & Mercado é feito semanalmente e mostra aos produtores rurais um panorama dos mercados externo e interno das principais commodities agrícolas, trazendo ainda os indicadores de preços do Conseleite e Consecana.

CUSTOS DE PRODUÇÃO

- CUSTO DE PRODUÇÃO -
AVICULTURA



Desde 2008, a FAEP pesquisa e divulga regularmente os custos de produção nas principais regiões produtoras de aves de corte do Estado. Para orientar esse trabalho, a FAEP contratou o consultor e economista Ademir Francisco Giroto, que desenvolveu a metodologia de cálculo dos custos de produção para avicultura e suinocultura na Embrapa. O

objetivo de calcular custos de produção nas principais regiões produtoras é tornar a informação mais precisa, uma vez que os sistemas de produção, assim como, as políticas de remuneração das agroindústrias integradoras variam muito nas diferentes regiões produtoras, o que se reflete diretamente nos resultados, tornando-os muito distintos entre si.

Os custos de produção tem sido uma importante ferramenta para que os produtores tenham um parâmetro, inicialmente para avaliar o andamento de sua atividade da “porteira para dentro” tendo como padrão o custo de produção de produtores da mesma região.

Em 2014 foram levantados os dados da avicultura nas regiões de Dois Vizinhos, Chopinzinho, Cascavel, Medianeira, Toledo, Ubitatã, Cianorte, Londrina e Castro. São 40 diferentes sistemas de produção nessas nove regiões. Com isso, começaram também as negociações com a agroindústria para se atualizar os índices técnicos de produção padronizados em 2008 apenas para duas regiões e as metodologias de cálculo de alguns dos elementos de custos.

Os custos de produção da avicultura têm sido divulgados entre as associações de produtores e nos meios de comunicação para auxiliar nas negociações entre produtores e agroindústrias e subsidiar estudos de viabilidade econômica de empreendimentos na avicultura.

• CUSTOS DA SUINOCULTURA



A metodologia usada para os custos de produção da suinocultura é a mesma da avicultura. Em 2014, foram levantadas informações nas regiões de Itapejara D'Oeste (Sudoeste), Castro (Campos Gerais) e Toledo (Oeste). Nessas regiões foram levantados os custos de produção de estabelecimentos produtores de suínos no sistema de ciclo completo (CC), unidades produtoras de leitão (UPL) desmamados (UPD), unidades de terminados (UT) de produtores integrados e independentes, totalizando 14 sistemas de produção diferentes.

O resultado dos custos de produção foi disponibilizado, inicialmente para os membros da Comissão Técnica, e em seguida amplamente divulgados para a imprensa e nos canais de comunicação do Sistema FAEP. Alguns produtores utilizaram os resultados para negociar com as agroindústrias os preços de remuneração dos produtores da integradora que opera na região de atuação de seu sindicato.

• PROJETO CAMPO FUTURO

A FAEP tornou-se parceira no Projeto Campo Futuro, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), para levantamento de custo de produção de atividades agropecuárias em todo Brasil.

O projeto é desenvolvido em parceria com as seguintes instituições: Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da ESALQ/USP; Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (PECEGE), da ESALQ/USP e Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Em 2013 os painéis foram realizados pela FAEP em parceria com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) e a UFLA. Os produtos pesquisados foram: café, grãos, pecuária de corte e cana-de-açúcar. As análises comparam os custos entre as diversas regiões pesquisadas. Em 2013, os resultados foram divulgados no Boletim Informativo, encaminhados aos participantes dos painéis, dos sindicatos rurais e apresentados nas Comissões Técnicas da FAEP.

Em 2014, a FAEP participou dos levantamentos de custo de produção no Paraná de cereais, fibras e oleaginosas, laranja, maçã, eucalipto, cana-de-açúcar e café. A metodologia do projeto consiste na realização de painéis nos

sindicatos rurais, com a presença de 10 a 15 produtores, um técnico da FAEP e especialistas da entidade de pesquisa.

- PAINÉIS



Os painéis foram realizados nos sindicatos rurais de: Cascavel, Castro, Guarapuava e Londrina (pecuária de corte, cereais, fibras e oleaginosas); Sindicato Rural de Paranaíba e Umuarama (pecuária de corte), Abatiá (café); Telêmaco Borba (eucalipto); Alto Paraná e Rolândia (laranja); Lapa (maçã); Porecatu e Jacarezinho (cana-de-açúcar), envolvendo cerca de 150 produtores rurais que forneceram os valores gastos com aquisição de insumos e nas operações de preparo de solo, plantio, tratamentos culturais e colheita, com o objetivo de construir a planilha do custo de produção de uma propriedade enquadrada no sistema mais usual da região.

O resultado, ao final de quatro horas de trabalho é o custo preliminar da atividade em foco. Após uma revisão efetuada pela entidade de pesquisa responsável pelo painel, os produtores participantes recebem a planilha com os dados finais.

O interessante desta planilha é que os produtores têm a possibilidade de introduzir seus dados individuais e obter o resultado do custo de produção da atividade, ferramenta indispensável para o gerenciamento da propriedade.

TRIBUTAÇÃO

- TARIFA EXTERNA COMUM DO TRIGO

Com a quebra da safra mundial e com a redução de área no Brasil para cultura de trigo em 2012/13 o abastecimento nacional ficou comprometido e o governo temendo a elevação dos índices inflacionários isentou a Tarifa Externa Comum (TEC) para importações de trigo provenientes de países não integrantes do Mercosul em 2013.

A FAEP, a cada Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) em 2013 isentando a TEC, repudiou a medida, alertando o governo dos danos causados aos preços médios recebidos pelos produtores e solicitando que fosse obtida pelo setor produtivo a mesma agilidade no apoio à comercialização do produto, quando necessário.

Em 2014, nova isenção da TEC foi concedida, vigorando de junho até 15 de agosto para 1 milhão de toneladas de trigo. Mais uma vez a FAEP se manifestou contrária, pois a isenção foi permitida até um período que coincidia com a comercialização da safra paranaense, com estimativa de produção nacional recorde, sendo desnecessária a isenção de imposto ao trigo dos EUA e Canadá. Porém, o governo federal manteve injustamente a decisão.



- ISENÇÃO DE IMPOSTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS



A FAEP, em 2012, solicitou o apoio da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal para priorizar o trâmite e a aprovar o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2007, que prevê a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos insumos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes, peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, quando adquiridos com a finalidade de produção de leite.

O Projeto de Lei está tramitando e foi aprovado na Comissão de Educação e na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. As proposições serão ainda apreciadas pelas comissões: Serviços de Infraestrutura; Agricultura e Reforma Agrária; Assuntos Sociais; Direitos Humanos e Legislação Participativa; e, para decisão em caráter terminativo, Assuntos Econômicos.

- TRIBUTAÇÃO DO “SIMPLES NACIONAL”

A FAEP fez um comunicado de alerta, recomendando ao produtor rural que fique atento ao fazer à comercialização

de sua produção com compradores que estejam enquadrados no sistema tributário Simples Nacional. Os motivos foram as notificações e intimações recebidas por alguns produtores em 2012, para apresentar defesa prévia pela Secretaria da Receita Estadual do Paraná, sobre operações comerciais de venda de produtos agropecuários para empresa enquadrada no regime de tributação Simples Nacional. Para essas operações o entendimento é que o produtor assume o pagamento do ICMS sobre a comercialização efetivada.

A FAEP também enviou ao governo do Estado uma proposta de mudança na legislação para eximir o produtor do pagamento do ICMS nesses casos, a qual está sendo analisada pelos órgãos competentes.

- DRAWBACK DO CAFÉ

A possibilidade da instalação da fábrica de cafés especiais da Nestlé no Brasil abre as discussões sobre um tema polêmico, o drawback do café. A empresa faria um investimento de US\$ 180 milhões e plantaria em solo brasileiro três mil pés de café de diversas variedades de outros países.

No entanto, o que mais desagrade os produtores de café é que até o início da produção de cafés diferenciados (que compõem o blend da bebida produzida pela empresa) a Nestlé precisaria importar esses cafés especiais, realizando o chamado drawback: importação de um produto presente no país, o que não é autorizado no Brasil. O governo, porém, já trabalha a ideia de abrir uma exceção à multinacional.

A preocupação maior dos produtores é com a possível abertura de importação de grãos de cafés verdes de outros países pela Nestlé. Pois outras empresas processadoras de café, poderiam se beneficiar importando cafés em detrimento da produção nacional.

Outra questão é a possibilidade da ocorrência de pragas e doenças provenientes dos grãos verdes dos cafés importados, pois fungos e bactérias se disseminam pelo ar devido a alta umidade de nosso clima tropical.

A FAEP participou da reunião da Comissão Nacional do Café (CNC) em Brasília e convocou reunião extraordinária

em Londrina, ocasião em que os produtores aprovaram por unanimidade um encaminhamento contrariando a importação de cafés de qualquer tipo proveniente do exterior.

A FAEP enviou ofício ao CNC informando a contrariedade dos produtores paranaenses e pedindo salvaguardas para a produção nacional com relação à importação de cafés verdes com base nas consequências da disseminação de doenças e pragas aos nossos plantios.

- **TARIFA EXTERNA COMUM DE FERTILIZANTES**

O Brasil é dependente da importação de 92% do cloreto de potássio, 80% dos nitrogenados e de 40% dos fosfatados para a agricultura. Isso gerou um dispêndio de 9,1 bilhões de dólares, onerando a Balança Comercial Brasileira.

Mesmo diante dessa situação, o governo federal, através do Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) propôs no início de 2013, uma consulta pública com medidas que poderiam elevar a Tarifa Externa Comum (TEC) de fertilizantes. A proposta do governo para os fertilizantes à base de nitrogênio, fósforo e potássio era elevar a tarifa de zero para 6%.

A FAEP se manifestou contrária a essa tentativa de ampliar a arrecadação de impostos majorando os custos da produção e solicitou que fosse rejeitada a proposta de aumento do imposto na importação de fertilizantes, em consulta pública na Camex, pela Resolução 12, de 06 de fevereiro de 2013. Em março, com o término da consulta pública, os fertilizantes importados não sofreram majoração na Tarifa Externa.



CONSELHOS

- **CONSECANA E CONSELEITE**



As cadeias produtivas de cana-de-açúcar e leite são de grande importância para o Estado do Paraná, com grande abrangência territorial, elevado número de produtores rurais e um parque industrial com 30 empresas do setor sucroenergético e cerca de 400 laticínios. O valor bruto da produção de leite somado ao da cana-de-açúcar representa 10% do VBP do Paraná.

Diferente das commodities, que tem preços determinados em Bolsas de Mercadorias, a formação de preços dos demais produtos agropecuários é complexa e passível de geração de conflitos.

O produtor rural alimenta dúvidas em relação ao preço recebido e a margem da indústria na venda dos produtos feitos com a matéria-prima por ele fornecida, desejando uma maneira de participar da margem de comercialização dos produtos industrializados.

- **PREÇO JUSTO**

Impulsionada por esses anseios dos produtores rurais de cana-de-açúcar e leite, em 2000 a FAEP liderou a implantação do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado do Paraná (Consecana-Paraná),

e do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (Conseleite Paraná), em 2002.

Utilizando metodologia específica para o Estado, o Consecana e Conseleite indicam o preço justo a ser pago pela matéria-prima, tendo como base os preços de comercialização dos produtos derivados no atacado.

Com reuniões mensais, durante esses 14 anos de funcionamento do Consecana e 12 anos do Conseleite, a comercialização de leite e cana-de-açúcar passou a ser realizada de forma transparente. Os produtores rurais têm acesso aos preços dos produtos derivados praticados pelas indústrias, o que determina a capacidade industrial de pagamento pela matéria-prima.

Pela metodologia aplicada os preços dos produtos primários variam no mesmo sentido dos preços dos produtos industrializados, permitindo que os produtores rurais também participem da agregação de valor realizada pelas indústrias.

Assim, há mais de uma década, a FAEP em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar) e Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Paraná (Sindileite), vem atendendo as necessidades dos produtores de cana-de-açúcar e leite, mantendo ativos os Conselhos para divulgação mensal dos preços de referência que se tornaram imprescindíveis para a comercialização desses produtos.

COMISSÕES

- COMISSÃO TÉCNICA DE AVICULTURA



A FAEP através da Comissão Técnica de Avicultura estabeleceu um fórum onde os produtores podem apresentar seus problemas e dificuldades de forma independente, sem as pressões que normalmente ocorrem pelas indústrias integradoras.

Em 2014 entre os principais problemas apresentados pelos produtores estão os relacionados a não aprovação do Projeto de Lei nº 6.459/2013 na Câmara dos Deputados, marco legal regulatório dos contratos de integração. Ainda falta consenso entre as partes envolvidas para a aprovação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

A participação da FAEP na Câmara dos Integrados e na Câmara Setorial de Aves e Suínos do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, motivou a marcação de uma nova rodada de negociação para refazer o consenso em torno do texto do referido Projeto de Lei.

Outro problema recorrente levantado nas reuniões da Comissão Técnica de Avicultura tem sido a questão das altas mortalidades de aves em função da falta de energia elétrica nas regiões produtoras. Diretores e técnicos da Copel participaram, a convite da FAEP, da reunião da Comissão Técnica e ouviram dos produtores as situações que estão gerando problemas nas diferentes regiões do Estado.

Os relatos foram formalizados e entregues a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), que em resposta, informou as providências tomadas nas várias regiões do Estado, como o aumento das equipes de atendimento dos casos de desligamento da energia em função de intempéries.

Para os casos de desligamentos programados de manutenção está sendo providenciada uma agenda conjunta com as agroindústrias integradoras. O objetivo é fazer o desligamento nas linhas cujos produtores estejam ou em fase de vazio sanitário ou com pintainhos nos primeiros dias de idade onde a dependência dos ventiladores é menor.

- PROJETO DE LEI DOS EXAUSTORES

No início de 2014 foi apresentado Projeto de Lei na Assembleia Legislativa propondo normas para instalação de exaustores em aviários em todo o Estado que gerariam significativos custos para a adequação dos aviários, inclusive multa diária de R\$ 1.000,00 para o avicultor que não se adequar no prazo de 24 meses.

A principal justificativa é o mau cheiro e os possíveis altos índices de amônia dos exaustores, podendo gerar danos à saúde dos transeuntes que passam nas rodovias a menos de 100 metros em frente dos exaustores dos aviários.

A FAEP, em conjunto com Sindiavipar e Ocepar, consultou especialistas que subsidiaram a elaboração de dois documentos informando que tal medida seria desnecessária e geraria elevados custos aos produtores. Esse assunto também foi incluído na pauta da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Sanidade Avícola (Coesa), que apoiou o envolvimento das entidades acima citadas e da UFPR para o desenvolvimento do estudo que comprove a ausência de riscos para a saúde humana de intoxicação por amônia.

O Projeto de Lei foi retirado aguardando a apresentação de um estudo que informasse os níveis de amônia na saída dos exaustores. O estudo da UFPR indicou que não existe risco desses gases afetarem a saúde de pessoas que trafeguem nestes locais. Com essa sustentação técnica houve o arquivamento do Projeto de Lei.

• COMISSÃO TÉCNICA DE HORTIFRUTICULTURA

Como premissa, a Comissão Técnica de Hortifruticultura ressalta a importância da realização de trabalho inter-relacionado entre as áreas de organização, produção e comercialização, lembrando que a organização, o comprometimento e a participação são imprescindíveis para estruturar a representatividade do setor para que haja avanço nas ações de busca da competitividade paranaense.

Um dos assuntos das discussões foi a criação do sistema para emissão eletrônica da Permissão de Trânsito Vegetal (e-PTV) pela Adapar que foi implantado em dezembro de 2013, esse sistema facilita a emissão da permissão de trânsito das frutas para outros Estados, principalmente nos finais de semana, nesse ação a FAEP apoiou o treinamento para técnicos para a emissão e-PTV organizado pela Adapar em dezembro desse mesmo ano.

Também foi debatido o Projeto de Implantação de Boas Práticas Agrícolas (BPA), que está sendo desenvolvido pelo SENAR-PR e o uso de controle biológico, ferramentas que podem contribuir para uma produção de frutas e hortaliças sustentável.

Outro tema de relevância foi o Projeto de Modernização

da Ceasa-PR, que tem como objetivo buscar maior segurança alimentar, eficiência logística, maior conforto para os agentes de mercado, manutenção da qualidade, diminuição de perdas e menor custo operacional para os operadores apresentado aos integrantes da Comissão.

• PESQUISA FLUXO DE COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS, HORTALIÇAS, FLORES, CARNES E PEIXES



Nas principais cidades paranaenses, as Centrais de Abastecimento (Ceasas) são as grandes responsáveis pela comercialização dos hortifrutigranjeiros.

O Sistema FAEP encomendou uma pesquisa em 2013 com objetivo de conhecer como é realizado o abastecimento de frutas, hortaliças, flores, peixes e carnes nas microrregiões de Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Londrina e Maringá. Essas regiões concentram cerca de 50% da população do Estado e a pesquisa buscou avaliar também os serviços prestados, identificar as melhorias

necessárias nas Centrais e os aspectos relevantes com relação ao produto, cliente e infraestrutura.

Os resultados apontaram a importância da Ceasa no abastecimento do Estado demonstrando que mais de 70% dos compradores entrevistados adquirem produtos diretamente nas centrais. A pesquisa também identificou a oportunidade para produção de frutas e hortaliças no Estado, porque mais de 50% são adquiridos de outros estados, principalmente São Paulo.

A FAEP entregou a pesquisa ao secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, sugerindo que o governo estadual priorize um projeto de modernização destas bases de apoio ao abastecimento de alimentos diante da importância estratégica das Ceasas.

• IMPORTAÇÃO DA BANANA DO EQUADOR



A importação da banana equatoriana pode trazer prejuízos sociais, econômicos e, principalmente fitossanitários como a presença de doenças não existentes no Brasil. Há também a utilização de agrotóxicos na produção da banana equatoriana, não registrados no Brasil, colocando em risco a

saúde dos consumidores.

A FAEP enviou ofício ao MAPA solicitando a revogação da Instrução Normativa nº 3 que estabelece requisitos fitossanitários para importação da banana do Equador considerando os potenciais prejuízos aos produtores nacionais.

Em maio de 2014 o secretário de Política Agrícola, Seneri Kernbeis Paludo do MAPA, reforçou o posicionamento do governo federal de que enquanto o país não tiver confiança fitossanitária e não tiver um mercado sadio para a importação de banana, não liberará a importação da fruta do Equador.

• ROTULAGEM DE FRUTAS E HORTALIÇAS

A Secretaria da Saúde do Estado do Paraná (SESA) colocou em consulta pública em junho de 2014, resolução que trata sobre “a rotulagem de produtos hortícolas in natura a granel e embalados e hortícolas minimamente processadas no Estado do Paraná”.

A FAEP elaborou uma Nota Técnica que foi encaminhada ao Secretário de Estado da Saúde, apontando as incoerências que dificultam a implantação e atendimento pelos produtores rurais.

Foram atendidas as seguintes reivindicações: a retirada dos produtos minimamente processados, uma vez que os mesmos já possui legislação específica; o padrão de rótulo, mantendo-se as informações obrigatórias que propiciam a identificação da origem do produto.

• IDENTIFICAÇÃO NO RÓTULO DOS ALIMENTOS DO USO DE AGROTÓXICO NA PRODUÇÃO

Foi apresentado na Assembleia legislativa Projeto de Lei nº 145/2014 tornando obrigatória a informação expressa “Produzido com Agrotóxico”, nas embalagens de produtores alimentares produzidos e comercializados com agrotóxico e afins no Paraná.

Esse projeto almeja uma segregação na forma de produção, que já existe. Trata-se da produção de produtos orgânicos, que já se diferenciam dos demais, podendo utilizar

de um selo para identificação de produção orgânica, legalizado pela IN MAPA nº 18/2014.

Entendendo que o procedimento pode induzir o consumidor ao erro, achando que os produtos que estão no comércio estão contaminados e como consequência pode haver diminuição de consumo, a FAEP produziu uma nota técnica que foi entregue ao relator do Projeto o deputado estadual Luiz Claudio Romanelli. No texto, a FAEP considera que a aprovação do Projeto de Lei poderia levar a uma onda de pânico injustificado, ocasionando a ruína de famílias inteiras de agricultores que vivem da produção de alimentos, apenas pela percepção errônea das palavras do rótulo.

O Brasil já conta com rigorosa legislação sobre a utilização de defensivos agrícolas na produção de alimentos, a Lei nº 7.802/89 e seu respectivo Regulamento, Decreto nº 4.074/2002. Também existe um regramento específico da ANVISA. O que leva ao terceiro motivo que torna o PL inoportuno, além de aumento de gastos, na medida em que seria necessário modificar as embalagens de praticamente todos os produtos alimentícios à venda, sejam eles in natura ou processados. O referido Projeto de Lei foi retirado da pauta da Assembleia Legislativa em novembro de 2014.

• COMISSÃO TÉCNICA SUINOCULTURA



A FAEP organiza regularmente reuniões da Comissão Técnica de Suinocultura para discutir os principais assuntos do setor nas diferentes regiões do Estado como situação da comercialização, preços praticados, relação com mão de obra e com agroindústrias.

Em 2014, dois importantes assuntos relacionados à sanidade foram tratados nas reuniões da Comissão Técnica. Primeiramente a ameaça da Diarreia Epidêmica Suína (PED) doença que está ameaçando os principais países produtores. Essa doença embora ainda não tenha atingido rebanhos no Brasil é alvo de preocupação dos produtores buscando evitar sua entrada no país.

A outra doença que foi tema de discussão na Comissão Técnica é a Peste Suína Clássica (PSC). O Paraná é considerado livre da doença pelo MAPA desde 2001, e está tomando diversas medidas para obter o reconhecimento internacional pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

A Comissão Técnica de Suinocultura apresentou propostas para serem incorporadas no Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014 junto à Secretaria de Política Agrícola do MAPA.

A FAEP convidou pesquisadores da Embrapa Aves e Suínos para discutir com os produtores as alternativas tecnológicas para o tratamento de dejetos de suínos. Na ocasião foi apresentada a evolução das alternativas tecnológicas do tratamento de dejetos de suínos desde a década de 80 até a atualidade.

Outro pesquisador da Embrapa Aves e Suínos participou das reuniões da Comissão para debater as políticas públicas para enfrentar crises da suinocultura ocasião em que definiu os principais temas a serem adotados pelos produtores assim como os principais instrumentos para atuar efetivamente nesses temas.

A FAEP também acompanhou as ações do Ministério Público, Adapar e do IAP nas denúncias de recolhimento, transporte, acondicionamento e tratamento inadequado das carcaças de suínos no Estado, levando o assunto para ser debatido no Conselho Estadual de Sanidade Suína – COESUI. Existe um vácuo normativo para orientar as ações de empresários e produtores para garantir o menor risco sanitário nessa

atividade e a FAEP participa das articulações para que o MAPA normatize a atividade.

Em 2013 foi realizada palestra sobre a tecnologia de ensilagem de grão úmido de milho. Nos debates os produtores puderam tirar dúvidas e verificar a viabilidade econômica da tecnologia.

- COMISSÃO TÉCNICA DE BOVINOCULTURA DE CORTE



Historicamente a FAEP desenvolve atividades atendendo as demandas da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte, como levantamento de custos de produção, difusão de tecnologias através de dias de campo, programas especiais (“Pese Bem”), e envolvimento nas políticas sanitárias, entre outras.

Nos últimos anos, vários fatores vêm contribuindo com a redução da atividade. O crescimento dos preços das commodities agrícolas no mercado internacional, a grande valorização da terra, a crise sanitária de 2005 e o surgimento de outras culturas mais rentáveis provocaram a migração da atividade para áreas marginais à agricultura, confinando-a a terrenos não agricultáveis. Uma vez que a bovinocultura de corte encontra dificuldade em competir com a agricultura, a redução da área de pastagens, a diminuição dos plantéis e

fechamento de grandes plantas frigoríficas são situações cada vez mais comuns no Estado.

Em contrapartida, surgiram novas organizações de produtores (alianças e cooperativas) que veem na unificação da cadeia e na produção intensiva de carne de qualidade superior uma saída para viabilizar a atividade.

- MOMENTO DE TRANSFORMAÇÃO

A atividade de pecuária de corte no Paraná já ocupou a 5ª maior produção do país, e o 2º. maior Valor Bruto de Produção do Paraná. Isso demonstra que o Estado tem tradição e vocação para a produção pecuária, denotada pela fertilidade do seu solo, distribuição de chuvas, clima propício e mão de obra experiente e tradicional na atividade.

O quadro atual da bovinocultura de corte do Paraná passa por um momento de transformação conceitual e estrutural muito significativo, cujos resultados irão determinar o futuro da atividade.

Além disso, as reuniões da Comissão Técnica de Bovinocultura de Corte têm servido para promover o diálogo entre os produtores de diversas regiões do Estado.

- DIA DE CAMPO

Com o objetivo de capacitação, o Sistema FAEP coordenou em 2013 a realização de dias de campo em 11 fazendas nas regiões (Palmeira, Guarapuava, Santo Antônio da Platina, Arapongas, Pato Branco, Renascença, Umuarama, Umuarama, Campo Mourão, Toledo e Cascavel) do Estado para disseminar as técnicas do sistema Integração Lavoura, Pecuária e Florestas.

Cada encontro contou com cerca de 100 participantes, que num primeiro momento assistiram a palestra de um profissional especializado no assunto e na sequência uma visita monitorada à propriedade. Em 2014, as reuniões da



Comissão Técnica passaram a ser realizadas sob a forma de “Dia de Campo”, em propriedades que utilizam tecnologias de manejo e produção de referência. O objetivo é a divulgação destas boas práticas, bem como a troca de experiências entre os produtores, incentivando assim a organização da cadeia produtiva.

Ainda em 2014 foram realizadas duas reuniões em Curitiba, e três na forma de “Dia de Campo”, em propriedades rurais de referência, em Guaraniaçu, São Miguel do Oeste, Foz do Iguaçu e Guarapuava. Em Curitiba foram apresentados resultados preliminares do diagnóstico sobre a cadeia e elaboradas ações estratégicas.

• PLANO DIRETOR DE PECUÁRIA DE CORTE

Como estratégia para fomentar a bovinocultura de corte do Paraná em 2013 a FAEP contratou uma consultoria coordenado pela UFPR para fazer um diagnóstico da pecuária de corte do Estado, e sugerir linhas de ações estratégicas para viabilizar a atividade. Este trabalho serviu de subsídio para a elaboração do Plano Integrado de Desenvolvimento da Pecuária de Corte em 2014, que será implantado a partir de 2015, em parceria com as instituições públicas e privadas.

Para realizar esse diagnóstico da atividade foram necessárias três ações desenvolvidas em parceria da FAEP com o Conselho Regional de Medicina Veterinária, Universidade

Federal do Paraná e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agrônoma (CREA). Elas foram realizadas nas principais regiões produtoras do Estado.

A primeira ação foi um Ciclo de Palestras para técnicos e produtores apresentando um diagnóstico da atividade no Estado e seguido de um debate para capturar as impressões dos participantes. Nessa oportunidade também foram aplicados questionários para detectar o perfil de produtores e técnicos que participaram das palestras realizadas nas oito principais regiões produtoras do Paraná. Em paralelo foram realizadas entrevistas com técnicos e produtores em quatro regiões do Estado e com empresários do setor industrial da carne.

A FAEP também articulou junto ao setor industrial a expansão das avaliações de carcaças de bovinos destinados ao abate no Estado, realizados pelo Laboratório de Pesquisas Econômicas em Bovinocultura, através da classificação e tipificação de carcaças. Os resultados indicaram outras ações estratégicas que o Sistema FAEP e instituições parceiras para promover a atividade no Estado nos próximos anos.

Entre outras atividades o Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte do Estado do Paraná prioriza a capacitação dos pecuaristas e seus empregados como condição para o abandono de sistemas tradicionais e de poucos lucros em busca da incorporação de uma nova forma de pensar e de utilizar a tecnologia disponível.

Essa capacitação foi oferecida em 2013, pelo SENAR-PR que, além dos cursos e treinamentos existentes, desenvolveu um novo Programa Empreendedor Rural Pecuário, acrescentando tópicos ao programa tradicional, dirigido especialmente para atender aos interesses de turmas formadas exclusivamente por pecuaristas. Esse Programa foi disponibilizado em 2013 e formou 10 turmas nas principais regiões do Estado.

Os participantes tiveram a oportunidade de se organizarem em grupos para conduzirem a atividade em conjunto, seja adquirindo insumos, rateando custos de assistência técnica e, principalmente, produzindo animais homogêneos para formação de lotes que atendam a demanda latente do mercado interno e externo por qualidade e regularidade de fornecimento.

- COMISSÃO TÉCNICA DE CEREAIS, FIBRAS E OLEAGINOSAS



O Paraná contribui com 18% da produção nacional de grãos. A Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas tem subsidiado a FAEP com informações sobre os problemas, dificuldades e fatores que afetam as condições de produtividade e a renda agrícola. A FAEP utiliza essas informações como diretrizes da defesa política e econômica dos produtores rurais.

Os principais temas abordados nas reuniões da comissão nos anos recentes são: política agrícola; crédito, endividamento e seguro rural; programas de investimento e fomento à atividade; instrumentos de apoio à comercialização; zoneamento agrícola, conjuntura agropecuária; comercialização do trigo, soja, milho, aveia, cevada, sorgo e feijão; expectativas de plantio; sementes piratas e vazio sanitário; agroquímicos e fertilizantes; custos de produção; mercado futuro; Integração Lavoura-Pecuária; problemas climáticos; tributação; acesso ao crédito nos agentes financeiros, vazio sanitário e novas tecnologias.

Entre as principais contribuições dessa comissão,

destacou-se a elaboração anual das “Propostas para o Plano Agrícola e Pecuário”, o documento de sugestões para as “Políticas Agrícolas para o Trigo e Demais Culturas de Inverno”, as ações na área de seguro rural.

A Comissão promoveu debates sobre os principais entraves ao desenvolvimento da agricultura, visando à proposição de soluções e aperfeiçoamentos da organização da cadeia produtiva. Em 2012, por exemplo, os membros da comissão tiveram participação fundamental na definição do novo padrão de classificação do milho.

- NOVO PADRÃO DE CLASSIFICAÇÃO DO MILHO

O governo federal decidiu atualizar a classificação oficial do milho por meio de consultas públicas realizadas em 2010 e 2011. Para a atualização, o governo

apresentou uma proposta com critérios muito rígidos e que poderia penalizar grande parte da produção paranaense. A FAEP, com o apoio da Ocepar, estabeleceu uma estratégia para evitar possíveis grandes perdas aos produtores paranaenses.

A estratégia deu certo e, por meio da publicação da Instrução Normativa (IN) nº 60, foi oficializado o novo padrão de classificação para o milho, que entraria em vigor em 1º de julho de 2012.

No final de maio, a Conab convocou nova reunião com o objetivo de realizar novas alterações na classificação oficial (IN 60), que entraria em vigor em 30 dias. A FAEP, buscando neutralizar possíveis mudanças indesejadas ao setor agrícola, participou com 26 representantes de sindicatos rurais. Na reunião realizada em Brasília, o MAPA e a Conab contaram com a participação de 15 representantes. Fizeram-se presentes também alguns participantes de diversos Estados brasileiros ligados à cadeia produtiva do milho.

Foram discutidas duas propostas na reunião, sendo duas da Conab, a saber: A primeira proposta foi a da Conab,



que visava quantificar e informar no laudo oficial a quantidade de pedaços de grãos saudáveis retidos na peneira de 5mm, admitindo um limite máximo de tolerância de 15%. A segunda proposta também foi da Conab, visando prorrogar o início da vigência da IN nº 60 de 1º/7/2012 para 1º/9/2013, o que ocorreu.

A nova classificação é mais rigorosa, no entanto, a prorrogação foi bem aceita por todos os produtores. A terceira proposta não foi aceita, pela falta de resultados científicos comprovando que o ataque dos insetos nas lavouras, ao picar uma pequena parte dos grãos ainda na espiga, prejudica todo o restante da massa de grãos no armazenamento.

A ação da FAEP foi imprescindível para que as decisões tomadas não fossem prejudiciais aos produtores de milho do Paraná. A comitiva apresentou argumentos técnicos sólidos na plenária e, com isso, conseguiu adotar uma classificação que é mais coerente para o Paraná e permite à Conab e ao mercado praticá-la. Os resultados foram positivos para os produtores de milho e publicados na IN18, de 4 de julho de 2012, estabelecendo mudanças no Regulamento Técnico do Milho.

• COMISSÃO TÉCNICA DE CAPRINOCULTURA E OVINOCULTURA

Em 2013 a Comissão Técnica discutiu o andamento do Projeto de Assistência Técnica proposto pelo Iapar. Esse projeto prevê a criação de uma rede de assistência técnica e de pesquisa para atender as cooperativas de carnes ovina e caprina do estado. Também foram discutidas as principais estratégias de manejo e os riscos de disseminação de verminoses trazidas de outras regiões do país, especialmente a hidatidose.

Os produtores levantaram a necessidade de terem ferramentas apropriadas para analisar os custos de produção. Foi apresentado o Projeto de Melhoramento Genético e de Manejo da Cooperativa Castrolanda, além do Plano de Ação da Associação Paranaense de Criadores de Ovinos (OVINOPAR).

A presidente da Comissão relatou a visita técnica feita ao Uruguai por produtores cooperados da Cooperaliança de Guarapuava e as características do sistema de produção e de comercialização de ovinos naquele país. A comissão técnica debateu ainda estratégias e tecnologias de reprodução de ovinos e caprinos, no sentido de buscar melhores resultados entre os produtores do estado.

Em 2014, Camila Raineri, pesquisadora do Laboratório de Análises Socioeconômicas e Ciência Animal da USP, apresentou os “Custos de Produção e Indicadores de Preço de Cordeiro de São Paulo”, demonstrando as diversas aplicações das informações do cálculo do custo de produção para subsidiar o produtor nas tomadas de decisão na propriedade.

Também em 2014 a Comissão visitou o Laboratório de Pesquisas em Ovinocultura e Caprinocultura (LAPOC) da UFPR e na ocasião foi apresentada uma retrospectiva dos trabalhos realizados nos 10 anos de existência.

• COMISSÃO TÉCNICA DE CANA-DE-AÇÚCAR

Nos últimos anos o setor energético nacional enfrenta sérias dificuldades em função de conjuntura interna,



solicitação atendeu a um pedido da FAEP e incluiu também os paranaenses. A subvenção prevê o pagamento de um acréscimo de R\$8,00 por tonelada de cana comercializada na safra 2013/2014, até o limite de 10 mil toneladas por produtor.

Em outra frente, em 2 de dezembro de 2014, a FAEP enviou ofício ao ministro da Agricultura solicitando prorrogação por cinco anos do pagamento das parcelas das dívidas de financiamento e investimento dos produtores de cana atingidos pela estiagem e pela queda do preço do produto.

- COMISSÃO TÉCNICA DO MEIO AMBIENTE

com o governo impedindo reajustes no preço do etanol para manter os preços da gasolina artificialmente baixos. Há ainda achatamento de margens no setor industrial e conseqüentemente no setor rural em função dos baixos preços mundiais do açúcar.

Nas três últimas safras o resultado financeiro obtido pelos produtores de cana não foi suficiente para cobrir os custos de produção.

A situação foi discutida pelos integrantes da Comissão Técnica que decidiram encaminhar solicitação ao Consecana Paraná no sentido de atualizar alguns parâmetros da metodologia que reverteria no aumento do preço da tonelada de cana. O assunto continua em pauta e voltará a ser discutido no decorrer da próxima safra.

Mais recentemente a região produtora de cana vem enfrentando um período de estiagem que está provocando perdas de produção da ordem de 10 a 15%, dificultando ainda mais a situação.

A FAEP buscou amenizar as perdas rurais provocadas pela estiagem através da inclusão dos produtores de cana do Paraná como beneficiários em uma medida provisória que tramita em Brasília solicitando subvenção aos produtores de cana atingidos pela seca.

Primeiramente, a solicitação era direcionada somente aos produtores paulistas, porém a Feplana, autora da

Em 2013 os membros da Comissão reuniram-se para debater assuntos relevantes como Cota de Reserva Ambiental, Código Florestal, ações indevidas de ONGs, APA da Escarpa Devoniana, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), entre outros. Em todos os temas tratados, a FAEP convidou especialistas nas respectivas áreas para tornar o debate mais produtivo.

Sobre o novo Código Florestal foram discutidas e sanadas as dúvidas mostrando, os obstáculos, avanços no âmbito federal e estadual;

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi um dos assuntos mais frequentes na comissão. Foram discutidas as demandas do setor e as dificuldades de implantação nos municípios e sindicatos. Foi mostrada a plataforma online do Ibama e os membros da Comissão deram sugestões para a melhoria do sistema. Essas demandas foram enviadas para o Ministério do Meio ambiente. O CAR no sistema off-line também foi apresentado e discutido com a comissão.

Em virtude das recentes definições da legislação florestal brasileira uma das formas de compensar a Reserva Legal são as Cotas de Reserva Ambiental (CRA). Como é um assunto novo, foi proferida palestra apresentando o status da CRA no Estado, potencial de mercado de CRA no Brasil e o diagnóstico para detectar o déficit ou o excedente de Reserva Legal nas áreas.

Os membros da comissão tiveram a oportunidade de conhecer e tirar as dúvidas referentes ao Decreto nº 8.680, de 06 de agosto de 2013, que instituiu o Sistema de Cadastro Ambiental Rural do Estado do Paraná (SICAR-Pr) e revogou o Sisleg.

Nas reuniões da comissão também foi discutida a atribuição e a importância da participação dos produtores nos comitês das bacias hidrográficas e analisada as ações da FAEP no Comitê da bacia de Paranapanema e da bacia do Tibagi.

Na última reunião do ano de 2013 o ex-ministro da Agricultura, deputado federal Reinhold Stephanes, participou ativamente das negociações do Código Florestal como chefe da Casa Civil do governo do Estado do Paraná apresentando a necessidade de implantação do Código Florestal no Estado e esclarecendo dúvidas dos membros da comissão.

Entre os temas debatidos pela Comissão Técnica de Meio Ambiente, em 2014, o principal também foi o Cadastro Ambiental Rural (CAR), instrumento de regularização ambiental. Os produtores tiveram a oportunidade de sanar dúvidas e solicitar capacitações para os sindicatos.

Foi apresentado e discutido o Decreto Presidencial que regulamentou o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e a Instrução Normativa que regulamentou o Cadastro Ambiental Rural além de apresentar as principais modificações e definições que irão regulamentar o CAR no Estado do Paraná.

Outro assunto importante tratado na Comissão foi a da proliferação de Ações Cíveis Ambientais ajuizadas por ONGs, muitas das quais indevidas. A FAEP abordou a situação dessas ações, em especial, à luz do novo Código Florestal e do Decreto de regulamentação do CAR.

Em novembro de 2014 foi sancionada a Lei nº 18.295/2014 que normatizou o PRA, permitindo a adequação dos imóveis rurais do Estado ao novo Código Florestal Brasileiro. Diante dessa nova Lei Estadual a FAEP realizou,

no dia 24 de novembro, reunião com a participação da Dr^a Samanta Pineda, que esclareceu sobre a nova legislação e as conquistas alcançadas. A Lei nº 18.295/2014 irá possibilitar a regulamentação e integração dos passivos do antigo Código Florestal e da Lei Florestal do Paraná (Sisleg) ao novo Código.

Outra pauta importante foi a respeito da APA da Escarpa Devoniana. Discutiu-se a visão do setor produtivo e a proposta de revisar o perímetro da APA considerando os conceitos do Novo Código Florestal. E por fim os participantes da comissão ficaram informados sobre a instalação das novas “PCHs e UHEs” em regiões produtivas do Estado do Paraná e as consequências econômicas e sociais aos produtores rurais.

• COMISSÃO TÉCNICA DE BOVINOCULTURA DE LEITE



A necessidade de melhorias no setor leiteiro paranaense que envolve questões como qualidade do leite e derivados, pagamento por qualidade, necessidade de assistência técnica aos produtores, sanidade, legislação tributária, entre outros, é assunto constantemente tratado nas reuniões dessa Comissão.

- **ESTRATÉGIA PARA QUALIDADE DO LEITE**

Numa iniciativa da FAEP e do Sindileite-Pr, apoiando uma reivindicação da Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite e do Conseleite Paraná, em 2012 foi criado um grupo de trabalho constituído por técnicos do Sistema FAEP, Sebrae, Sindileite, da Seab, Emater e Ocepar, que formulou um planejamento estratégico para o setor leiteiro paranaense.

O grupo técnico concluiu que melhorias na produção de leite somente serão alcançadas quando os produtores tiverem acesso a ações de treinamento e assistência técnica, de forma conjunta e continuada.

Entendem também que os profissionais que hoje atuam com assistência técnica ao produtor necessitam de uma homogeneização de conhecimentos e conceitos, respeitadas as peculiaridades regionais.

Assim, o SENAR-PR, com apoio da FAEP e da Emater, elaborou o conteúdo programático para treinamento de técnicos em módulos, numa carga horária de cerca de 96 horas. Os técnicos da região Sudoeste foram os primeiros a serem contemplados com o treinamento.

- **CRIAÇÃO DE BEZERRAS E NOVILHAS**



O manejo correto na criação de bezerras e novilhas é fundamental para que o produtor alcance resultados positivos na atividade leiteira. É nessa fase que os animais necessitam de cuidados para que todo seu potencial genético se manifeste na fase de produção de leite.

A carência de ações da assistência técnica verificada atualmente, causada principalmente pela falta de técnicos especialistas a campo, tem deixado a maioria dos produtores de leite à mercê de iniciativas próprias para sanar essa carência, atendidas em grande parte pelos treinamentos oferecidos pelo SENAR-PR.

Buscando orientar os produtores nessa fase crítica da vida dos animais, em 2014 a FAEP, junto com a empresa Agripoint e revista Leite Integral, foi correalizadora do “IV Simpósio Internacional Leite Integral - Criação de bezerras e novilhas” com duração de três dias, em Curitiba. Cerca de 1.000 pessoas acompanharam o simpósio que contou com palestrantes nacionais e internacionais, especialistas no assunto, que dividiram suas experiências com o público brasileiro.

A FAEP patrocinou a participação de 50 pessoas entre técnicos e produtores de leite vinculados à Comissão Técnica de Bovinocultura de Leite. Como atividades extras foi oferecido um curso de 16 horas conduzido pelo maior especialista americano da área, James Drackley, da Universidade de Illinois, que contou com 250 participantes.

- **O LEITE DO SUL**

A atividade leiteira está presente na maioria dos municípios paranaenses e envolve cerca de 115 mil produtores, predominantemente pequenos. O Paraná é o 3ª maior produtor de leite, mas a produtividade, embora seja quase o dobro da nacional, ainda é muito baixa se comparada à obtida em países vizinhos como Argentina e Uruguai. Mudar esse panorama depende basicamente de assistência técnica e capacitação.

A mesma situação se aplica ao Rio Grande do Sul e Santa

Catarina, fazendo com que a região Sul caminhe para se tornar a primeira bacia leiteira nacional, deixando para trás a tradicional região Sudeste.

A contar pela evolução da produção nos últimos 10 anos, brevemente a região Sul estará com excedente de produção que terá que ser direcionada a novos mercados cuja abertura depende da melhoria da qualidade atual do leite produzido. Essa constatação originou a realização de uma reunião histórica com a participação de representantes dos três Estados do Sul, em Curitiba, na sede da FAEP, em julho de 2014.

A reunião contou com os secretários da Agricultura do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e representantes e presidentes das Federações de Agricultura, Federações dos Trabalhadores na Agricultura, sindicatos das indústrias de laticínios, organismos de defesa sanitária, empresas de extensão rural dos três Estados do Sul e o Instituto Gaúcho do leite.

• ALIANÇA LÁCTEA



O resultado foi a constatação do interesse comum na construção de um Plano Conjunto para o Desenvolvimento Integrado da Cadeia de Lácteos na região Sul.

Assim nasceu a Aliança Láctea Sul Brasileira, um fórum público-privado permanente, reconhecido formalmente pela

assinatura de um protocolo de intenções pelos governadores dos Estados do Sul.

A Aliança desenvolverá e implementará políticas conjuntas de Estado com o objetivo a curto e médio prazo de obter a evolução e harmonização de políticas sanitárias, de sustentabilidade, de assistência técnica aos produtores, de inocuidade e segurança do leite e derivados, de tributação, entre outras, visando o desenvolvimento da cadeia leiteira dos três Estados.

A estratégia inicial foi a definição de uma coordenação geral para a Aliança, com duração de um ano e rotativa entre os Estados, ficando a cargo do Paraná em 2014.

Na primeira reunião técnica, realizada em Florianópolis, foram definidos cinco grupos temáticos formados por profissionais de instituições públicas e privadas dos três Estados que estão trabalhando na identificação das ações necessárias para o desenvolvimento do setor lácteo. Os grupos são os seguintes:

GRUPO 1 – Qualidade do Leite e Programas de Pagamento por Qualidade, sob a coordenação da Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH-PR); GRUPO 2 – Geração e Transferência de Tecnologia, Assistência Técnica e Qualificação Profissional, sob a Coordenação da Emater; GRUPO 3 – Saúde Animal, Inspeção e Conformidade Legal, sob a coordenação da Agência Paranaense de Defesa Agropecuária (Adapar); GRUPO 4 – Organização Setorial e Relações Institucionais e Entre os Elos da Cadeia, sob a coordenação do SEBRAE; GRUPO 5 – Política Tributária e Desenvolvimento Industrial (Gestão Industrial e de Logística) e de Mercado, sob a coordenação do Sindileite-PR.

• COMISSÃO TÉCNICA DE CAFEICULTURA

Os principais temas abordados nas reuniões da Comissão Técnica de Cafeicultura nos últimos anos foram a conjuntura de mercado, a crise da cafeicultura, as propostas para o plano de revigoramento do café, seguro do café, tributação, recursos de apoio à comercialização, custos de produção, entre outros.

Ainda ganhou destaque o debate sobre a importação de cafés verdes pela Nestlé, o que poderá permitir a entrada de doenças e pragas no país. Os produtores foram contra a importação de cafés verdes para a instalação da fábrica no Brasil. Entre as principais demandas dos produtores de café, destacou-

se a preocupação com a implantação do “Plano de revigoração do Café” no âmbito estadual, tendo mais urgência a busca de soluções como a falta de assistência técnica especializada e com a aquisição de mudas com novas variedades.

• APOIO À CADEIA DE CAFEICULTURA DO PARANÁ

A cafeicultura paranaense passa por um contínuo desequilíbrio entre o preço recebido e o custo de produção observado nos últimos anos, agravado pela escassez de mão de obra, pouca capacidade de organização dos produtores e pequena escala de produção.

O setor produtivo enfrenta uma crise de renda que tem resultado em diminuição da área cultivada. Esse cenário compromete a estabilidade e o futuro da cadeia produtiva do café no Estado do Paraná. É necessário, portanto, que se estabeleçam ações de apoio dos governos estadual e federal de caráter técnico, financeiro e estrutural, que proporcionem a reestruturação da cadeia produtiva, em especial no setor da produção.

A cafeicultura do Paraná apresenta características bem distintas frente aos demais Estados, pois é uma cultura de pequeno e médio porte, com baixa escala tanto na compra de equipamentos e insumos quanto na comercialização ou industrialização da produção.

Diante desse diagnóstico, a FAEP propôs e o governo estadual instituiu, em 2012, um plano de revigoração da cafeicultura paranaense.

Em 2013 e 2014, a cafeicultura do Paraná sofreu inúmeros percalços climáticos finalizando com geadas e secas, prejudicando muitos cafezais que precisaram ser erradicados. Para a área em produção de 23 mil hectares, ainda não há previsão se a colheita será normal, pois as que foram podadas (esqueletadas), somente produzirão safra cheia em 2015 e as que foram recepadas (cortadas no tronco), terão colheita a partir de 2017.

Os produtores que erradicaram o café enfrentam dois problemas, a definição da cultura que será adotada, seguindo o zoneamento agrícola, aptidão dos solos e a sua adaptação para a nova cultura. Conforme a Seab, soja, pastagens e mandioca são as culturas que deverão ser adotadas pelos produtores. Outro problema são os financiamentos efetuados para o café, que devem ser pagos neste e outros anos e a dificuldade na obtenção de recursos para as novas culturas em substituição do café.

Em 2014, a FAEP promoveu uma reunião em Curitiba no mês de fevereiro com o objetivo de integrar as ações das entidades envolvidas com a produção do café: MAPA, MDA, Ocepar, Seab, Emater, Iapar e Fetaep.

Houve um comprometimento de cada entidade participar dentro de sua área de atuação, surgindo da reunião a proposta de se criar um grupo técnico de trabalho para discutir com mais profundidade as questões específicas que estão inibindo a melhoria de desempenho e produtividade da cadeia do café, entre as quais a assistência técnica, que possam subsidiar as etapas do Plano de Revigoração do Café do Paraná. A FAEP tem participado da Câmara Setorial do Café da Seab, fórum que tem discutido essas questões, o Plano de Revigoração do Café, as alternativas para viabilizar a atividade e a gestão da cadeia do café.

Como resultado os produtores estão tendo mais opções de venda de cafés, evitando a venda para atravessadores. No caso do revigoração da cafeicultura, a licitação das mudas de café já está finalizada por parte da Seab, só aguardando a liberação do orçamento na Secretaria das Finanças do Estado para compra das mudas. Com relação à assistência técnica, a Câmara Setorial do Café solicitou para a Seab/Emater a contratação e alocação de técnicos para a cadeia do café.



EVENTOS E REPRESENTAÇÃO DA FAEP

- SEMINÁRIOS, ENCONTROS DE PRODUTORES, CURSOS E TREINAMENTOS



No último triênio, a FAEP realizou muitos cursos e treinamentos com o objetivo principal de informar e aprimorar o conhecimento do produtor rural e, em especial os dirigentes sindicais. Ao todo foram realizados 1.609 eventos com a participação de 89.788 pessoas, na sua grande maioria, em parceria com os sindicatos rurais e o SENAR-PR.

Os cursos e treinamentos trataram de diferentes temas de interesse dos sindicatos rurais, dos produtores e do agronegócio, entre eles: Cadastro Ambiental Rural (CAR), DAF/PRONAF; Armazenamento de Agrotóxicos; Oratória; Processo Legislativo; Redação; Cadastramento (DP/

INCRA) e Módulo Rural; Declaração de Imposto de Renda; Declaração de Imposto Territorial (ITR); Gestão de Pessoas; Inspeção Sanitária; Agroflorestal; Avicultura; Fruticultura; Hortifruticultura; Meio Ambiente; Pecuária de Corte; Pecuária de Leite; Plantas Industriais – Café; Plantas Industriais – Cana-de-açúcar; Piscicultura; Suinocultura; Bovinocultura; Sericultura; Agronegócio; Gestão Sindical; Tecnologia Agrícola; Convenções Coletivas de Trabalho; Crédito Rural; Cumprimento da Legislação da Propriedade Rural; Turismo Rural; Seguro Rural; Crédito Rural e Seguro Agrícola; Meio Ambiente e Viagens Técnicas.

- CÂMARAS DO MAPA

Existem 36 Câmaras Setoriais e Temáticas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) que representam diferentes setores e a FAEP participa das 12 principais: Cadeias Produtivas do Leite e Derivados; Carne Bovina; Aves e Suínos; Fruticultura; Feijão; Milho e Sorgo; Culturas de Inverno; Soja; Infraestrutura e Logística do Agronegócio; Insumos Agropecuários; Seguro do Agronegócio; e Crédito e Comercialização.

A FAEP tem encaminhado as demandas dos produtores rurais para serem analisadas nessas Câmaras do MAPA, tendo em vista que muitos problemas que dificultam a agropecuária paranaense, também são motivos de preocupação em outros Estados da federação, assim como de outras instituições das diversas cadeias produtivas. Além das Câmaras Setoriais e Temáticas do MAPA, a FAEP tem representações nas Comissões Nacionais da CNA e em dezenas de Conselho, Comitês e Agências.

- PARTICIPAÇÃO NA FPA/IPA

A FAEP passou a participar, como associada, nas reuniões e assembleias da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que abriga o Instituto Pensar Agro (IPA), em Brasília. O instituto é composto por 26 entidades de classe do setor, que tem o objetivo de dar suporte a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA), com a proposta de elaborar uma agenda legislativa para 2015 a 2018 que sirva para que a FPA possa negociar com o novo governo eleito, assim como, com o Presidente da Câmara e do Senado.

A FAEP também participou das atividades de acompanhamento legislativo desenvolvido pelo Instituto Pensar-Agro para subsidiar os parlamentares que constituem a FPA. Em 2014, o IPA constituiu algumas oficinas para elaboração de propostas às novas bancadas do Congresso Nacional. Entre as oficinas constituídas estão a de política agrícola, meio ambiente, legislação trabalhista, sanidade animal e vegetal e infraestrutura de transporte e logística.

• ENCONTRO DE LIDERANÇAS

Anualmente é promovido o “Encontro de Lideranças Sindicais e Comissões Técnicas do Sistema FAEP” para debater os principais temas do agronegócio brasileiro e paranaense. Em 2012, o encontro foi realizado em julho, em Curitiba e contou com a presença de 400 participantes.

Na abertura, o presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, analisou a conjuntura do agronegócio paranaense na presença do governador Beto Richa e do seu secretário da Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara.

Em 2013, o evento foi realizado em junho, tendo transmissão ao vivo pelo Canal Rural para todo o país e contou com a presença de 350 lideranças sindicais e membros das comissões técnicas. O palestrante foi o economista e colunista do jornal “O Estado de São Paulo”, Marcos Jank com sua palestra “Apagão da Logística Agrícola no Brasil”.

• SESSÃO-GERAL DA OIE

Os trabalhos desenvolvidos pela Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) na coordenação e o incentivo a nível mundial para que haja informação, investigação e elaboração de normas sanitárias são de suma importância para o setor.

A FAEP acompanha todos os anos as reuniões entendendo que os trabalhos desenvolvidos tem reflexo mundial na criação e comércio de animais e produtos derivados. A OIE trata da difusão de informações científicas sobre doenças dos animais, controle e métodos de erradicação, com colaboração de 284 laboratórios de referência no mundo.

Todos os anos, a reunião é realizada em maio, em Paris, com a presença de representantes do setor público e privado dos 178 países-membros e de observadores

internacionais ligados ao setor de alimentos, ministros e demais autoridades.

• CONFERÊNCIA DA OIE PARA AS AMÉRICAS

Em 2013, uma delegação da FAEP participou da Conferência Regional da OIE para as Américas sobre bem-estar animal, realizada em Montevidéu, Uruguai. O bem-estar animal vem ao longo dos últimos anos transformando-se em tema permanente, com constantes normatizações para as principais cadeias produtivas de origem animal, cujo não atendimento, podem se tornar no futuro embargos comerciais. Ciente da importância do assunto, no âmbito do Fundeprec foi criado recentemente o Comitê de Bem-estar Animal, que deve ocupar-se desse seguimento nas cadeias produtivas de animais de produção desenvolvidas no Paraná.

• 3ª CONFERÊNCIA MUNDIAL DA OIE SOBRE O ENSINO DA MEDICINA VETERINÁRIA

Na edição de Foz do Iguaçu, a 3ª Conferência da OIE sobre o Ensino da Medicina Veterinária e da Função dos Organismos Estatutários Veterinários, ocorrida no final de 2013, reforçou o foco dos encontros anteriores elegendo o tema “Um Mundo, Uma Saúde”, assim considerada a saúde humana, animal e ambiental.

O Sistema FAEP atuou na organização e no patrocínio para realização do evento, que teve participação de cerca de 800 técnicos de todos os países membros que discutiram os documentos apresentados e por fim participaram da adequação das Resoluções com propostas de aprimoramento dos serviços apresentados.

• OS SEGREDOS FORA DA PORTEIRA

Em 2012 e 2013, a FAEP realizou uma série de seminários nas principais regiões do Paraná levando informações sobre mercados interno e externo de soja e milho com o consultor da Bolsa de Chicago, Pedro Djneka.

- 19º CONGRESSO MUNDIAL DA CARNE

A FAEP participou em 2012, em Paris, do 19º Congresso Mundial da Carne. A Organização Permanente Internacional da Carne (OPIIC), agrupa todas as grandes entidades ligadas à produção e industrialização de carnes e realiza de dois em dois anos essa reunião.

Nela discute-se a produção, demanda e exigências do mercado. O foco principal foi como compatibilizar a crescente demanda por carnes em função do crescimento populacional e de renda no mundo, com segurança alimentar e ao mesmo tempo ter sustentabilidade atendendo às exigências sanitárias, ambientais e sociais, com meta para o ano de 2050.

- COHEFA – COPAIA – RIMSA

A FAEP participou da reunião do 12º Comitê Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (Cohefa), da 6ª Reunião da Comissão Pan-Americana de Segurança Alimentar (Copaia) e da 16ª Reunião Interamericana em Âmbito Ministerial em Saúde e Agricultura (Rimsa), em 2012, em Santiago no Chile.

- PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES DOS CAPs DE PARANAGUÁ E DE ANTONINA

Com a nova lei dos portos, Lei nº 12.815, de 05/06/2013, os Conselhos de Autoridade Portuária (CAPs), deixaram de ser deliberativos e passaram a ser consultivos. Também houve mudanças na constituição dos blocos de representação. A FAEP participando como visitante permanente nos CAP de Paranaguá e como conselheira suplente no de Antonina como parte da estratégia na defesa de melhorias significativas no funcionamento e utilização dos portos nos processos de exportações e importações dos produtos do agronegócio paranaense.

- FÓRUM DE AGRICULTURA DA AMÉRICA DO SUL

O Sistema FAEP apoiou a promoção dos Fóruns de Agricultura da América do Sul (Outlook Fórum), evento internacional que discutiu as tendências do agronegócio mundial a partir da realidade Sul-Americana. O evento reuniu mais de 300 lideranças, especialistas e autoridades em Foz do Iguaçu nos anos de 2013 e 2014.

O Fórum discutiu temas relacionados ao agronegócio globalizado, a partir da realidade e potencial da América do Sul, em especial dos países que compõem o Conselho Agropecuário do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Entre dirigentes sindicais, membros de comissões técnicas, produtores rurais e técnicos, mais de 100 participantes do Sistema FAEP estiveram nos eventos.

- 13º CONGRESSO PANAMERICANO DO LEITE

Dois mil representantes de 25 países participaram do 13º Congresso Panamericano do Leite em 2014, entre eles a FAEP.

O evento realizado em Querétaro, no México, abordou áreas temáticas: produção primária, industrialização de produtos lácteos, economia e mercado do leite e seus derivados e a importância do leite para a saúde, tendo como



foco os desafios da produção de leite no cenário mundial e a necessidade de fortalecimento do setor leiteiro da América.

Durante o evento houve o lançamento do livro “Lácteos: alimentos essenciais para o ser humano, sim ao leite”, coordenado pela Federación Panamericana de Lechería (FEPALÉ), que traz resultados de trabalhos científicos desenvolvidos por médicos e nutricionistas afirmando a importância do leite na alimentação. O Conseleite Paraná tem divulgado o livro entre profissionais da saúde e formadores de opinião no Paraná.

- CÂMARA DOS INTEGRADOS ABPA/CNA

A Câmara dos Integrados foi criada em 2013 para antecipar o funcionamento do Fórum Nacional da Integração Agropecuária (Foniagro), previsto no Projeto de Lei das Integrações. É formada por membros distribuídos paritariamente entre representantes do setor produtivo e industrial e suas reuniões são realizadas alternadamente na CNA e na ABPA. A FAEP faz parte dessa Câmara e participou de todas as reuniões promovidas em 2013 e 2014. Nas reuniões realizadas este ano um dos temas abordados foram os custos de produção, quando a FAEP apresentou a metodologia utilizada para o seu cálculo com os resultados encontrados nos levantamentos realizados nas nove principais regiões produtoras.

- CONGRESSO MUNDIAL DA CARNE



A FAEP participou do Congresso Internacional da Carne, em Goiânia, em 2013. Considerado um dos principais eventos mundiais da cadeia produtiva. O Congresso Internacional da Carne reúne a cada dois anos os agentes das cadeias produtivas dos principais países produtores, para discutir e analisar as tendências que influenciarão o mercado mundial.

- EXPEDIÇÃO SAFRA

A FAEP apoia anualmente a Expedição Safra, realizado pelo jornal Gazeta do Povo. Na edição 2013/2014, os profissionais percorreram aproximadamente três mil km, visitando municípios importantes na produção de grãos do Paraná e as cidades de Paranapanema e Cândido Mota, em São Paulo. Em sua 8ª edição sobre “Expansão que desafiou preço, mercado e sustentabilidade”. A Expedição realizou levantamentos das condições das áreas de plantio, produtividade média, custos de produção e comercialização da safra. As matérias são publicadas no jornal Gazeta do Povo, no portal da internet do jornal e algumas reportagens são veiculadas na Rede Globo.

- RECEPÇÃO DE GRUPOS ESTRANGEIROS

A FAEP recebe em sua sede a visita de comitivas de produtores estrangeiros que buscam informações sobre o agronegócio brasileiro e paranaense. Além da apresentação do trabalho desenvolvido pelo Sistema FAEP. Nos últimos anos o Sistema FAEP recebeu comitivas de produtores do Canadá, EUA, Alemanha, Austrália e Suíça.



VIAGENS INTERNACIONAIS

- VIAGEM TÉCNICA: RÚSSIA



A FAEP enviou uma comitiva, em setembro de 2012, para a Rússia buscando entender o processo e as perspectivas de exportações brasileiras para suprir aquele mercado.

Na agenda estavam contatos com executivos das principais empresas produtoras e importadoras, na semana de 24 a 28 de setembro.

A Rússia é um grande importador de produtos da pecuária brasileira, especialmente de carne bovina, da qual o Brasil é o principal fornecedor. Os resultados dos contatos e das visitas foram publicados em relatório que foi distribuído aos sindicatos rurais, parlamentares, governo e instituições de outros setores da economia, contribuindo para balizar decisões de governo, produtores e empresas paraenses.

- VIAGENS TÉCNICAS AOS ESTADOS UNIDOS E CANADÁ



De 10 de maio a 15 de setembro de 2014, a FAEP promoveu quatro viagens técnicas de produtores paraenses aos Estados Unidos e Canadá. O objetivo foi oferecer a oportunidade de conhecer e trocar experiências com representantes da agropecuária de dois dos maiores produtores agrícolas mundiais. No total, entre sindicalistas e técnicos, as viagens contaram com 127 participantes.

REPRESENTAÇÕES DA FAEP NO PARANÁ



No Paraná, a FAEP tem representação nos seguintes conselhos: Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA); Conselho Estadual do Trabalho (CET); Conselho Estadual de Relações do Trabalho (CERT); Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (Cedraf); Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária (Conesa); Conselho Administrativo da Adapar, Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); Conselho de Administração do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar); Conselho da Administração do Emater; Conselho Deliberativo do Sebrae-PR; Conselho de Previdência Social das Regiões de Curitiba, Ponta Grossa e Cascavel.

A FAEP também tem representantes no Conselho Gestor das Áreas de Proteção Ambiental (APAs); Conselho Consultivo do Parque Nacional do Iguaçu (Conparni); Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina (CAP), representando a CNA; Conselho de Administração da APPA (Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina); Comissão da Produção Orgânica no Estado do Paraná (CPOrg-PR); Comissão Especial de Recursos (CER) do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); Comitê Gestor do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural do Paraná; Comissão Estadual de Sementes e Mudanças (CESM) do MAPA; Comitês das Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná (CBH); Junta Comercial do Paraná (Jucepar); Agência de Fomento do Paraná (AFPR); Fórum Futuro 10 Paraná, Conselho Estadual de Sanidade Avícola e Conselho Estadual de Sanidade Suídea.

As Câmaras Setoriais da Seab com representantes da FAEP são: Suínos; Caprinos e Ovinos; Café; Bovinocultura de Corte; Mandioca; Agricultura Orgânica e Agroecologia.

SINDICAL

A FAEP desenvolve uma série de atividades para prestar suporte aos sindicatos rurais e a assessoria na prestação de serviços com o objetivo de proporcionar melhor assistência aos produtores rurais associados aos sindicatos

A Federação promove capacitações com o objetivo de tornar os funcionários dos sindicatos aptos para a prestação de serviços aos produtores rurais.

A FAEP realizou a capacitação de funcionários de sindicatos no Centro de Treinamento de Assis Chateaubriand e também em Curitiba, sobre o correto preenchimento dos formulários do Imposto de Renda de Pessoa Física, bem como, planejar e organizar as despesas e receitas da atividade rural visando à apuração eficiente do Imposto de Renda.

Na área de Previdência Social, os funcionários de sindicatos participaram da capacitação sobre procedimentos de concessão de benefícios previdenciários da área rural.

Os funcionários dos sindicatos rurais também foram capacitados na área de Departamento de Pessoal visando uma melhor orientação e prestação de serviços aos produtores rurais.

Na área fundiária os funcionários dos sindicatos receberam treinamento, quanto ao preenchimento eletrônico das declarações cadastrais no INCRA, cálculo do Grau de Utilização da Terra (GUT) e Grau de Eficiência na Exploração (GEE), cálculo do módulo rural, utilização do cadastro do Sindicato. Os treinamentos de Previdência Social Rural, Departamento de Pessoal e DP/INCRA foram realizados nos Centros de Treinamento Agropecuário de Assis Chateaubriand e Ipirorã.

• PROCESSO ELEITORAL

A FAEP mantém permanentemente atualizada a Proposta de Roteiro Eleitoral, conforme as leis, portarias e normas vigentes, apresentando os modelos de documentos que deverão ser adaptados conforme estatuto do sindicato ou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Este trabalho possibilita aos sindicatos, a condição de atender todos os requisitos para atingirem a regularidade eleitoral e a validação da atualização do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Em 2014 foi realizado um treinamento para capacitar e atualizar os funcionários dos sindicatos rurais

rural possa cumprir as legislações vigentes. De 2012 a 2014, foram realizadas 201 palestras do Programa Casa em Ordem, com a participação de 5.783 pessoas, atendendo à solicitação dos sindicatos e com participação no Programa Empreendedor Rural.



JURÍDICO

• AÇÕES DE APOIO JURÍDICO

Num país dominado pelo império da burocracia, repleta pelo emaranhado de múltiplas legislações, muitas vezes conflitantes, o caminho jurídico é a luz desse túnel.

Assim, a FAEP tem múltiplas tarefas na busca de soluções das questões que atingem diretamente os produtores rurais e suas propriedades, onde sobressaem as questões trabalhistas, ambientais e de política agrícola.

As ações da FAEP se estendem aos procedimentos legais durante o Processo Eleitoral dos Sindicatos Rurais do Estado e, da mesma forma, no exame e pareceres sobre acordos extrajudiciais, medidas judiciais e elaboração de pareceres em todas as instâncias.

• CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Vital e fundamental nas relações entre empregadores e empregados, a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e os apêndices da legislação trabalhista têm atenção especial da FAEP. Nessa atuação se inclui o assessoramento aos membros da Comissão do Trabalho dos Sindicatos Rurais, esclarecendo e sugerindo os limites a ser negociado, o prazo da vigência e de sua abrangência jurídica, sugerindo o direcionamento específico para cada situação.

Afinal, são através das Convenções Coletivas que os sindicatos podem estipular as condições de trabalho que atendam a realidade da atividade econômica rural de seu município, e reestabelecer os direitos e obrigações dos sindicatos, quanto à obrigatoriedade do cumprimento das normas coletivas.



A assessoria jurídica participou de dezenas de reuniões orientativas nos sindicatos, reuniões de núcleo e palestras com produtores rurais, destacando a importância da participação de todos os envolvidos nesse processo, uma vez que o acordado deve ser observado por todos.

Em especial, por decorrência da questão envolvendo o piso regional do estado, a assessoria acompanhou inúmeras ações civis públicas tratando do tema, sempre em defesa dos interesses dos sindicatos e pelo reconhecimento da validade do que foi convencionado

• AÇÃO JUNTO A CORREGEDORIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O Código de Normas do Judiciário determina as normas de serviços das atividades notariais e de registro. Em 2010, a FAEP entrou com Pedido Administrativo junto a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando a suspensão dos itens 16.6.13 e 16.7.6.1

desse Código. Neles os Cartórios exigiam a apresentação de Termo de Compromisso de Averbação e Regularização da Reserva Legal, emitido pelo IAP para a realização de registros e averbações de escrituras públicas ou documentos referentes à subdivisão, desmembramento, unificação ou fusão de propriedades rurais.

De 2011 a 2013, por ocasião das manifestações da FAEP, ocorreram sucessivas prorrogações no prazo para a exigência nas normas. Com a edição do novo Código de Normas da Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná, em 16 de dezembro de 2013, essa exigência deixou de existir.

Além disso, o novo Código Florestal, por consequência o Cadastro Ambiental Rural (CAR), e mais recentemente a legislação estadual florestal complementaram esse novo cenário.

• AÇÃO CIVIL PÚBLICA

A Associação de Estudos e de Defesa do Contribuinte (AEDEC) e a Associação Brasileira de Estudos de Meio Ambiente, do Consumidor e Assistência Social (ABEMACAS) ajuizaram, em 2012, uma série de Ações Civis Públicas contra produtores rurais.

Os objetivos visavam: a) a recomposição de áreas de Reserva Legal em propriedades rurais; b) abstenção da prática de atividades agrícolas nessas áreas; c) a condenação em restrições econômicas e administrativas (Lei nº 6.938/81); d) a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) ou no Sistema de Manutenção; e) Recuperação, Proteção da Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg) e; f) a condenação em honorários advocatícios.

A FAEP impetrou medida judicial pedindo a extinção dos processos existentes e a proibição da interposição de novas medidas. Além disso, alertou o Ministério Público de Maringá e de vários outros municípios do estado a respeito

do viés arrecadatório dessas ações e sobre as manobras realizadas por essas associações que coagiam os produtores e instauravam um cenário de insegurança jurídica muito forte no meio rural.

Foi realizado um trabalho muito intenso junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, demonstrando irregularidades na constituição dessas associações, a falta de capacidade postulativa e a preocupação exclusiva de arrecadar, o que resultou na extinção de centenas de processos, inclusive a condenação dessas associações em litigância de má-fé.

A ação interposta pela FAEP continua tramitando na Justiça, mas em razão do trabalho desenvolvido com os órgãos do judiciário e com a distribuição de material para contribuir na defesa dos produtores, as decisões estão sendo sempre favoráveis à classe produtora, inclusive, no pedido de desistência de inúmeros processos por parte das associações.

• CONTRIBUIÇÃO SINDICAL RURAL

A arrecadação da Contribuição Sindical Rural tem alcançado elevado índice de pagamento espontâneo, o que demonstra que o trabalho realizado pela FAEP vem surtindo efeito positivo, quer seja pela percepção por parte de muitos produtores da importância do sistema sindical, quer seja pela compreensão do trabalho e das ações que são realizadas pela Federação em prol da categoria.

Importante destacar que são realizadas centenas de operações de alterações cadastrais necessárias para regularizar a situação dos produtores rurais do Estado, facilitando a operacionalização da cobrança.

Os produtores inadimplentes são constantemente alertados sobre a necessidade do pagamento, a fim de se evitar que sejam tomadas as necessárias medidas judiciais. As ações na Justiça do Trabalho, muito mais céleres que as ações na Justiça Comum, também contribuíram como ferramenta inibidora para os inadimplentes.

Para manter uniformes as ações dos advogados que representam a FAEP, são realizados encontros em vários municípios do Estado.

• PISO SALARIAL REGIONAL DO PARANÁ



A mão de obra na atividade agropecuária é um importante componente do custo de produção, especialmente na avicultura, suinocultura, fruticultura, horticultura e cafeicultura.

Por isso, o pagamento de mão de obra, acima dos índices inflacionários, impacta significativamente o custo de produção da agropecuária. Por ter o maior piso regional entre os Estados, esse ônus na atividade agropecuária afeta a rentabilidade do produtor e a competitividade do Paraná.

No início de todos os anos são discutidas as propostas para o reajuste do piso regional. Neste período, a FAEP elabora estudos, esclarecendo o impacto negativo que o aumento elevado do piso salarial causa na atividade agropecuária.

Com estes estudos e uma atuação muito intensa nos comitês de discussão, criado no âmbito do Conselho Estadual do Trabalho para a elaboração das propostas do piso regional, a FAEP tem conseguido que o aumento seja sempre inferior ao proposto inicialmente. Os temas jurídicos de interesse do setor rural são divulgados pelos meios de comunicação do Sistema FAEP e na imprensa.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Semanalmente circulam 25 mil exemplares do Boletim Informativo, principal canal de comunicação do Sistema FAEP. Nos últimos três anos foram 405 edições, somando mais de 4,3 mil páginas de matérias de interesse da atividade rural e de interesse geral. Buscou-se valorizar o aspecto visual das edições, destacando-se fotos e ilustrações, que passaram a enriquecer algumas das edições.

Atualizado diariamente, o Portal do Sistema FAEP recebe em média 224 mil visitas/ano. As redes sociais, nos últimos três anos, tiveram papel importante no apoio à divulgação de eventos do Sistema FAEP e no acompanhamento das viagens técnicas internacionais.

Outra forma de comunicação do Sistema FAEP são os materiais especiais, institucionais e de divulgação (folders, anúncios, cartazes, cartilhas etc.) alguns dos em parceria com várias instituições. Em 2014, foram produzidos materiais para as viagens técnicas EUA/Canadá (roteiro, crachás, mala, boné, PowerPoint), folder bilingue, cartilha CAR, folder Show Rural, capa Plano Agrícola 2014, cartaz febre aftosa, cartaz vazio sanitário, convite seminário agronegócio, convite palestras



Xico Graziano, matérias de sanidade para Adapar (cartaz, folder e flyer), cartaz ITR, materiais para o Agroleite (banner e toten, adesivo e cartazes), cartaz e envelope empreendedor, materiais Simpósio Leite (adesivos para estande e cartazes).

A FAEP também noticiou as quatro viagens técnicas aos Estados Unidos e Canadá promovidas pela entidade. Textos e fotos foram divulgados nas páginas do Boletim Informativo e auxiliou na produção dos relatórios encaminhados aos participantes. A equipe de reportagem do programa RIC Rural participou do 1º. Grupo da viagem técnica para produção de uma série de reportagens que foram exibidas na RIC TV e CBN Rural. Os vídeos produzidos com os presidentes e lideranças sindicais e disponibilizados no facebook, alcançaram uma média de 1,5 mil visualizações cada.

Também foram atualizados os vídeos institucionais para divulgação do agronegócio brasileiro e paranaense, além do trabalho desenvolvido pelo Sistema FAEP nos países visitados. Foram produzidos vídeos do Empreendedor, motivacional e um novo vídeo institucional para 2015.

A FAEP envia às segundas-feiras o Boletim do Infoagro e recebe diariamente dezenas de e-mails através do endereço "Fale Conosco", canal de comunicação do público com o portal, que são respondidos de forma criteriosa e personalizada.

Em parceria com a Adapar e com a Emater, o Sistema FAEP desenvolveu spots radiofônicos de orientação sobre sanidade animal e vegetal, massificando a mensagem com conteúdos educativos de forma barata e abrangente.





Há onze anos o verbo empreender vem sendo conjugado por milhares de produtores de todos os cantos do Paraná, que levam para suas propriedades informações sobre como aumentar a renda, aumentando a produtividade com boas práticas agropecuárias e de gestão.

Um exército de 21 mil produtores e trabalhadores rurais, desde 2003, estampam com orgulho o certificado do Programa Empreendedor Rural (PER) proporcionado pelo trinômio Sistema FAEP, Sebrae e Fetaep.

Persistir, não desistir nas dificuldades, planejar, organizar, desenvolver habilidades, ter coragem para desafiar riscos inerentes à atividade. Desde 2012, esse conjunto de temas ganhou uma espécie de especialização com a possibilidade de participar do programa através da internet. É o chamado Empreendedor à Distância, que possui 40 horas de duração, divididas em quatro horas presenciais e o restante on-line. O PER, iniciado no Paraná, se estende hoje a 23 estados e o Distrito Federal conteúdos educativos de forma barata e abrangente.







SISTEMA FAEP



Expediente

Textos

Comunicação Social
Departamento Técnico-Econômico
Departamento Sindical
Assessoria Jurídica

Fotos

Fernando Santos
Milton Dória
Michel Willian
Arquivo Sistema FAEP/SENAR-PR

Capa

Michel Willian

Projeto Gráfico e Diagramação

Diogo Figuel

Realização

Comunicação Social
do Sistema FAEP

Jornalista Responsável

Cynthia Calderon
4796 DRT-PR

SISTEMA FAEP



R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba-PR
Fone: 41 2169.7988 | Fax: 41 3323.2124
www.sistemafaep.org.br
faep@faep.com.br



FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Marechal Deodoro, 450 - 14º andar

CEP 80010.010 | Curitiba-PR

Fone: (41) 2169.7988 | Fax: (41) 3323.2124

email: faep@faep.com.br

www.sistemafaep.org.br